Fundado em 3 de novembro de 1955 Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

ANO LXVIII - Edição nº 17.055

QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2023

Receita maior



Lucro da Klabin cai 25%, para R\$ 790 milhões

O lucro líquido da Klabin no quarto trimestre de 2022 caiu 25%, para R\$ 790 milhões, na comparação com o mesmo período de 2021. Em relação ao terceiro trimestre, o lucro foi 62% menor. A receita líquida, que atingiu R\$ 5,083 bilhões no período, teve alta de 11% em relação ao mesmo período de 2021 e baixa de 7% sobre o trimestre anterior. PÁGINA 3

Américas e Europa

LATAM é a companhia aérea mais sustentável

O LATAM Airlines Group é a companhia aérea com melhor desempenho em Sustentabilidade no continente americano e na Europa, e a quinta no mundo, segundo a mais recente avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) da Standard & Poor's (S&P Global). A companhia foi a única da América do Sul listada no ranking. Para se classificar no anuário, as empresas devem pontuar entre as 15% melhores de seu setor. PÁGINA 4

Ucrânia

Fluxo de armas pode aumentar a violência

A alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, Izumi Nakamitsu, avaliou que o grande fluxo de armas em situação de conflito pode escalar a violência. Segundo ela, a assistência internacional inclui a transferência de armamento convencional pesado e munições. PÁGINA 5

Censo

Matrículas na educação básica subiram em 2022

O Censo Escolar da Educação Básica 2022 indica que o número de matrículas no Brasil aumentou após o fim da emergência em saúde pública por conta da covid-19. No ano passado, foram registrados 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas de educação básica - 714 mil alunos a mais que em 2021. PÁGINA 8

O presidente prometeu manter diálogo permanente com a oposição

Lula: fica cada vez mais caro aprovar projetos

Partidos como o União Brasil e o PSD, que têm três ministros no governo cada um, estão rachados e não garantem todos os votos de suas bancadas



presidente Luiz Inácio Lula da quarta-feira, 8, durante reunião do Conselho Político do governo, que quanto mais o tempo passa, "mais caro" fica para aprovar projetos no Congresso. Apesar do início do ano legislativo e de ter obtido vitórias com a reeleição de Arthur Lira (PP--AL) ao comando da Câmara e a de Rodrigo Pacheco (PSD--MG) à Presidência do Senado, o petista ainda não conseguiu fechar sua base aliada. O Palácio do Planalto articula o apoio do Congresso em outros temas considerados "delicados", como a medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda no julgamento do Carf e a que

transferiu o Conselho de Controle de Atividades Fi-Silva alertou na nanceiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda. "Quando vocês veem o Padilha chegar a uma reunião dessa, com um catatau de folhas como esse, ninguém gosta de receber o Padilha, porque ele vem com uma demanda muito grande no Congresso Nacional. Não tem mais por que a gente não estar resolvendo todas as demandas que estão aparecendo para o Padilha, Jaques Wagner, Randolfe, José Guimarães", declarou Lula, em referência ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso, e aos líderes do governo no Legislativo. **PÁGINA 6**

RANQUEAMENTO

Senado propõe regras e restrições para o reconhecimento facial no País

PÁGINA 7

REPRESENTAÇÃO

Pacheco: democracia saiu mais forte

PÁGINA 7

APROVAÇÃO



Appy reconhece que reforma deve começar pelo consumo

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira, 8, que, após a reforma dos tributos de consumo, o governo irá tentar reformar também os impostos sobre a renda, incluindo a folha de salários. "Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a reforma tem dois momentos: a discussão da tributação do consumo agora e, em um segundo momento, a tributação da renda e da folha de salários. A reforma dos impostos de consumo já está muito mais avançada no Congresso Nacional. Vamos trabalhar pela melhor reforma possível", afirmou, em evento promovido pelo RenovaBR. PÁGINA 2

RANQUEAMENTO

Governo cria grupo interministerial para reverter liquidação de estatal de chips

O presidente Lula criou um grupo interministerial para reverter a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec),

estatal que era a única produtora de chips na América Latina e teve sua extinção determinada pelo ex-presidente Bolsonaro. PÁGINA 2

IBOVESPA 109.951,49	1,97	7%	
Maiores Altas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ITAUSA PN N1	8.85	+8.46%	+0.69
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	26.58	+8.27%	+2.03
SAO MARTINHOON NM	28.45	+8.13%	+2.14
RAIZEN PN N2	3.300	+5.43%	+0.170
BTGP BANCO UNT N2	21.15	+5.17%	+1.04

Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
GOL PN N2	7.04	-5.38%	-0.40
P.ACUCAR-CBDON NM	17.43	-5.17%	-0.95
HAPVIDA ON NM	4.48	-3.66%	-0.17
CARREFOUR BRON NM	14.59	-2.73%	-0.41
AZLII PN N2	10.80	-2 35%	-0.26

ais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
UUNIBANCOPN EJ N1	26.58	+8.27%	+2.03
E ON NM	88.72	+0.34%	+0.30
ROBRAS PN N2	26.05	+1.68%	+0.43
ADESCO PN EJ N1	14.16	+4.89%	+0.66
ASIL ON NM	39.80	+2.37%	+0.92

	BOLSAS ING MIGINDO							
		FECHAMENTO	%					
IL.	DOW JONES	33.949,01	-0,61%					
03	S&P 500	4.117,86	-1,11%					
30	NASDAQ	11.910,52	1,68%					
43	DAX 30	15.412,05	-0,60%					
56	FTSE 100	7.885,17	+0,26%					
92	IBEX 35	9.233,80	+0,67%					

DÓLAR COMERCIAL OURO PESO EURO LIBRA COMPRA COMPRA **VENDA** ↑ 0,09% **↓** -0,06% **↓** -0,22% **↓** -0,05% 0,027

BRA BRA

INVESTIMENTOS

Appy diz que reforma tributária deve começar pelo consumo

O secretário destacou que a não cumulatividade do IVA proposto para substituir os impostos de consumo deve ajudar a alavancar os investimentos no Brasil

secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira, 8, que, após a reforma dos tributos de consumo, o governo irá tentar reformar também os impostos sobre a renda, incluindo a folha de salários. "Do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a reforma tem dois momentos: a discussão da tributação do consumo agora e, em um segundo momento, a tributação da renda e da folha de salários. A reforma dos impostos de consumo já está muito mais avançada no Congresso Nacional. Vamos trabalhar pela melhor reforma possível", afirmou, em evento promovido pelo RenovaBR.

Appy repetiu que o governo pretende usar o trabalho acumulado na tramitação das PECs 45 e 110 que, segundo ele, têm mais convergências que divergências. "A Fazenda terá a função de apoio ao Congresso. É lá que entendemos que esse debate será feito", completou.

O secretário destacou que a não cumulatividade do ÍVA proposto para substituir os impostos de consumo ajudará a alavancar os investimentos. "O tributo que é pago ao longo



Appy: "haverá uma mudança inevitável de preços relativos, algumas coisas ficarão mais baratas e outras mais caras. É importante haver essa transição"

da cadeia e não é recuperado onera o investimento. Quando se investe menos, isso reduz o crescimento do País", afirmou.

Appy também criticou a complexidade do sistema tributário brasileiro, com 27 legislações de ICMS, além de dezenas de regimes especiais de PIS/Cofins e IPI. "Um bom IVA é o mais simples, com menos regras. No Brasil não temos regras, só temos exceções. Essa complexidade tributária no Brasil tem consequência, como o custo elevado para as empresas

cumprirem suas obrigações", completou.

O secretário defendeu que haverá um período de transição para a mudança do sistema tributário brasileiro.

"Haverá uma mudança inevitável de preços relativos, algumas coisas ficarão mais baratas e outras mais caras. Além disso, muitas empresas fizeram investimentos conforme o sistema atual, por isso é importante haver essa transição", afirmou.

Ele lembrou que a PECs 45 prevê uma transição de seis anos e PEC 110 uma transição de cinco anos para que as empresas se adaptem de maneira suave ao novo sistema. "E há outra transição muito mais lenta, de 40 a 50 anos, para o efeito total sobre as receitas de Estados e municípios", completou.

O secretário admitiu que a questão setorial na reforma será a mais debatida no Congresso. Segundo ele, não há ponto de partida para cada setor já definido na proposta.

"O objetivo da reforma tributária é garantir que todos os setores sejam beneficiados. Queremos um jogo de soma positiva, não é uma conta de soma zero. Se nem todos ganharem, não há motivo para fazer uma reforma tributária", afirmou Appy.

Ele avaliou que o aumento do potencial de crescimento pós reforma virá ao longo do tempo, embora também haja efeitos de curto prazo. Lembrou ainda que a proposta deverá incorporar uma devolução de tributos para as famílias menos favorecidas. "Os dois projetos no Congresso preveem cashback de imposto a famílias de baixa renda", apontou.

O secretário disse ainda que a reforma irá beneficiar principalmente os municípios menores. "A reforma tributária gerará redução da desigualdade na receita federativa", afirmou.

Na quinta, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), avaliou que a reforma tributária não irá para a frente se a União não topar perder arrecadação. "Ou a União está disposta a perder parte da arrecadação, ou será muito difícil levar adiante a reforma tributária. E de maneira alguma, não tem como Estados e municípios abrirem mão de receitas, sendo que é lá que temos a prestação de serviços de Saúde, Educação e Segurança", enfatizou.

CELTEC

Lula cria grupo interministerial para reverter liquidação de estatal de chips

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou um grupo interministerial para reverter a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Čeitec), estatal que era a única produtora de chips e semicondutores na América Latina e teve sua extinção determinada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A retomada da empresa pública foi recomendada pela equipe de transição de Lula em dezembro. O processo de liquidação ainda está em curso, mas travada por decisões por decisões do Tribunal de Contas da

União (TCU). "Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de apresentar estudos e propostas de viabilidade de reversão de desestatização e liquidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec e proposta de participação no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores", diz o ato.

O grupo será composto por representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará, Advocacia-Geral da União, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Dentre as tarefas, o grupo terá de apresentar um relatório final com as alternativas para reversão do processo de desestatização e liquidação do Ceitec e a proposta de participação da empresa no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores. A duração dos trabalhos será de 120 dias, que poderá ser prorrogada por prazo determinado em ato do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Ceitec foi criado por lei em 2008, no segundo governo de Lula, com sede em Porto Alegre. A ideia era ter uma grande fabricante nacional de chips e semicondutores.

Dependente do Tesouro Nacional, o governo passado alegou que a estatal não dava lucro e era ineficiente, o que a tornou alvo da gestão de Jair Bolsonaro, entrando na sua lista de privatizações. Em 2021, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) recomendou a



Lula: o grupo terá de apresentar um relatório final com as alternativas para reversão do processo de desestatização

extinção do Ceitec em junho e o decreto presidencial que oficializou a decisão foi publicado em dezembro.

Quase um ano depois de propor a liquidação da estatal, em maio de 2022, o governo Bolsonaro anunciara que iria tentar atrair empresas que pudessem assumir a função que era do Ceitec no País.

setor de telecomunicações, o então ministro das Comunicações, Fábio Faria, admitiu que o País não poderia ficar à mercê das importações e ressaltou a importância de ter um parque industrial forte no ramo de semicondutores.

"Precisamos investir para ter uma fábrica de semiconduto-

À época, em um evento do res", declarou ele em reunião com presidentes de empresas de telecomunicações durante o evento Smart City Business, na capital paulista, no dia 26 de maio passado. "Estamos atrás de buscar uma empresa que possa abrir aqui uma fábrica de semicondutores. O Brasil pode exportar para Europa, África e toda a América Latina", emendou.

que deve retomar na semana que vem viagens a Estados para inaugurar ou recomeçar obras paradas e fazer a "roda gigante da economia girar". "Se a gente conseguir fazer com que todas as rodas gigantes que estão paradas comecem a funcionar e a gente comece a terminar algumas dessas obras, a gente pode contribuir para fazer com que a economia brasileira não seja um desastre previsto pelo FMI - Fundo Monetário Internacional - na última reunião deles", disse o presidente, repetindo críticas do governo de Jair Bolsonaro às previsões econômicas do organismo internacional.

O presidente afirmou ainda

O FMI prevê alta de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil este ano.

Na abertura da reunião do Conselho Político de Coalizão, Lula mencionou que fará uma reunião com os ministérios na semana que vem, sobretudo da área da infraestrutura, após o retorno da viagem para os Estados Unidos, porque já se identificou que muitas obras podem ser retomadas.

No dia 14, Lula vai à Bahia inaugurar um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida e depois, segundo ele, deve ir a Sergipe. O presidente ainda disse que o encontro de quarta-feira é o começo de nova relação entre o Poder Executivo e Legislativo e defendeu que haja um compromisso do Planalto para que as reuniões sejam contínuas e dos parlamentares de criarem o hábito de usar o espaço para discutir os problemas do País.

Diário Comercial

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal



Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

RIO DE JANEIRO

Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro

CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista

Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

BELO HORIZONTE

REPRESENTANTE COMERCIAL Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01 Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000 redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

SUSTENTABILIDADE

Klabin apresentou lucro líquido de R\$ 790 milhões no 4° trimestre

O volume de vendas em 2022, excluindo madeira, teve crescimento de 1%, impulsionado pela produção do Eukaliner®, fabricado na MP27, primeira máquina de papel do Projeto Puma II

lucro líquido da Klabin no quarto trimestre de 2022 caiu 25%, para R\$ 790 milhões, na comparação com o mesmo período de 2021. Em relação ao terceiro trimestre, o lucro foi 62% menor, segundo balanço divulgado pela companhia na quarta-feira.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi 1% maior que o do quarto trimestre do ano anterior, a R\$ 1,905 bilhão, e recuou 18% em relação ao terceiro trimestre.

A receita líquida, que atingiu R\$ 5,083 bilhões no período, teve alta de 11% em relação ao mesmo período de 2021 e baixa de 7% sobre o trimestre anterior. Segundo a Klabin, o número foi resultado dos reajustes de preços realizados ao longo dos últimos trimestres em todas as unidades de negócios.

O resultado financeiro da companhia ficou negativo em R\$ 31 milhões, ante resultado também negativo de R\$ 390 milhões no quarto trimestre de 2021. As despesas financeiras somaram R\$ 208 milhões no trimestre, contra R\$ 484 milhões no mesmo período do ano anterior, enquanto as receitas financeiras totalizaram R\$ 154 milhões, contra R\$ 195

O volume de vendas em 2022, excluindo madeira, teve crescimento de 1% em relação a 2021, impulsionado, principalmente, pela produção do Eukaliner®, fabricado na MP27,



Klabin: o desempenho consistente do ROIC próximo ao patamar de 20% há diversos trimestres demonstra a assertiva alocação de capital, que alia crescimento à criação de valor para os acionistas

primeira máquina de papel do Projeto Puma II. No quarto trimestre de 2022, o volume de vendas, excluindo madeira, atingiu 928 mil toneladas.

Em 2022, o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) da Klabin ficou em 19,2%. O desempenho consistente do ROIC próximo ao patamar de 20% há diversos trimestres demonstra a assertiva alocação de capital realizada pela Companhia, que alia crescimento à sólida criação de valor para os

Seguindo sua trajetória de

crescimento, a Companhia investiu R\$ 5,8 bilhões em 2022, dos quais R\$ 1,6 bilhão apenas no último trimestre. Os montantes consideram diversas iniciativas em andamento, como a construção do terminal portuário no Porto de Paranaguá (PR), que teve seu início de operação em dezembro de 2022; o Projeto Horizonte, que consiste na expansão da unidade de embalagens de papelão ondulado em Horizonte (CE); o Projeto Figueira, construção de uma nova unidade de embalagens de pape-

lão ondulado estado da arte em de negócios da Klabin, a sus-Piracicaba (SP); além da continuidade das obras do Proieto Puma II, que seguem dentro do cronograma esperado, atingindo 82% de execução em medição realizada no fim de janeiro. A segunda máquina do Projeto, a MP28, tem o seu startup previsto para o segundo trimestre deste ano e produzirá papel-cartão, incluindo o papel--cartão branco de fibra virgem, segmento em constante crescimento no mundo.

Como um dos principais direcionadores estratégicos tentabilidade das operações da empresa foi novamente reconhecida por importantes instituições globais. Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia foi incluída na carteira global do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, reforçando sua posição de vanguarda mundial no tema, e se manteve como única latino-americana a integrar a "Triple A-List", do CDP, figurando no seleto grupo das 12 empresas globais que receberam a classificação "A" para os programas de mudanças climáticas, água e florestas. A Companhia segue, ainda, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3, estando, há 10 anos, entre as mais sustentáveis do Brasil.

A Klabin também teve sua participação renovada no "The Sustainability Yearbook", índice global de sustentabilidade organizado pela S&P Global. A empresa aparece entre as mais bem avaliadas do ranking, sendo a única Companhia do Brasil e da América Latina a estar entre as Top 1% S&P Global ESG Score.

APERTO MONETARIO

Guimarães afirma que país não pode conviver com taxas de juros tão altas

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que um dos temas discutidos na reunião foi as altas taxas de juros no País. De acordo com ele, o debate foi ancorado por diversos líderes partidários.

"As autoridades monetárias também têm que contribuir com aquilo que saiu das urnas", declarou o líder aos jornalistas, após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e partidos políticos. De acordo com ele, o Brasil não pode conviver com "taxas de juros desse tamanho".

"O País precisa discutir esse assunto BC e taxa de juros", comentou. Contudo, Guimarães disse que não foi discutido o texto do PSOL que propõe revogação da autonomia do BC.

O deputado destacou que a conversa foi para tratar os desafios do País e a retomada econômica. Uma das prioridades será, segundo ele, a reforma tributária. "Mesmo partidos independentes como Cidadania fizeram gesto muito forte no Conselho Político", comentou.

Segundo ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também estava na reunião, falou sobre as Medidas Provisórias (MPs) do Carf e do Coaf.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou também que Lula vai indicar "nomes qualificados" para a diretoria do Banco Central para ajudar a autoridade monetária a cumprir as metas.

Após o tom duro do comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), Lula passou a cogitar indicar nomes



para se contrapor ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, no colegiado. Alas do governo, porém, tentam uma conciliação entre Lula e o BC e continuam afirmando que a indicação será técnica. O mandato dos diretores Bruno Serra, de Política Monetária, e Paulo Souza, de Fiscalização, termina no dia 28 de fevereiro. Souza tem disposição de renovar o mandato, mas Serra já indicou que vai deixar o órgão.

"O presidente Lula no passado indicou presidente do BC e diretores que tiveram competência. O presidente Lula vai ter a mesma competência de indicar ótimos diretores do BC", disse, após reunião do Conselho Político de Coalizão no Palácio do Em meio aos ataques dire-

tos e às críticas de Lula ao nível de juros e das metas e à autonomia do BC, Padilha ainda afirmou que tem certeza que Lula sempre terá relação harmônica com o órgão. "O governo está muito tranquilo no diálogo, respeitando a autonomia do BC.'

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou ainda que o objetivo do governo é chegar ao final do ano com a taxa básica de juros em 8% ou 7%. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a Selic

De acordo com o senador, a aprovação da reforma tributária, do novo arcabouço fiscal e da medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) propiciariam esse alívio nos juros.

"Não tem como o País crescer com o nível atual de juros. Se nós nos resignarmos aos 13,75%, a gente vai se conformar com 0,77% de crescimento no final do ano. Nós não aceitamos", disse Randolfe, no Palácio do Planalto, após uma reunião do Conselho Político do governo.

Ministros pedem a Lula que amenize os ataques ao BC

Após o tom conside- mesmo, tomando a iniciativa. rado mais amistoso da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sendo aconselhado por ministros a amenizar o tom no confronto com o presidente do Banco Central, Roberto Cam-

Os interlocutores alertaram que esse confronto só tem contribuído para aumentar o chamado prêmio de risco pedido por quem compra os papéis do Tesouro e financia o governo, impactando a curva de juros (quando o mercado precifica uma alta de juros para os contratos futuros) e pressionando o câmbio. O dólar mais alto, por sua vez, realimenta a inflação e pode retardar a queda de juros.

Só na terça-feira, a taxa nos contratos DI com vencimento em janeiro de 2029 chegou a bater na máxima de 13,41% (ante 13,24% no dia anterior). Já o dólar fechou pelo terceiro dia consecutivo em alta, a R\$ 5,19. Só em fevereiro, a moeda acumula alta de 2,42%.

Um desses interlocutores do presidente diz que o caminho é diminuir a tensão para evitar que os dois lados - Lula e BC - fiquem sem saída mais adiante. Ele reconheceu, porém, que Lula pode não atender aos conselhos se houver um aumento do conflito. Em seus dois mandatos anteriores, Lula terceirizava os ataques, ora por meio do então vice-presidente José Alencar, ora por meio de Guido Mantega, que comandava a Duas "senhas" foram con-

sideradas centrais para tentar esfriar a crise nesse primeiro momento. A primeira foi o teor da ata do Copom. Divulgada no início da manhã, ela mostra que parte dos integrantes do Copom enxerga potencial de sucesso no pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo no mês passado.

A outra foi a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a ata foi mais "amigável" do que o comunicado divulgado após a reunião do Copom na semana passada - que manteve a taxa Selic em 13,75%. O que mais irritou o governo na primeira mensagem foi a posição do BC de que poderia manter o atual nível da Selic por um período maior de tempo.

Em encontro com integrantes da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento e Indústria, Geraldo Alckmin, negou animosidade contra Campos Neto, segundo relato do presidente da frente, Marco Bertaiolli (PSD-SP). O deputado disse que Alckmin comparou a situação a uma "divergência de entendimento" e que não há críticas a Campos Neto na

figura de pessoa física. Na tarde de terça-feira, o Planalto divulgou gravação de entrevista feita em café da manhã com veículos alinhados ao governo - antes da divulgação da ata - em que Lula voltou a fazer ataques a Campos Neto e disse que ele devia "explica-Fazenda. Agora, Lula vem, ele ções" sobre os juros.

STANDARD & POOR'S

LATAM é a companhia aérea mais sustentável das Américas

A companhia atualizou sua estratégia com metas que serão alcançadas através da economia circular e valor compartilhado

LATAM Airlines Group é a companhia aérea com melhor desempenho em Sustentabilidade no continente americano e na Europa, e a quinta no mundo, segundo a mais recente avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) da Standard & Poor's (S&P Global). A companhia foi a única da América do Sul listada no ranking.

Este resultado permitiu ao grupo ser a única companhia aérea do continente a estar presente na edição 2023 do "The Sustainability Yearbook", anuário em que a prestigiada agência de classificação de risco S&P reconhece as empresas que tiveram crescimento destacado na avaliação de sua gestão de sustentabilidade por suas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

"À posição positiva que alcançamos na avaliação de sustentabilidade da Standard & Poor's reflete o trabalho sistemático que o grupo LATAM vem fazendo, que se traduz em ações concretas como a eliminação de plásticos de uso único até o final deste ano, o avanço na rota para ser zero resíduo para aterro sanitário até 2027 ou a conservação de mais de 500 mil hectares na América do Sul", comenta Juan José, diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do LATAM Airlines Group.

Para se classificar no anu-



Latam: a posição positiva reflete o trabalho sistemático que o grupo vem fazendo, como a eliminação do plástico

ário, as empresas devem pontuar entre as 15% melhores de seu setor e obter uma pontuação de sustentabilidade global da S&P entre as 30% melhores empresas com atuação em sua área. Na edição de 2023, de um total de 7.800 empresas avaliadas, 57 eram companhias aéreas, das quais, segundo a avaliação, apenas 5 entraram no anuário.

Em maio de 2021, o grupo LATAM atualizou sua estratégia de Sustentabilidade com metas que serão alcançadas por meio de ações nos pilares de Mudanças Climáticas, Economia Circular e Valor Compartilhado, onde se destaca seu compromisso com a proteção de ecossistemas estratégicos na América do Sul, a migração para um

modelo de resíduo zero para aterros e a disponibilização de sua capacidade de conectividade em benefício das comunidades da região. As metas estabelecidas pela LATAM são: reduzir e compensar o equivalente a 50% das emissões nacionais até 2030, rumo à neutralidade em carbono até 2050. Além disso, estabelecer metas para eliminar plásticos descartáveis em toda a operação até 2023; e tornar-se um grupo zero resíduos para aterros sanitários em 2027.

Em 2022, no Brasil, a companhia teve importantes entregas nos três pilares de Sustentabilidade do Grupo LATAM. Iniciou o seu primeiro programa de neutralização de carbono no País, adquirindo 10 mil créditos de carbono com a Biofílica Ambipar que ajudam a manter em pé cerca de 2,5 mil árvores na Floresta Amazônica. Em outra iniciativa, tornou-se a primeira aérea do Brasil a utilizar energia elétrica em operações de solo em um projeto piloto no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte que permite deixar de emitir 114 toneladas de CO2 por ano. Ainda conseguiu reutilizar no Brasil cerca de 30 toneladas de uniformes usados por meio de parcerias de upcycling (reutilização criativa) e reduzir em 77% o plástico de uso único a bordo, aproximando-se da meta de eliminar todos os plásticos de uso único de seus voos até 2023 e ser uma empresa com zero resíduos para aterros sanitários até 2027.

PERDA DE FÔLEGO

Famílias de baixa entram 2023 mais endividadas

como as de renda mais alta entraram em 2023 mais endividadas, mostra a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) divulgada na quarta-feira, 8, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). A Peic conta agora com três novas divisões de faixas de renda no monitoramento do endividamento e da inadimplência. O objetivo é oferecer informações mais detalhadas sobre a percepção dos consumidores quanto ao uso do crédito e à capacidade de pagamento, informou a CNC.

Os números de janeiro mostram que as famílias com até três salários mínimos de rendimentos começaram o ano proporcionalmente mais endividadas 79,2% contra 76,5% há um ano, enquanto as que ganham mais de dez salários mínimos fizeram mais dívidas em relação ao porcentual de 71,2% registrado em janeiro de 2022, atingindo 74,4% em janeiro.

Ém comparação com janeiro de 2022, a parcela de famílias com dívidas cresceu mais nos dois extremos sociais considerados na Peic: entre as famílias com até três salários mínimos, alta de 2,7 pontos percentuais e no grupo com mais de dez salários mínimos a alta foi de 3,2 p.p.", disse a CNC em nota.

Do total das famílias brasileiras, 11,6% chegaram a janeiro sem condição de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores. O indicador aumentou em janeiro em todos os grupos de renda, de forma mais expressiva entre os consumidores com até três salários mínimos (17,4% do total de inadimplentes). A parcela de consumidores que atrasaram dívidas por mais de 90 dias chegou a 44,5% dos inadimplentes,

Tanto famílias de baixa renda a maior proporção desde abril de 2020.

De acordo com a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, o nível geral de endividamento vem perdendo fôlego desde novembro. Em relação a janeiro de 2022, embora a proporção de famílias com dívidas tenha avançado 1,9 ponto porcentual, a taxa anual está em desaceleração contínua desde meados de 2022.

"O cenário econômico como um todo, incluindo o desempenho positivo do mercado de trabalho, as políticas de transferência de renda e a inflação mais moderada são fatores que explicam o freio no endividamento, nos últimos meses", explica Ferreira. "Na prática, essas três condições ampliaram a renda disponível", complementou.

Em janeiro, 38,7% das famílias, ou quatro em cada dez, que têm renda mensal de até três salários mínimos atrasaram dívidas (5,7 pontos porcentuais a mais do que em janeiro de 2022). Essa faixa de renda é a que puxa o indicador geral de inadimplência, que ficou em 29,9% em janeiro - uma queda de 0,1 p.p. em relação a dezem-

"Apesar de ainda alto, o indicador de dívidas atrasadas caiu pela primeira vez após seis altas seguidas, o que mostra um esforço do consumidor para pagar em dia, no contexto de juros elevados", explica Izis

O porcentual de inadimplência das demais faixas ficou abaixo da média nacional: 27,2% entre os que ganham de três a cinco salários, contra 20,4% dos que recebem de cinco a dez salários e 13,5% dos que têm vencimentos acima dos dez salários mínimos.

Cone X ão



Firian e Fiesp seguem agenda de encontros



Os encontros entre os presidentes das duas das mais importantes entidades industriais do Brasil continuam. Na segunda-feira, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, esteve com Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), e Luiz Césio Caetano, presidente em exercício da Firjan. O encontro realizado na Casa Firjan, na capital fluminense, teve como pauta a melhoria do ambiente de negócios, o processo de reindustrialização e o desenvolvimento econômico do país. Os dois mandatários cumpriram, nos últimos dias, agendas de encontros com integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Fiemg apresenta Programa Engenheiros do Futuro

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) apresentou na última segunda-feira o Programa Engenheiros do Futuro, que tem o objetivo de desenvolver competências que vão além do conhecimento técnico para suprir as demandas atuais do mercado. Desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em parceria com o SENAI, o curso já está com inscrições abertas por meio do site do Instituto. O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, disse que a iniciativa criada em 2013 foi remodelada ao longo dos anos e, durante a pandemia, ela foi novamente atualizada, agregando conteúdos relacionados à indústria 4.0.

Grupo Benner investe R\$ 16 mi em expansão

O Grupo Benner, desenvolvedor de software de gestão, investiu, em 2022, R\$ 16 milhões em tecnologia para expandir a oferta de serviços aos clientes e construir um ecossistema que contemple cada vertical de atuação. A estratégia da companhia é oferecer soluções inovadoras e desacopladas, baseadas em uma arquitetura de micro serviços, para atender as demandas das áreas de Saúde, RH, jurídico, logística e ERP, de maneira individual e integrada.

Novo delegado de Representação na Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria no ES

O advogado tributarista Daniel Chernicharo, sócio fundador do escritório Toscano & Chernicharo Advogados, será o delegado de representação da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria no estado do Espírito Santo. Com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a Câmara Italiana tem delegações nos demais estados de sua circunscrição com o objetivo de aumentar a capilaridade das suas atividades no território nacional. O trabalho amplia as oportunidades de negócios para empreendedores do estado e para empreendedores de fora que desejam investir ali. Fundada em 1950, a Câmara Italiana do Rio de Janeiro, oficialmente reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico Italiano, é uma importante ponte para a realização de negócios entre o Brasil e a Itália.



Frente Nacional dos Prefeitos confirma presença de Lula em Reunião Geral

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) confirmou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participará da 84ª Reunião Geral da entidade, que acontecerá em Brasília (DF) nos dias 13 e 14 de março. Durante o evento será realizada eleição de sua diretoria para o próximo biênio. Lula é esperado para a solenidade de posse, atividade que encerra o evento, no dia 14. As inscrições já estão abertas no site da entidade. O encontro do presidente Lula com prefeitos durante o evento da FNP foi confirmado no dia 27 de janeiro pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, em coletiva de imprensa que divulgou a instituição do Conselho da Federação. A programação do evento prevê, ainda, o lançamento da Bancada da FNP no Congresso Nacional, que deve ser um marco na representatividade das médias e grandes cidades no parlamento.

Presidente do Conselho de Educação da ACRJ faz palestra em colégio

O presidente do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Paulo Milet, participou do encerramento da Jornada Pedagógica do Grupo Educacional Mopi, na semana passada. O evento reuniu mais de 300 professores da instituição de ensino. Milet foi convidado pelo sócio-diretor do Mopi, Vinicius Canedo, membro do Conselho e dirigente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SinepeRio). Também participou do encontro a escritora, roteirista e jornalista, Eliana Alves Cruz.

Em Angra, Fecomércio RJ e CCR apresentam obras de melhorias na Rio-Santos

Na semana passada, a Fecomércio RJ, o Grupo CCR RioSP e o Sicomércio de Angra dos Reis realizaram reunião técnica de apresentação do conjunto de melhorias e obras integrantes da concessão da rodovia Rio-Santos. Entre as principais melhorias previstas na estrada destacam-se as que ocorrem nos primeiros sete anos, como os 82 Km de duplicação da via, faixas adicionais unilaterais em 33 Km da construção de 88 retornos e trevos, além de várias bases de apoio da CCR.



NOVA OFENSIVA

EUA recuperam restos de balão chinês que foi abatido no mar

Os Estados Unidos recuperaram os primeiros restos do balão chinês acusado por Washington de realizar atividades de espionagem. O governo dos Estados Unidos descartou devolvê-los à China. O episódio se dá em meio à controvérsia ligada a um suposto balão espião da China que o Pentágono detectou sobrevoando o território americano dois dias atrás.

As equipes mobilizadas na costa da Carolina do Sul "resgataram alguns detritos da superfície do mar", informou John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional americano, acrescentando que as condições meteorológicas não permitiram realizar operações submarinas para um resgate maior. Segundo Kirby, os Estados Unidos "não têm intenção ou planos de devolver" os restos às autoridades chinesas.

Uma embarcação da Marinha americana inspeciona a área onde caíram os restos do balão, que tinha cerca de 60 metros de altura e transportava uma espécie de cesta de mais de uma tonelada, disse o general Glen VanHerck, chefe do Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte

Republicanos criticam o democrata Joe Biden por ter, segundo eles, demorado para derrubar o dispositivo. John Kirby explicou que o atraso se deveu ao fato de que era uma ocasião para examinar o balão, e que espera que os restos tragam mais informa-

Kirby afirmou que os Estados Unidos tomaram "medidas para minimizar a capacidade de coletar (dados) sobre nossos sítios militares sensíveis que o balão teria tido".

Segundo o porta-voz, o governo "entrou em contato com funcionarios importantes da administração anterior" para obter informações sobre os sobrevoos de balões chineses que aconteceram durante o governo de Donald Trump.

O ocorrido não parece ter surpreendido Joe Biden. "A questão do balão e a tentativa de espionagem dos Estados Unidos é algo que se espera da China", declarou, especificando que "não se trata de confiar na China, e sim de decidir em que podemos trabalhar juntos e em que diver-

Balões chineses sobrevoaram o território americano em três ocasiões, por breves períodos, durante a presidência de Trump, e uma vez, também brevemente, no começo do mandato de Joe Biden, afirma o Pentágono.

Desde que o balão foi derrubado, os Estados Unidos estiveram em contato com autoridades chinesas, afirmou o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, mas não falou-se em remarcar a viagem à China do chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, adiada devido ao incidente.

O governo Biden também está em contato com aliados para atualizá-los sobre o que sabe em relação ao balão.

A China disse que vai "salvaguardar resolutamente seus direitos e interesses legítimos" sobre o abate do balão pelos Estados Unidos, à medida que as relações entre os dois países se deterioram ainda mais.

A China afirma que era um balão civil usado para pesquisa meteorológica, mas se recusou a dizer a qual departamento ou empresa do governo pertence. O porta--voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, reiterou que o "dirigível não tripulado" não representava nenhuma ameaça e entrou no espaço aéreo dos EUA acidentalmente.

Fluxo de armas na Ucrânia poderá aumentar nível de violência no País

Medidas para combater o potencial desvio de armas e munições serão fundamentais para a recuperação pós-conflito e para a segurança regional

alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, Izumi Nakamitsu, falou ao Conselho de Segurança na quarta-feira sobre a situação na Ucrânia, após relatos de que diversos países estariam enviando ajuda militar ao governo de Kyiv.

A reunião solicitada pela Rússia contou com a participação do músico Roger Waters, da banda Pink Floyd, que falou por videoconferência, após o convite russo.

Izumi Nakamitsu avaliou que o grande fluxo de armas em situação de conflito pode escalar a violência.

Segundo ela, a assistência internacional inclui a transferência de armamento convencional pesado e munições, veículos de combate, defesa aérea, sistemas de artilharia de grande calibre, veículos aéreos não-tripulados e sistemas de mísseis, bem como armas pequenas e leves.

Para a subsecretária-geral, medidas para combater o potencial desvio de armas e munições serão fundamentais para a recuperação pós--conflito e para a segurança e estabilidade regional, bem como para prevenir conflitos em outras regiões.

De acordo com as normas internacionais, qualquer transferência de armas e munições deve envolver avaliações de risco prévias e controles pós--embarque, como inspeção no local e verificações do usuá-

rio final. Nakamitsu tambem reforçou que a transparência é crucial para a confiança que pode servir para reduzir as tensões e ambiguidades entre os Estados-Membros.

Ela disse que o Registro de Armas Convencionais da ONU e o Tratado de Comércio de Armas continuam sendo instrumentos-chave.

Izumi Nakamitsu lembrou a invasão da Ucrânia fará um ano em breve, e renovou o apelo para a paz.

Para a alta representante para Assuntos de Desarmamento da ONU, a escalada e prolongamento do conflito



Volodimyr Zelenski chegou a Londres a bordo de um avião da Força Aérea Real britânica e foi recebido pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak

só trará mais sofrimento. Ela US\$ 16,1 milhões para apoiar a acrescentou que a transferência de equipamento militar em apoio à Ucrânia não deve pre-Judicar a aspiração a paz

Segundo os dados do Escritório de Direitos Humanos da ONU, a violência já deixou mais de 18 mil vítimas, sendo mais de 7 mil mortos e 11 mil feri-

Ela reforçou que além de ataques a residências e escolas, instalações de saúde também têm sido alvo. Para a representante, a falta d'água, gás, aquecimento e eletricidade são inaceitáveis, e os civis são os que mais sofrem com a escalada da violência.

Também na quarta-feira, numa nota separada, o Japão anunciou um investimento de

Unesco em projetos de educação, cultura e na proteção de jornalistas. A Ucrânia é maior beneficiada, recebendo um aporte de US\$ 10 milhões.

Com este valor, o Japão se torna o maior parceiro da agência da ONU na Ucrânia. O dinheiro deve oferecer apoio psicológico e aconselhamento jurídico aos jornalistas, bem como treinamento sobre como se proteger em zonas

A agência da ONU também fornecerá equipamentos às redações, incluindo geradores para não interromper o trabalho.

A Unesco apoiará ainda a mídia local na Moldávia, Romênia e Eslováquia para fornecer

informações na língua ucraniana aos refugiados nesses países e promover o entendimento entre os refugiados e s moradores.

Em coordenação com o Ministério da Cultura da Ucrânia, quatro das instalações ucranianas serão restauradas, incluindo o Mosteiro de Kyiv-Petchersk. Um plano de preparação para emergências será desenvolvido para 10 locais, prevendo sua digitalização completa em formato 3D.

O presidente da Ucrânia, Volodimyr Zelenski, iniciou uma visita ao Reino Unido na quarta-feira, 8, em rara viagem ao exterior, numa tentativa de obter mais armas avançadas, num momento em que Kiev se prepara para uma nova ofensiva da Rússia e elabora planos para retomar áreas ocupadas por forças de Moscou.

Zelenski chegou a Londres a bordo de um avião da Forca Aérea Real britânica e foi recebido pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak. Trata-se da primeira viagem do presidente ucraniano ao Reino Unido desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, há quase um ano.

Durante a visita, Zelenski também discursou no Parlamento britânico e teve encontros com o rei Charles III e chefes militares britânicos.

O Reino Unido, um dos países que mais apoiam a Ucrânia militarmente, já enviou a Kiev o equivalente a mais de US\$ 2,5 bilhões em armas e equipamentos.

TURQUIA

Criança recebe água em tampa de garrafa ainda presa em escombros

Mais uma cena comovente registrada durante as operações de resgate na Turquia repercutiram nas redes sociais, enquanto socorristas e voluntários tentam alcançar possíveis sobreviventes soterrados nos milhares de edifícios que caíram durante o tremor de segunda-feira, 6. A imagem de uma criança recebendo água dos socorristas em uma tampinha de garrafa foi compartilhada milhares de vezes, acendendo a esperança de que novas pessoas possam ser encontradas com vida, enquanto o prazo de resgate se torna cada vez mais curto.

As imagens foram compartilhadas pelo prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu. Nelas, o menino parece se alegrar com a água recebida dos socorris-

tas, apesar de ainda estar parcialmente preso sobre os destroços de uma construção derrubada. A criança foi identificada

por Imamoglu como Muhammed Ahmed, um refugiado da guerra civil da Síria, que havia se mudado para a Turquia. A filmagem, ainda de acordo com o prefeito, foi feita na cidade de Antakya, capital do Estado

A cena se soma a outros relatos de salvamentos improváveis que surgiram nos últimos dias. Em uma delas, uma equipe de resgate da ONU conseguiu retirar dos escombros, 17 horas depois do terremoto, uma menina de sete anos que protegeu o irmão mais novo durante o período que estiveram soterrados. No vídeo

que viralizou nas redes sociais, a menina aparece abraçada ao irmão enquanto clama por Em outra sequência de ima-

gens impressionante, gravadas na Síria, socorristas conseguiram resgatar com vida uma recém-nascida que ainda estava ligada pelo cordão umbilical à mãe morta. A bebê, cujos médicos disseram ter nascido sob os escombros sete horas depois do terremoto, foi levada até um hospital ao norte de

O terremoto que abalou a Turquia e a Síria alcançou a marca de mais letal da década após o número de mortos ultrapassar os 11 mil na quarta-feira, 8. Equipes de resgate locais, reforçadas pela ajuda da comunidade internacional, correm contra o tempo para encontrar sobreviventes embaixo dos escombros dos milhares de prédios que colapsaram nos dois lados da fronteira - uma missão dificultada pelo rigoroso inverno. A Turquia tem cerca de

60.000 funcionários humanitários na zona atingida pelo terremoto, mas com uma devastação generalizada, muitos ainda esperam por ajuda. Na terça--feira (7) começaram a chegar as primeiras equipes de emergência estrangeiras.

No caso da Síria, o acesso é dificultado tanto pela destruição de estradas e outras conexões com o país vizinho quanto pela situação geopolítica do país, dividido entre territórios sob controle do governo central e rebeldes que lutam contra o fim do regime de Basha O presidente da Turquia,

Recep Tayyip Erdogan, afirmou que já foram confirmadas as mortes de 8.574 pessoas em decorrência do terremoto no país. O anúncio, feito durante uma visita de Erdogan ao epicentro do terremoto, na província de Kahramanmaras, eleva o número total de mortos na catástrofe para mais de 11 mil.

O restante dos mortos reconhecidos até o momento vem da Síria. O governo oficial confirma que, em áreas que domina, 1.250 pessoas perderam a vida em eventos relacionados ao terremoto. Nas áreas dominadas por forças rebeldes, o grupo voluntário dos Capacetes Brancos afirma que ao menos 1.280 pessoas

Ao todo, mais de 45 mil pessoas ficaram feridas nos dois países, e 8 mil foram retiradas de escombros apenas na Turquia. O evento extremo é o mais letal desde 2011, quando um terremoto provocou um tsunami no Japão, matando cerca de 20 mil pessoas.



ARCABOUÇO FISCAL

Lula: fica cada vez mais caro aprovar projetos no Congresso

O presidente afirmou que tem confiança de que vai repetir o sucesso dos seus primeiros anos de governo no combate à miséria, com a volta do crescimento

presidente Luiz Ínácio Lula da Silva alertou na quarta-feira, 8, durante reunião do Conselho Político do governo, que quanto mais o tempo passa, "mais caro" fica para aprovar projetos no Congresso. Apesar do início do ano legislativo e de ter obtido vitórias com a reeleição de Arthur Lira (PP-AL) ao comando da Câmara e a de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à Presidência do Senado, o petista ainda não conseguiu fechar sua base aliada.

Partidos como o União Brasil e o PSD, que têm três ministros no governo cada um, estão rachados e não garantem todos os votos de suas respectivas bancadas para o Planalto, enquanto Lula e a equipe econômica têm pressa para aprovar a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal. Além disso, o Palácio do Planalto articula o apoio do Congresso em outros temas considerados "delicados", como a medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do Ministério da Fazenda no julgamento do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) e a que transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda.

"Quando vocês veem o Padilha chegar a uma reunião dessa, com um catatau de folhas como esse, ninguém gosta de receber o Padilha, porque ele vem com uma demanda muito grande no Congresso Nacional. Não tem mais por que a gente não estar resolvendo todas as demandas que estão aparecendo para o Padiina, jaques vvagner, Randolfe, José Guimarães", declarou Lula, em referência ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso, e aos líderes do governo no Legislativo.

O presidente afirmou ainda que tem confiança de que vai repetir o sucesso dos seus primeiros anos de governo no combate à miséria. "Confio que a economia vai voltar a crescer, depende muito de nós. A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito, a gente não tem que tentar agradar ninguém, tem que agradar só o povo brasileiro que acreditou no programa que nos trouxe até aqui e isso que vamos cumprir", disse o presidente.

Lula ainda completou que todo governo tem direito de estabelecer sua política econômica e social. "Temos que tentar fazer dentro das nossas possibilidades o propósito pelo qual ganhamos as eleições.

Além dos parlamentares, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, e da secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participam do encontro de quarta-feira. Na abertura da reunião, Padilha disse que o ministro da Fazenda faria um discurso em defesa da reforma tributária, mas a imprensa não teve acesso a esse trecho do evento.

Ele afirmou que o Palácio do Planalto vai manter diálogo permanente com os partidos da oposição no Congresso. No encontro, Padilha falou que o presidente construiu uma

"frente ampla" "Estamos compondo, de fato, uma frente ampla de construção política, de esforço, de união e reconstrução do País. Quero reafirmar que aquela era que existia aqui no Palácio do Planalto, em que se dizia que ia fuzilar a oposição, acabou", declarou o ministro, ao criticar uma fala



O vice-presidente da República e ministro da Indústria e do Comércio, Geraldo Alckmin, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

APOIO MUTUO

Lula e Biden tentam mostrar afinidade contra extrema-direita

A reunião dos presidentes do Bra- e fora dos dois países. sil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Joe Biden, na sexta-feira, na Casa Branca, foi acelerada para mostrar afinidade contra a extrema direita. Diferentemente de outras visitas precedidas por semanas de intensa negociação bilateral e articulação diplomática para fechar anúncios em comum, desta vez não há a expectativa de um grande acordo. O mais importante, para petista e democrata, será o próprio encontro - e a foto dos dois iuntos

"O principal elemento a se destacar desta visita é o seu caráter político, a simbologia de ocorrer logo no início do mandato do presidente Lula", afirmou o embaixador Michel Arslanian, a jornalistas, em Brasília.

Lula e Biden cogitaram se encontrar ainda antes da posse do brasileiro. Seria uma forma, na leitura dos dois lados, de expor o respaldo da comunidade internacional ao resultado da eleição no Brasil e tentar, com isso, arrefecer narrativas golpistas que estavam no radar de Washington desde 2021. Pelo mesmo motivo, a Casa Branca disparou um e-mail com reconhecimento do resultado das eleições brasileiras assim que viu o anúncio por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em outubro do ano passado.

A reunião entre os dois presidentes não ocorreu em dezembro por incompatibilidade de agenda, e os americanos sugeriram, então, que Lula viajasse aos EUA na segunda semana de governo. O Planalto respondeu que logo no início do governo seria inviável e considerou o mês de fevereiro como a primeira data possí-

vel para o encontro. Demonstrar apoio mútuo e discutir publicamente formas de conter o avanço de autoritarismos interessam a Biden e a Lula. Os dois se apresentaram aos eleitores como alternativa ao extremismo e prometeram fazer da defesa da democracia um pilar de seus governos, dentro

Diplomatas envolvidos na organização da visita ressaltam o "caráter político" da viagem e o componente simbólico de indicar que, nos EUA e no Brasil, líderes populistas de direita que empreenderam ataques a democracia foram derrotados nas urnas. "Os dois países (estão) experimentando desafios semelhantes, há uma preocupação comum com o tema da radicalização, da violência política, do uso das redes para difusão de desinformação e discurso de ódio", afirmou Arslanian.

A pressa de Biden para se encontrar com Lula contrasta com o tratamento dispensado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Biden fugiu de uma foto com Bolsonaro o quanto pôde. Nunca falou por telefone com o ex-presidente, chamado pela imprensa americana de "Trump dos

Os dois só se encontraram pessoalmente após Biden ver-se sem saída para convencer o Brasil a participar da esvaziada Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles em 2022. Na ocasião, o americano fez questão de manter semblante sério diante das câmeras, ao se reunir com Bolsonaro.

Biden e Lula também guerem indicar que vão tirar a relação bilateral do "banho--maria", como definiu Arslanian. Desde a eleição de Biden, Washington deu um gelo diplomático em Brasília, depois dos dois anos de "bromance" entre Bolsonaro e Donald Trump. O contato diplomático continuou a ocorrer, mas sem relação presidencial.

"Um encontro entre presidentes em que se consiga impulsionar, mesmo que do ponto de vista político, a relação bilateral, tem um significado e um valor muito grandes. Quando se tem um impulso político, isso ajuda a canalizar as burocracias na direção de resultados concretos", afirmou o CEO da Amcham Brasil, Abrão Neto.

Lula quer mostrar que há disposição para discutir questões climáticas, proteção da Amazônia e modelos de transição energética - por isso, levará em sua comitiva a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva -, e os EUA dão sinais de que vao retribuir os gestos.

O Brasil espera que os americanos anunciem na sexta-feira a entrada no Fundo Amazônia para destinar recursos para a preservação da floresta. Também há expectativa de que confirmem a vinda de John Kerry, enviado especial do clima, para visitar o Brasil

Sobre questões econômicas, o CEO da Amcham ponderou que a ambição de Biden de aproximar dos EUA as cadeias de produção, tema recorrente entre americanos desde que eclodiram a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, interessa a Lula, que defende uma política de reindustrialização nacional. O governo brasileiro considera, por exemplo, que algumas fases da cadeia de produção de semicondutores, incentivada pelos EUA, poderiam ser realizadas no Brasil.

Mas Lula busca um protagonismo no plano multilateral maior do que o que a Casa Branca parece destinar a ele. O petista quer se colocar como um intermediador da paz na Ucrânia, com a criação do que chama de "clube da paz". O tema não consta da lista dos assuntos prioritários da Casa Branca, que espera ouvir do brasileiro como ele pode se posicionar como um intermediador para construir uma saída para a situação política da Venezuela de Nicolás Maduro.

Além de Marina, vão compor a comitiva de Lula a primeira-dama, Janja, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o assessor especial para assuntos internacionais, Celso Amorim, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. O presidente pretende passar só um dia em Washington e terá encontro com parlamentares de esquerda, como o senador Bernie Sanders.

ministros também participam quem a pessoa votou", declarou na rede social. "Eu vou perguntar o que quer fazer daqui

para frente. Esse será o comportamento do governo." "Nós temos a chance de O presidente afirmou que

mostrar ao Brasil que é possível conviver democraticamente na diversidade, discordar e debater de forma respeitosa. E que nós fomos eleitos porque a sociedade brasileira permitiu que estivéssemos aqui", escreveu o pre-

INFLAÇÃO

Câmara analisa projeto que atualiza a tabela do IR

O Projeto de Lei 226/23 atualiza a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 2015 e 2022. Conforme o texto em análise na Câmara dos Deputados, as faixas de tributação serão corrigidas em

A faixa de isenção do IR prevista na proposta é de R\$ 2.924,27 mensais, valor equivalente hoje a 2,25 salários mínimos. Atualmente, estão isentas as pessoas que recebem até R\$ 1.903,98 mensais, o equivalente a 1,46 salário mínimo. O texto em análise altera ainda vários outros limites previstos na legislação do IR.

"Essa atualização não implica proporcionar ganhos reais aos contribuintes nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado", disse o autor da proposta, deputado Mendonça Filho (União-PE). Segundo ele, a ideia é atenuar os efeitos da inflação na carga tributária suportada pelo contribuinte.

Em 2021, a Câmara aprovou com alterações o Projeto de Lei 2337/21, do Poder Executivo, como parte de um conjunto de iniciativas visando uma reforma tributária. O texto, que promove uma correção de 31,3% na tabela do IR e altera as alíquotas de contribuição, ainda aguarda a designação de relator no Senado.

Posteriormente, um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, elaborado em agosto do ano passado, demonstrou que a defasagem nas faixas de contribuição para o Imposto de Renda, que não passam por ajustes desde abril de 2015, tem provocado uma desigualdade tributária no País.

Outras três iniciativas já em análise na Câmara pretendem alterar as deducões na declaração anual de IR - hoje estão autorizadas, entre outras, algumas despesas com saúde, educação e previdência privada. Uma delas, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), inclui na lista os profissionais de educação física (PL 22/23).

lá o deputado Lula da Fonte (PP-PE) apresentou duas propostas para ampliar o rol de deduções no IR com abatimentos referentes à contribuição à Previdência Social paga pelo empregador doméstico (PL 245/23) e também as despesas com médicos veterinários ou clínicas e hospitais veterinários (PL 246/23)

Entre as propostas apresentadas até o dia 6, a deputada Renata Abreu (PODE-SP) sugeriu alterar critério para que pais, avós ou bisavós sejam enquadrados como dependentes (PL 44/23). Atualmente, os ascendentes só poderão ser incluídos desde que, no ano anterior, tenham recebido rendimentos de até R\$ 22.847,76.

O deputado Marangoni (União-SP) apresentou proposta para contribuinte isento de IR por motivos de saúde seja dispensado de comprovar que a doença ainda existe ou que não está controlada para fazer jus ao benefício (PL 36/23). Segundo ele, há no Superior Tribunal de Justiça (STJ) decisão neste sentido desde 2018.

Por sua vez, o deputado Léo Prates (PDT-BA) pretende ampliar as possibilidades de doações na declaração anual das pessoas físicas e jurídicas, incluindo como beneficiários os fundos municipais, estaduais e nacional do animal doméstico (PL 287/23) e os controlados pelos conselhos da pessoa com deficiên-

cia (PL 290/23). As propostas ainda serão despachadas para análise das comissões permanentes da

"Vamos manter diálogo per-

do ex-presidente Jair Bolsonaro. manente com aqueles partidos que hoje se declaram oposição, que de alguma forma não quiserem participar do governo", emendou Padilha, responsável pela articulação política com o Congresso. De acordo com o ministro, o Conselho Político deve se reunir mensalmente, numa espécie de "fórum permanente". O diálogo do Planalto, segundo ele, será também com

governadores, prefeitos e socie-

Para a reunião de quarta foram chamados presidentes de partidos e os líderes das siglas na Câmara e no Senado. Foram convidados MDB, PDT, PSB, PV, PCdoB, Solidariedade, Patriota, PSD, Podemos, União Brasil, Avante, PSOL, Rede, Cidadania, além de lideranças do PT, como a presidente do partido, Gleisi Hoffmann. O vice-presidente Geraldo Alckmin e outros do encontro.

Lula afirmou que quer restabelecer a conversa "mais civilizada possível" com o Congresso Nacional. "Tenho certeza que vamos conseguir uma maioria para fazermos as mudanças que precisamos nesse País", disse.

sua relação com o Congresso deve exceder as eleições presidenciais de 2022. "Nunca vou perguntar para alguém em

Governador de Roraima pede saída de garimpeiros

O governador de Roraima. Antonio Denarium, destacou na quarta-feira (8) a necessidade de saída dos garimpeiros que atuam ilegalmente na Terra Indígena Yanomami. Ele se reuniu com os ministros da Defesa, José Múcio, e dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, em Boa Vista. Os dois ministros estão no estado para acompanhar ações de enfrentamento à crise humanitária vivida pelos yanomami. Eles também vão visitar os acampamentos de imigrantes venezuelanos na

"Todos eles têm a consciência da necessidade disso aí. É muito importante que todos saiam. O governo federal, com o trabalho do governo do estado, está estimulando essa saída também para que não haja conflitos", afirmou.

Denarium disse que a reabertura parcial do espaço aéreo sobre a terra indígena foi uma demanda do governo do estado e da bancada federal de parlamentares de Roraima. A medida é por prazo determinado e vai vigorar até a próxima segunda-feira (13).

Segundo ele, a atividade de garimpo no estado é "centenária" e é preciso encontrar alternativas de renda a esses trabalhadores e seus familiares.

"É um desafio para o governo do estado colocar essas pessoas no mercado de trabalho. Nós temos que fazer curso de capacitação, temos que ter programas específicos para atender essas pessoas", prometeu.

Denarium disse ter pedido ao governo federal apoio para a inclusão dos garimpeiros em programas de assistência social, como o Bolsa Família.

Os indígenas da etnia Yanomami vivem uma grave crise humanitária, afetados principalmente pelo garimpo ilegal que domina o território, gerando destruição ambiental, contaminação da água, propagação de doenças e violência. O quadro e historico, mas foi agravado nos últimos qua-

O governo federal deu início às ações de repreensão ao crime e de retirada dos garimpeiros da terra indígena. Entre segunda-feira, 6, e o início da noite de terça-feira, 7, foram destruídos um helicóptero, um avião, um trator de esteira e estruturas de apoio logístico ao garimpo. Foram apreendidas ainda duas armas e três barcos, com cerca de 5 mil litros de combustível.

A ação foi liderada por agentes do Ibama, com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Força Nacional de Segurança Pública.

Ibama e Força Nacional instalaram uma base de controle no rio Uraricoera, principal rota fluvial da região, para impedir o fluxo de suprimentos para os garimpos. Além de gasolina e diesel, os barcos apreendidos carregavam cerca de uma tonelada de alimentos, freezers, geradores e antenas de internet.

Todos os suprimentos serão usados para abastecer a base de controle. Nenhuma embarcação com carregamento de combustível e equipamentos será autorizada a seguir daquele ponto de bloqueio em direção aos garimpos.

A instalação de bases de controle será estendida para outras áreas da terra indígena. A estrutura logística é fornecida pela Funai, com o apoio dos próprios indígenas nesta fase da operação

A ação aérea é realizada pelo Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama, que monitora pistas de pouso clandestinas na região. Sobrevoos para identificar e destruir a infraestrutura do garimpo, como aviões, helicópteros, motores e instalações, serão mantidos. O trator destruído era usado para abrir "ramais"

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Pacheco: democracia saiu mais forte no Brasil

O presidente do Senado afirmou que a violência da minoria não representa a vontade do povo e o episódio não será esquecido

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em discurso de um mês sobre os ataques de 8 de janeiro, reforçou que a democracia brasileira sai mais forte dos atos golpistas. Segundo ele, a violência dessa minoria não representa o povo.

Conforme pontuou, os atos foram incitados por uma "minoria inconformada com o resultado eleitoral" que tentou "tomar de assalto os Poderes da República e atentou contra a democracia brasileira". Ao citar resposta das instituições como célere e firme, Pacheco destaca que a violência dessa minoria não representa a vontade do povo brasileiro.

"Esse episódio deplorável não será esquecido e produzirá consequências severas aos responsáveis", comentou, no início da sessão de quarta-feira, 8. "As instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir exemplarmente todos os criminosos envolvidos, direta ou indiretamente, naquela barbaridade", reiterou.

Pacheco relembra o trabalho feito pela Polícia Legislativa desde os atos, com a identificação de alguns invasores. Ele pontuou que a segurança foi reforçada e houve o aumento do número de detectores de metal nos acessos aos prédios da Casa. "Estamos reforçando a capacitação da nossa polícia legislativa para coibir e conter outras tentativas.'

O senador disse que as reparações necessárias do prédio do Senado estão praticamente finalizadas.

Ha um mes, Brasilia era palco de um cenário de terror e de violência. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro depredaram os prédios públicos do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto. Os vândalos marcharam do Quartel--General do Exército até a Espla-



Pacheco: "as instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir"

nada e furaram, sem resistência da Polícia Militar, um bloqueio e invadiram os edifícios dos Três Poderes.

Os episódios implicaram em uma crise de desconfiança entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os militares, houve milhares de prisões e a abertura de uma operação pela Polícia Federal para localizar responsáveis e financiadores dos atos golpistas.

Relatórios de inteligência em poder do governo indicaram que 100 ônibus com 3.900 pessoas chegaram em Brasília com disposição de retomar protestos de rua contra a eleiçao do presidente Lula no dia 8 de janeiro, um domingo. A invasão vinha sendo preparada por extremistas leais ao ex-presidente Bolsonaro desde o dia 3 de janeiro, quando radicais começaram a divulgar com grande intensidade mensagens em aplicativos como o Telegram e o WhatsApp para trazer manifestantes de todo o País para a capital federal, com todas as despesas pagas

A segurança em Brasília foi reforçada e o governo passou a falar em endurecer o tratamento contra quem adotasse discurso golpista, mas o cenário visto no dia dos ataques foi diferente. Vídeos captados pelas câmeras externas do STF flagraram o momento em que a Tropa de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) desmontou um bloqueio tático posicionado próximo ao Congresso Nacional que impedia a invasão dos golpistas aos demais prédios públicos localizados na praça dos Três Poderes.

Mesmo com a crise instalada, a Política Militar do Distrito Federal continuou permitindo que manifestantes transitassem livremente pela área, sem nenhum tipo de restrição. Após extremistas furarem o bloqueio, parte dos policiais abandonaprar água de coco em frente à Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.

ques, os primeiros vândalos envolvidos no episódio começaram a ser presos. A Política Militar do Distrito Federal prendeu tanto aqueles que estavam presentes quanto aqueles que estavam acampados em frente ao Quartel-General do Exército. Ao todo, mais de 1,3 mil golpistas foram levados pela polícia.

A reportagem teve acesso aos detalhes da situação diária que os presos que teceram diversas reclamações às condições de vida no cárcere. Algumas críticas foram referente aos banhos frios, grande quantidade de pessoas em uma mesma cela, noites sobre um colchão fino lançado no chão e o mau cheiro que escapava do banheiro. Nos grupos e canais de aplicativos de mensagem, o clima de euforia passou a ser de desolação.

Fotografias, vídeos e trocas tritos comprovam que a invasão foi um ato premeditado lhes, e não uma ação espontânea. A reportagem analisou cerca de 26 horas de transmissões ao vivo, listas de passageiros de ônibus, postagens em imagens. O material explicita que os manifestantes foram dos três Poderes.

Outra informação foi descoberta: cerca de 20 horas antes da invasão, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) teria dispensado por escrito o pelotão de 36 nomens do Batalhão da Guarda Presidencial.

bunal Federal, a Polícia Federal abriu no dia 20 de janeiro a Operação Lesa Pátria para prender preventivamente investigados sob suspeita de participarem, financiarem ou fomentarem os atos golpistas do dia 8.

ram as barreiras e foram com-

Poucos dias após os ata-

de mensagens em grupos rese organizado em seus detaredes sociais e centenas de para Brasília dispostos, efetivamente, a invadir as sedes

or ordem do Supremo Tri-

CULTURA

Menezes: desafio vai além da recriação o ministério

Os desafios do Ministério da Cultura vão muito além da recriação de uma pasta extinta por um governo que trabalhou rotineiramente contra a cultura. Abrangem também, além da retomada de políticas culturais, trabalhos visando à ressignificação do conceito de cultura para pessoas que, em meio a tantas manipulações, tiveram visões distorcidas sobre esse elemento que, nas palavras da ministra Margareth Menezes, é "a alma da nação e a alma de um povo".

Ao receber jornalistas para um café da manhã, a ministra falou sobre os primeiros dias no cargo, antecipou projetos e enumerou alguns dos principais desafios a serem enfrentados. "Recriamos há 14 dias o ministério. O que encontramos foram projetos captados e liberados, porém bloqueados desde 2020 sem qualquer justificativa.

"O nível de desmonte foi gigantesco" e atingiu todas as áreas, afirmou o secretário executivo Márcio Tavares. "A Secretaria de Especial de Cultura não executava nenhuma política cultural. Tudo estava parado há anos, exceto emendas parlamentares daqueles que eram mais próximos do governo anterior", disse.

Como consequência, acrescentou a ministra, "em poucos anos, o Brasil caiu da 7ª para a 13ª posição como país que mais influencia a cultura no mundo".

Perguntada sobre "a pior coisa encontrada no ministério", Margareth Menezes disse que o que mais mexeu com ela foram os depoimentos que ouviu dos servidores. "Ouvi muitos depoimentos de assédio moral, inclusive de gente proibida de usar máscara."

Ministra e secretário mostraram-se satisfeitos com o orçamento de R\$ 5 bilhões previstos para a pasta. "É um orçamento histórico o deste ano, e nos dara condicoes de recuperar a estrutura do ministério, bem como de retomar um conjunto de políticas", disse Margareth.

Ela destacou a volta do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura, enquanto ferramenta de democratização e debate para as políticas culturais. "Esta era uma comissão democrática, que passou a ter [suas atribuições] feitas por uma pessoa apenas, mas vamos retomar essa apreciação que era feita pela sociedade".

Ainda no âmbito da participação popular nas políticas culturais, o ministério pretende elaborar um "cronograma de conferências". A expectativa é que o primeiro encontro ocorra de forma presencial entre novembro e dezembro deste ano.

Sobre a retomada da Lei Rouanet – programa do governo federal que permite a pessoas físicas e jurídicas aplicar parte do Imposto de Renda em eventos culturais –, a ministra disse que está em elaboração um decreto que vai "reposicionar a Lei Rouanet, levando em conta as transversalidades que o governo Lula traz".

De acordo com a ministra, o fomento à cultura será cada vez mais descentralizado e terá como prerrogativa "buscar e incentivar projetos fora do eixo central que é o Sudeste". Margareth Menezes lembra, no entanto, que quem escolhe os eventos culturais a serem beneficiados são os patrocinadores. "Vamos conversar com eles para mostrar que cultura é um olhar para a diversidade."

"Além disso, vamos mostrar que cultura gera retorno econômico para o país. Cada real investido em cultura gera de R\$ 1,5 a R\$ 1,6 de retorno. Será a volta de funcionamento deste mercado que é um setor de mobilidade econômica. A cultura voltou, e os trabalhadores da cultura merecem respeito".

Senado propõe regra e restrição para o reconhecimento facial

No momento em que ganha notoriedade o uso de ferramentas como o ChatGPT - capaz de criar textos complexos em formatos variados -, uma comissão de especialistas convocada pelo Senado apresentou uma proposta para regular a inteligência artificial (IA).

Entre os principais pontos, o texto restringe o uso de câmeras instaladas pelas secretarias de segurança pública para reconhecimento facial indiscriminado de pessoas que circulam nas ruas. Também veda a implementação de modelos de "ranqueamento social", usado pela China, em que cada cidadão recebe uma pontuação de acordo com seu comportamento nas redes sociais e a nota serve para assegurar ou não acesso a recursos públicos.

O Senado convidou uma comissão de 18 juristas para elaborar a proposta de regulação, que tem 45 artigos. O grupo, liderado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bôas Cueva, redigiu um relatório de mais de 900 páginas, com a colaboração de membros da academia, da sociedade civil e de empresas ouvidos em audiências públicas realizadas entre abril e maio do ano passado.

Participaram juristas e especialistas em direito digital e membros da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que estiveram na concepção da Lei Geral de Proteção de Dados.

Pela proposta, empresas que usem sistemas de IA de alto risco precisam adotar medidas de governança que registrem o funcionamento da inteligência e métodos para corrigir vieses. As sanções administrativas sugeridas variam entre advertência, multa simples de até 2% do faturamento, de no máximo de R\$ 50 milhões por infração, até a suspensão parcial ou total do sistema.

O senador Eduardo Gomes (PL-TO), que apresentará a proposta, disse que novos temas serão incluídos no texto. "Temos consciência de que é um assunto muito dinâmico. Assim não teremos prejuízos por falta de diálogo", disse. Um dos caminhos possíveis é que o texto seja apresentado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é depois levado ao plenário. "É um tema muito urgente", disse.

O texto lista "níveis de risco" para o uso de sistemas infor-

matizados e estabelece direitos e deveres, entre eles o de uma empresa ter de explicar uma decisão tomada por uma inteligência artificial, de usuários questionarem judicialmente decisões, solicitarem intervenção humana e de não serem discriminados por vieses como racismo ou misoginia.

A proposta analisou legislações aprovadas pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A maioria dos mecanismos de controle à IA nos países da OCDE foi elaborada há pouco mais de três anos e varia em relação ao papel interventor do Estado. Alguns países que compõem a União Europeia preferem diretrizes do bloco, que pretende chegar a um consenso do projeto regulador final em março deste ano.

Ainda não há também nos Estados Unidos uma legislação reguladora própria. O Comitê Consultivo Nacional de Inteligência Artificial do país foi lançado em abril de 2022, e se espera que um projeto de lei seja apresentada neste ano.

O relatório aponta a Coreia do Sul (que desenvolveu uma estratégia nacional em 2019) como o país com o maior número de medidas para eliminar barreiras legais ou regulatórias, enquanto a Alemanha (que publicou sua estratégia em 2018 e a atualizou em 2020) se destaca pela quantidade de iniciativas de regulação. "Certamente, a IA tem um

enorme potencial de tornar mais eficientes variados produtos e serviços, mas também pode ameaçar direitos. Daí a importância de normas de caráter geral que protejam os cidadãos", disse o ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva. "Recentemente, por exemplo, foi anunciado que o ChatGPT foi utilizado para produzir uma sentença judicial na Colômbia, o que gerou grande perplexidade na comunidade jurídica por causa da necessária interação humana em uma análise judicial."

Criadora do ChatGPT, Mita Murati disse, em entrevista à revista Time, que o momento é propício para a regulação de inteligências artificiais. O ChatGPT se tornou o aplicativo de crescimento mais veloz da história quando alcançou 100 milhões de usuários em janeiro. A tecnologia causa preocupações a reguladores pelo mundo.

CENSO ESCOLAR

Matrículas na educação básica cresceram, após o fim da covid

As inscrições em creches, que haviam recuado entre 2019 e 2021, cresceram 8,9% na rede pública e de 29,9% na rede privada, possibilitando a expansão de 3,9% do total de matriculados

Censo Escolar da Educação Básica 2022 indica que o número de matrículas no Brasil aumentou após o fim da emergência em saúde pública por conta da covid-19. No ano passado, foram registrados 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas de educação básica – 714 mil alunos a mais que em 2021.

O levantamento mostra que, no mesmo período, as escolas privadas apresentaram uma expansão de 10,6% nas matrículas, o que as aproxima dos níveis observados em 2019, antes da pandemia. A queda mais significativa durante a crise sanitária, segundo o Ministério da Educação (MEC), foi identificada justamente nessa rede de ensino.

Já na rede pública de ensino, de acordo com o censo, os números na educação básica não apresentaram grande variação – foram 38,3 milhões de matrículas registradas no ano passado, contra 38,5 milhões contabilizadas no ano anterior.

Durante coletiva de imprensa, o ministro da Educação, Camilo Santana, avaliou que os resultados do censo mostram que o país está retomando os índices registrados antes da covid-19. "A pandemia agravou o país em várias áreas, mas, principalmente, na área da educação. Estamos retomando os patamares", disse.

O censo mostra que as matrículas em creches, que haviam recuado entre 2019 e 2021, cresceram em 2022. Em comparação com o ano anterior, o aumento foi de 8,9% na rede pública e de 29,9% na rede privada de ensino, ultrapassando os índices observados no período pré-pandemia



Camilo: "a pandemia agravou o País em várias áreas, mas, principalmente, na área da educação. Estamos retomando os patamares"

em ambas as redes.

O levantamento registrou um total de 74,4 mil creches em funcionamento no país. Nesse universo, 66,4% das matrículas são da rede pública e 33,6%, da privada, sendo que 50,7% dessas creches privadas possuem convênio com o poder público.

As matrículas na pré-escola também aumentaram. Entre 2019 e 2021, houve uma redução de 25,6% nos alunos de escolas privadas, mas a elevação de 20% nessa rede ao longo do último ano possibilitou um crescimento de 3,9% do total de matriculados.

Foram registrados, em 2022, mais de 5 milhões de matrículas na pré-escola. Desses, 78,8% são na rede pública e 21,2%, na privada, sendo que 166,7 mil alunos frequentam escolas conveniadas com o poder público.

De acordo com o censo, das 178,3 mil escolas de educação básica, 122,5 mil ofertam alguma etapa do ensino fundamental. Dessas, 105,4 mil atendem a alunos nos anos iniciais (1° ao 5°) e 61,8 mil, nos anos finais (6° a 9°).

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais: são 10,1 milhões de estudantes (69,3%), o que corresponde a 85,5% da rede pública. Por outro lado, 18,9% dos alunos frequentam escolas privadas – a rede cresceu 5,3% de 2021 para 2022.

Já nos anos finais do ensino

fundamental, há uma divisão de responsabilidade entre estados e municípios. A rede municipal atende a 5,3 milhões de alunos (44,4%) e a estadual, a 4,8 milhões (39,9%). As escolas privadas, com 1,8 milhão de estudantes, reúnem 15,5% das matrículas.

Em 2022, foram registrados 7,9 milhões de matrículas no ensino médio – um aumento de 1,2% em relação a 2021. "Configura-se uma tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascendência dessa curva, em 2019", destacou o MEC.

A rede estadual tem a maior participação nessa etapa (84,2%), atendendo a 6,6 milhões de alunos. Nela também está a maioria dos estudantes das escolas públicas (87,7%), enquanto a rede federal participa com 232 mil alunos (3%). Já a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados (12,3%).

Em relação ao turno e à oferta, 81,9% dos alunos do ensino médio estudam no turno diurno e 18,1% cursam o período noturno. Os dados indicam que 94,8% frequentam escolas urbanas e 43,8% das escolas de ensino médio atendem a mais de 500 estudantes.

O censo mostra que, de 2019 para 2020, houve uma elevação acentuada na taxa de alunos aprovados, influenciada, segundo o MEC, por "ajustes no planejamento curricular das escolas" em função da pandemia. Já em 2021, observou-se uma queda nas aprovações, mas os percentuais se mantiveram num patamar superior ao observado antes da covid-19.

Em relação à chamada taxa de insucesso, que considera reprovação e abandono, houve uma mudança considerável entre 2019 e 2020, com uma redução consistente em todas as séries da rede pública e a elevação nas iniciais do fundamental, na rede privada. Já em 2021, verificou-se um movimento em direção ao padrão observado antes da pandemia, mas ainda com taxas de insucesso inferiores.

O censo avaliou ainda a educação de jovens e adultos (EJA), que recebe pessoas que ainda não concluíram o ensino regular. De 2019 para 2020, cerca de 230 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 160 mil do ensino médio migraram para a EJA.

O MEC destacou que o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem se firmado como uma alternativa para a obtenção do certificado dessas etapas de ensino da educação básica. Em 2019, foi registrado número recorde de inscritos: 3 milhões. Nas edições de 2020 e 2022, foram 1,7 milhão e 1,6 milhão de pessoas inscritas, respectivamente. Não houve aplicação em 2021 em função da pandemia.

Em 2022, foram contabilizados 2,3 milhões de professores e 162.847 diretores na educação básica brasileira. Os dados do censo mostram que quem exerce cargo de direção, em sua maioria, tem formação superior (90%) e é mulher (80,7%).

ARRECADAÇÃO

Tarcísio veta redução de imposto sobre doações e heranças em São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vetou o projeto de lei que reduz o imposto sobre doações e heranças, aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no final do ano passado, no apagar das luzes do ano legislativo. O projeto, de autoria do deputado Frederico d'Avila (PL-SP), previa que a alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cairia de 4% para 1% na tributação incidente sobre heranças e para 0,5% nas doa-

A secretaria de Fazenda estima que a medida retiraria R\$ 4 bilhões por ano da arrecadação estadual. Na mensagem enviada à Alesp, como justificativa ao veto, o governador afirma que reconhece "os elevados propósitos do legislador", mas diz que o texto não prevê formas de compensação na arrecadação, seja por meio do "aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição"

De acordo com Tarcísio, a proposta prevê um benefício de natureza tributária sem estimar o impacto orçamentário e financeiro aos cofres públicos. A renúncia de receita sem contrapartida desrespeita os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele diz ainda que a Secretaria da Fazenda e Planejamento entende que a proposição esvazia "quase completamente a arrecadação do imposto", já que a nova alíquota representaria 25% do nível atual para heranças, e 12,5% em casos de doações.

O ITCMD deve ser pago por quem recebe bens ou direitos, por herança ou doação. O tributo é usado para reduzir a desigualdade social em outros países.

A própria OCDE desenvolve um trabalho que foca no papel que os impostos sobre herança podem desempenhar para diminuir a desigualdade.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), iniciou também a construção de 112 moradias do Programa Vida Longa, que vão beneficiar pessoas idosas nas cidades de Americana, Boituva, Olímpia e Salto de Pirapora.

O investimento total é de R\$



Tarcísio: "a proposta prevê um benefício de natureza tributária sem estimar o impacto orçamentário"

18,9 milhões, que serão repassados para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), responsável pela execução das obras.

Cada um dos conjuntos residenciais terá 28 unidades habitacionais destinadas a pessoas com 60 anos ou mais, que vivem

sozinhas, em situação de vulnerabilidade social, com renda de até dois salários mínimos. Os documentos, firmados entre a secretaria e os municípios preveem a conclusão das obras no mês de dezembro deste ano.

"Além de garantir atendimento habitacional, o programa oferece espaços de convivência que melhoram a qualidade de vida de pessoas idosas e vulneráveis por diversos fatores. O Vida Longa cumpre um papel importante ao trazer dignidade para aqueles que estão na melhor idade", diz o secretário de Desenvolvimento Urbano

e Habitação, Marcelo Cardinale Branco

Dos 33 projetos do Programa Vida Longa, cinco já foram concluídos e 28 estão em diversas etapas de produção. Atualmente, há 17 empreendimentos em obras, outros 10 na fase de desenvolvimento e um em licitação.

Lançado em outubro de 2019, o Vida Longa faz parte da política habitacional do Estado e tem o caráter protetivo. É uma ação conjunta entre a CDHU e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, articulada com os municípios paulistas. Tem se mostrado uma alternativa viável para oferecer moradia digna e qualidade de vida à população com idade igual ou superior a 60 anos, que tem baixa renda mensal e vive só.

baixa renda mensal e vive só.
Os conjuntos do programa são projetados seguindo parâmetros de acessibilidade do Desenho Universal, um conceito arquitetônico adaptável para permitir facilidade no uso da moradia por qualquer indivíduo com dificuldades de locomoção, temporária ou permanente. Todos têm cozinha, sala de estar e dormitório conjugados, banheiro e área de serviço.

Planejado para incentivar o processo de socialização dos moradores, os residenciais têm espaços comuns de convivência e lazer, salão com refeitório e área para assistir televisão, uma área externa com churrasqueira e forno à lenha, aparelhos para atividades físicas, bancos de jardim, horta elevada e

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

METEOROLOGIA

Corpo de Bombeiros realiza trabalho essencial após chuvas

Com a capital fluminense castigada pela forte chuva que caiu no fim da tarde de terça-feira, corporação foi para as ruas para atender mais de 300 ocorrências de tipos variados



Cenário que se repete há décadas, sempre que chove muito forte na cidade do Rio de Janeiro: Carros sendo engolidos pela água que se acumula nas ruas e leva transtorno para quem precisa se locomovei

ros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) atenderam cerca de 300 ocorrências desde às 17h de terça-feira, quando o território fluminense foi atingido por forte temporal. Foram 70 salvamentos de pessoas presas ou ilhadas, 105 registros de alagamentos e de inundações, 82 cortes de árvores e 37 desabamentos ou deslizamentos. Até o início da tarde tar o escoamento da água. A de quarta (8), os bombeiros registraram duas mortes no

Na capital, uma criança de 2 anos de idade morreu, vítima de um desabamento na Chácara do Céu, na zona norte da cidade. Em Saquarema, na Região dos Lagos, um homem de 27 anos foi atingido por um raio no bairro de Vilatur.

O Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden-RJ) permanece monitorando as condições meteorológicas e os níveis pluviométricos, enviando alertas para os municípios.

Para prevenir e minimizar danos, a Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec-RJ) e o CBMERJ fazem o monitoramento das precipitações em todo o estado. Agentes da Defesa Civil Estadual continuam em contato permanente com as prefeituras e

dão suporte quando as ocorrências extrapolam a capacidade de resposta da gestão

O município do Rio, segue em estágio de mobilização desde 1h30 de quarta, quando deixou o estágio de alerta. Equipes da prefeitura continuam nas ruas da cidade para garantir o retorno à normalidade. Equipes da Companhia Municipal de Limpeza Úrbana (Comlurb) fazem a desobstrução de ruas alagadas e a limpeza de ralos para facili-Comiurb orientou a população para que só coloque o lixo na rua quando o caminhão de coleta passar. Isso é para evitar o acúmulo e o entupimento das redes fluviais.

Conforme o Sistema Alerta Rio, áreas de instabilidade em altos e médios níveis da atmosfera permanecerão influenciando o tempo na cidade do Rio, na quarta-feira. "A previsão é de pancadas de chuva, com intensidade moderada a forte, acompanhadas de raios e rajadas de ventos moderados até o período da tarde. A partir da noite, a previsão passa a ser de chuva fraca a moderada em pontos isolados", completou.

O estágio de mobilização é o segundo nível em uma escala de cinco e significa que há riscos de ocorrências de alto impacto na cidade. Dependendo da intensidade da chuva ou outros fato-

SASPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas da Saspar Participações S.A. ("Companhia

convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a

ealizar-se no dia 15 de fevereiro de 2023, às 11 horas (horário de Brasília

de <u>forma exclusivamente digital</u>, por meio da Plataforma Zoom, a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o

Protocolo e Justificação de Incorporação da Tabriza Brasil Empreendimentos

Ltda. ("Tabriza") pela Companhia; (ii) a contratação da empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Tabriza

para fins da incorporação; (iii) a aprovação do referido laudo de avaliação

(iv) a incorporação da Tabriza pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; e (v) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização

da incorporação. Informações Gerais: Tendo em vista a necessidade de

adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGE por meio da Plataforma Zoom deverão

enviar e-mail para alfredo@saspar.com.br, com antecedência mínima de

30 minutos em relação ao horário marcado para o início da AGE, ou seja

até as 10:30 horas (horário de Brasília) do dia 15 de fevereiro de 2023

solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação

e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a

representação dos acionistas na AGE, incluindo a apresentação de cópia do

respectivo estatuto social ou contrato social, conforme aplicavel, e do ato ou

instrumento de eleição do seus representantes legais, bem como respectiva

procuração, se for o caso, nomeando o procurador que participará da AGE

Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação

e representação apresentados, serão enviadas aos acionistas as orientações

e instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGE

para que então possam comparecer, participar e votar à distância, mediante

tal sistema eletrônico. A participação por meio de tal sistema digital conjugará

áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta

forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da AGE

com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a

segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. Rio de

Janeiro, 7 de fevereiro de 2023. Conselho de Administração.

res, é possível ocorrer nova entende que as pessoas mudança de estágio.

A possibilidade de mais chuva não está descartada para os próximos dias. De quinta-feira a domingo (9 a 12), áreas de instabilidade, associadas ao calor e a alta disponibilidade de umidade "mantém a previsão de pancadas de chuva isoladas à tarde e à noite. Os modelos numéricos de previsão do tempo indicam estimativa média de chuva de 10 mm na quinta--feira; 15 mm na sexta-feira; 20 mm no sábado e 10 mm

no domingo", informou. A quarta-feira foi um dia de muita limpeza e de desobstrução de ralos para o escoamento da água no município de Niterói, fortemente atingido pela chuva no fim da tarde de

O prefeito Axel Grael, anunciou o adiantamento do crédito às pessoas que recebem o auxílio Moeda Social Araribóia. De acordo com a prefeitura, o programa, que é gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, já movimentou mais de R\$ 82 milhões na economia da cidade e beneficia cerca de 31 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. Ó valor varia de R\$ 250 a R\$ 700 reais, de acordo com o número de integrantes nas famílias, sendo R\$ 90 reais para cada membro até 6 pessoas.

"Nós vamos antecipar o depósito. Você que tem a conta na Moeda Araribóia, vamos fazer o depósito ainda hoje (quarta), porque a gente

podem estar passando por dificuldade neste momento e dessa forma têm mais condição de poder resolver os problemas causados a curto prazo", completou.

O prefeito alertou que ainda há possibilidade de chuvas fortes para as próximas horas e dias e todo cuidado é pouco. "O melhor é buscar situações de mais segurança. Grael disse que também é importante que a população ajude as equipes, usando as redes sociais da prefeitura para intormar os transtornos causados pela chuva.

"Sabemos do momento que estamos está vivendo. Sabemos das dificuldades que muita gente está passando e estamos aqui mobilizados, trabalhando muito para retomar a normalidade", afirmou.

Grael destacou que, em cinco dias, a cidade enfrentou três chuvas fortes. "Uma chuva como essa causa muitos transtornos e já é a terceira em cinco dias. Tivemos chuvas fortes na sexta-feira, no domingo e na terça-feira. Essa chegou a 87 mm em uma hora."

Segundo o prefeito, neste momento a prefeitura tem 2 mil pessoas trabalhando na cidade, afirmou.

O secretário municipal de Defesa Civil, tenente-coronel Walace Medeiros, disse que em algumas localidades choveu o equivalente a 63% de todo o esperado para o mês, em apenas 1 só hora.

"Isso é muita chuva, e ela causa efetivamente vários

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.

CNPJ/MF nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Realizada em 27 de Janeiro de 2023. 1. Data, Hora e Local: Realizada

aos 27 dias do mês de janeiro de 2023, às 10:00, na sede da Indústrias de

João Bosco Quadros Barros, brasileiro, casado, economista, inscrito no

CPF sob o no 029.145.347-36, portador do documento de identificação

no 22568, emitido pelo CORECON/RJ, residente e domiciliado à Rua

Domingues de Sá, nº 403/701, Niterói - RJ, CEP 24220-090, para ocupar o

cargo de Conselheiro Administrativo, pelo tempo restante ao cumprimento

do mandado do Conselheiro substituído. **5. Encerramento e Lavratura**:

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente Ata, que achada

conforme e unanimemente aprovada, foi por todos os presentes assinada.

São João da Barra, 27 de janeiro de 2023. Hugo Aquino Filho - Presidente.

Hugo Aquino Neto - Secretario. JUCERJA nº 00005305455 em 07/02/2023.

impactos em qualquer município em qualquer situação. Estamos com todo o efetivo da Defesa Civil desde ontem e hoje atendendo a todas as ocorrências, fazendo um trabalho preventivo, emergencial, e atendendo a todos os chamados. O nosso centro de meteorologia continua fazendo o monitoramento 24 horas para antecipar as situações de risco e podendo comunicar ao cidadão em tempo."

O secretário recomendou que a população fique em contato com a Defesa Civil, por meio dos canais de comunicação do órgão. "Seguiremos informando a todo momento, através do SMS, do nosso aplicativo Alerta DCNIT, das mídias sociais da prefeitura e da Defesa Civil também, porque o cidadão orientado e avisado, é um cidadão mais seguro", concluiu.

O secretário municipal de Educação, Bira Marques, disse que onde as sirenes foram acionadas as escolas foram colocadas como ponto de referência para as pessoas que tiveram que deixar as residências. Segundo o secretário, a companhia de limpeza do município está atuando nas unidades que foram atingidas pela chuva, junto com a equipe de manutenção da secretaria.

"Neste momento, 18 escolas estão sem aulas, mas com as equipes trabalhando muito para melhorar a qualidade do local. Três por motivo de alagamento e outra por vazamento no telhado, alguns profissionais não conseguiram chegar na escola. Estamos trabalhando muito e, em breve, retornaremos as aulas."

Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A. localizada à Rua Hugo Aquino nº 01, Térreo, Centro, São João da Barra – RJ, CEP 28200-000.2. PREFEITURA MUNICIPAL Convocação: Reunião convocada nos termos do art. 6º, parágrafo 4º, e **DE DUQUE DE CAXIAS** art. 7º, alínea "b", na forma do art. 11, alínea "a", dos Estatutos Sociais da Empresa, presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Hugo Aquino Filho, Lia Miriam Aquino Cruz, Hugo Aquino Neto, Rossini Peralva Filho, Magda Maria de Aquino Manhães Pessanha, Frederico de Aquino, Orencio Dieguez Aquino Filho, Aldo Aquino, Ana Carolina Machado Aquino Silva, Maria Inez Machado Aquino, Nathália Machado de Moraes Aguino, Alfredo de Aguino Sarmento, Marcia Valeria Leão Kury Aguino e Marcos de Aguino Gazineu. 3. Ordem do Dia: Eleição de Conselheiro para ocupar a vaga do Sr. João José Bosco Quadros Barros, falecido no estado do Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 2023. O comunicado à Empresa foi feito pelo filho, Sr. João Bosco Quadros Barros. 4. Deliberações: Após breve exposição sobre o item constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Ádministração, integrando o quórum de 14 Conselheiros, por unanimidade de votos, elegeram em escrutínio secreto,

CNPJ 29.138.328/0001-50 **CONCESSÃO DE LICENÇA** RECICLATIVA INDÚSTRIA E CO-MÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA CNPJ: 11.502.034/0001-09, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Operação de N 008/2023, emitida em 20 de janeiro de 2023. Esta licença é válida até 20 de janeiro de 2028. Autoriza a empresa para a atividade de reciclagem, fabricação e comercialização de artefatos de Polietileno e Poliestireno, localizada na Avenida Pitágoras, n° 345, Bairro Chácara Rio Petrópolis, 2º Distrito do Município Duque de Caxias-RJ, referente ao processo

n° 019/000291/2022.

EVENTO

Uerj sediará encontro internacional sobre governança esportiva

"Inovações na governança de entidades esportivas" é o tema de seminário que ocorrerá nesta quinta-feira, 9, das 8h30 às 11h30, no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O principal palestrante será o professor Jean--Loup Chappelet, da Universidade de Lausanne, na Suíça, renomado especialista em governança de entidades olímpicas.

Também confirmados Georgios Korellis, do Comitê Olímpico do Chipre; Bianca Gama, professora do Departamento de Inovação da Uerj e idealizadora do eMuseu do Esporte; e Lamartine DaCosta, que já foi membro Conselho de Pesquisas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e atualmente é professor colaborador do programa de pós--graduação em Ciên-cias do Exercício e do

Segundo os organizadores, o evento é inédito no Brasil e espera contar com a presença de mais de 15 países com seus respectivos Comitês Olímpicos e tem como objetivo criar uma agenda que envolva alunos e docentes da Universidade na temática da gestão de grandes projetos, principalmente, do ambiente olímpico.

A atividade é resultado do trabalho conjunto entre o Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Uerj, reconhecido pelo Comitê Olimpico Brasileiro (COB), o Olympic Studies Center (do Comitê Olímpico Internacional, o (COI) e o eMuseu do Esporte.

As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas por meio do formulário on-line baixo, já que há limite de vagas. Aos participantes será emitido certificado, e o evento contará com tradução.

Programação completa:

8h30 - Welcome

9h – Mario Carneiro, reitor da uerj

9h05 – Leila Andrade, diretora da Rede Sirius 9h10 – Lamartine DaCosta, professor da

Uer 9h20 – Dr. Jean-Loup Chappelet, da Universidade de Lausanne

10h – Bianca Gama Pena, professora da

10h20 - WIPO -World Intellectual Property Organization -

10h50 - Georgios Korelli - Comitê Olímpico do Chipre

Seminário Inovações na Governança de Entidades Esportivas

Data: 9 de fevereiro de 2023 Horário: das 8h30 às

11h30

Local: Auditório da rede Sirius, 1º andar, bloco B, no campus Maracanã, Uerj (Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro)

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

EMEF Philó desenvolve projeto de 'eco praça' em parceria com a FAU-USP

"Olhem para trás. Poderíamos fazer um parque nesta área verde?" A pergunta que surgiu durante uma conversa com os gestores e professores da EMEF Professora Philó Gonçalves dos Santos, da DRE Pirituba/Jaraguá, inspirou o projeto "Eco Praça Philó", realizado em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), desde 2021.

btg pactual

O trabalho consiste em ampliar o espaço da unidade para uma área verde com mais de 14 mil/m² localizada atrás da escola e que não era utilizada. O programa foi desenvolvido de forma participativa com professores, estudantes e comunidade escolar da EMEF Philó, além de integrantes da FAU e de outros

O projeto traz como diretriz principal a acessibilidade universal e que permita espaços lúdicos, de criação, de lazer, sempre integrados em uma perspectiva didática. Estão previstos espaços como área esportiva com três quadras, parque, pista de skate, jardim de chuva, anfiteatro, árvores urbanas e frutíferas, parede de escalada, relógio

solar, horta pedagógica, composteira, entre outros.

Na área verde, eles já colocaram a pedra fundamental, enterraram cápsulas do tempo em um evento com as famílias e comunidade, instalaram rosa dos ventos de garrafas pets, "eco salas" desenvolvidas com mesas e bancos feitos de madeira, jardim sensorial onde plantaram amoreiras, pluviômetro caseiro para meio ambiente. verificar quantidade de chuva.

Quem vai à EMEF Philó também pode conhecer as "Eco Trilhas", que são roteiros construídos com material reciclável utilizados tanto para os estudantes aprenderem mais sobre ecossistema, quanto para praticar atividades físicas associadas à contemplação e convívio com o interdisciplinar.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A área que vinha sendo utilizada para descarte de lixo, lixo eletrônico e entulhos, agora é utilizada pelos estudantes e professores que passaram a visitar o terreno e usar o local para o estudo e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento promovendo uma Educação Ambiental

BTGI QUARTZO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua da Consolação, nº 2.285, conjunto 21, 2º andar, Bairro Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

DALANGOO DATRIMONIAIO For od do domentos (For oncio)	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
,	, ,

Nota 31/12/2022 31/12/2021

Ativos financeiros ao valor justo	por meio			Total do passivo	22.852	48.038
do resultado	6	173.077	86.997	Patrimônio líquido		
Outros ativos	7	2.670	1.300	Capital social	1.000.500	800.500
				Prejuízos acumulados	(845.746)	(756.580)
				Total do patrimônio líquido	9 154.754	43.920
Total do ativo	As notas	177.606 explicativas s	91.958 ão parte integ	Total do passivo e do patrimônio líquido grante das demonstrações contábeis	177.606	91.958
DEMONSTRAÇÃO DAS M Exercícios findos	MUTAÇÕES DO PATI em 31 de dezembro		UIDO	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR A Exercícios findos em 31 de dezer		
			Total do		31/12/2022	31/12/2021
	Capital	Prejuízos ¡	oatrimônio	Insumos adquiridos de terceiros		
	Nota social a	cumulados	líquido	Serviços de terceiros	(116.422)	(142.312)
Em 31 de dezembro de 2020	650.500	(598.580)	51.920	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(116.422)	(142.312)
Aumento de capital	9 150 000		150 000	Valor adicionado recebido em transferência		

(158.000)Prejuízo do exercício Em 31 de dezembro de 2021 (756.580) 43.920 Aumento de capital Em 31 de dezembro de 2022 (845.746) 154.754 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2022 (Em reais)

 Contexto operacional: A BTGI Quartzo Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 02 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. A sede da Companhia está localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2.285 - 2º andar, conjunto 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001, Em 05 de majo de 2022, os acionistas BTG Pactual Stigma LLC, e o Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), com participações no capital social da Companhia equivalentes a 44% e 56%, respectivamente, assinaram o instrumento particular de compra e venda da totalidade de ações da BTGI Safira Participações S.A. para a BTG Holding S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, atuando no mercado de forma integrada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem como acionista a BTG Pactual Holding S.A. com participação de 100% do capital social, que se compromete a viabilizar a continuidade da empresa enquanto a empresa estiver em fase pré-operacional através de aportes de capital sempre que se fizer necessário. COVID-19: A Administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID-19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e práticas gerais de reposta a pandemia. A pandemia de COVID-19 apresentou, e continua apresentando, um impacto material sobre as empresas em todo o mundo, no ambiente econômico e político em que as empresas estão inseridas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de janeiro de 2023 e contemplam uma visão cas peia Administração em 17 de janeiro de 2023 e contemplam uma visao verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Companhia. 2. Apresentação das demonstrações contábeis contábeis: a. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasili, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, princisão baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos. os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais rando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulcontábeis, d. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e. Continuidade: A Administração avaliou a habilidade ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material rando. Portanto, demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio, f. Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variá-veis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem con-siderações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. 3. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. b) Instrumentos financeiros: Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia, todos os ativos e passivos estão registrados conforme as respectivas práticas. Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48: (i) <u>Data de reconhecimento</u>: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado. (ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais esses foram adquiridos e de suas ísticas. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo nanceiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e

Receitas financeiras Outras receitas operacionais /alor adicionado total a distribuir (72.358)Distribuição do valor adicionado Prejuízo do exercício Valor adicionado distribuído (72.358)(138.646) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em "Resultado Iíqui do com instrumentos financeiros". (iv) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: A Companhia designa ativos financeiros, irrevo-gavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsis tências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. (v) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Altivos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas especificas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como "Ganho/ (perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". (vi) Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mer custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contra-tivos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas especificas, que zado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoría, pois é esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Compaestão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto nhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento prazo de vencimento. b. Julgamento e estimativas contábeis: A preparação de vencia pode ocorrer. (vii) Redução ao valor recuperável de ativos financeidas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no reconhecimento inicial de um instrumento de dívios: Brasil, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem da, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer re (viii) Mensuração: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de ca- Notation de la contecimento e são mensuradas politicadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir.

 Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presen te da diferenca entre o fluxo de caixa contratual que é devido a Companhia se o so for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas espe radas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve tam bém reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconheci mento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercicio prorrogado; • o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal; • a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional; • o descumprimento de covenantis; « a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclass dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperá-vel". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia realiza a baixa do valor bruto carrega do dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa prová vel de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles. c) Ativos e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado e é provável que um desembolso de recursos que incorpora beneficios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, a mensura-ção e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. (iii) Instrumentos fixo: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua reacomo passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos lização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas -

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·							
DEMONSTRAÇÃO DO RE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em							
	Nota	31/12/2022	31/12/2021				
Receitas financeiras	10	19.144	2.909				
Despesa tributária	11	(16.808)	(19.354)				
Despesas administrativas	12	(116.422)	(142.312)				
Outras receitas/(despesas) não operacionais		24.920	757				
Prejuízo do exercício		(89.166)	(158.000)				
Média ponderada por ações no período	15	909.658	703.103				
Prejuízo por ação - Básico e diluído	15	(0,10)	(0,22)				
As notas explicativas são parte integrante de	as den	nonstrações (contábeis				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)							

Resultado abrangente do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstr são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recur sos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. d) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada, e são reconhecidos sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240.000 e de 9% para contribuição social. e) Reconhecimento de receitas e despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência. f) Resultado por ação: O lucro básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos

acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. 4. Gerenciamento de risco: a. Risco de mercado: O Gerenciamento de Riscos no Grupo BTG Pactual é le da Instituição. O Conselho de Administração do Grupo BTG Pactual, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês e áreas define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto nor membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisio na a implementação de propostas de novos negócios e produtos: (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Se a Companhia antecipa principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na valor de todas as perdas esperad pital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (xi) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioamentais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; (xii) Comitê ESG, composto pelos C-levels, foi temente incorporada nas práticas de negócio e de identificar as oportunidades de negócios ESG. O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal, Acrecom a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Grupo BTG Pactual são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri. na secão Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. b. Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário c. Análise de liquidez de ativos: Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos,

> Até 90 dias de 90 a 365 dias Total Caixa e equivalentes de caixa Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 173.077 174.936

> mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de

vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apu-

rar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia au-

mentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudi-cado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da

Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financei-

ra e aumento o risco de crédito da Companhia a elas. De acordo com sua políti-

ca, o Grupo BTG Pactual monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela

abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para os ativos da Companhia nos

	Variação pos ativos o passivos operacionais	(03.100)	(130.000)
	Variação nos ativos e passivos operacionais Ativos financeiros ao valor justo		
	por meio do resultado	(86.080)	15.084
	Outros ativos	(1.370)	520
	Contas a pagar	(25.186)	(6.489)
(Caixa líquido utilizado nas atividades		
	operacionais	(201.802)	(148.885)
	Atividades de financiamento		450.000
١,	Aumento de capital	200.000	150.000
(Caixa líquido proveniente das atividades	000 000	150,000
	de financiamento umento (diminuição) de caixa	200.000	<u>150.000</u>
	e equivalentes de caixa	(1.802)	1.115
	aldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.002)	
	No início do exercício	3.661	2.546
1	No fim do exercício	1.859	3.661
Α	umento (diminuição) de caixa		
•	e equivalentes de caixa	(1.802)	1.115
_	As notas explicativas são parte integrante das de	monstrações o	contábeis
			31/12/2021
	Até 90 dias	de 90 a 365 d	
A	tivo		
. (Caixa e equivalentes de caixa 3.661		- 3.661
	Ativos financeiros ao valor justo por		
	meio do resultado		997 86.997
	otal do ativo 3.661		997 90.658
	Risco de liquidez: Em 31 de dezembro de 2022		
	nha instrumentos financeiros passivos. 5. Caixa e e		
	re-se a depósitos bancários no Banco BTG Pactua 1 de dezembro de 2021- R\$3.661).	ai S.A. no vaio	r de H\$1.859
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do re	esultado:	
٠.	31/12/		31/12/2021
	Prazo		azo
	Emissormáximo\		imo Valor
	ertificados de Banco BTG		
	depósitos bancários Pactual S.A. 29/08/2023 173		
		3.077	86.997
	s ativos financeiros ao valor justo por meio do resu		
	ficados como nível 2 na hierarquia de valor justo, est		
	DI. A Administração entende que o valor desse ati		
	ezembro de 2022 e 2021, era o seu valor justo. 7. Ezembro de 2022 e 2021, a rubrica é composta ba		
	ompensar e despesas antecipadas no valor de R\$		
	021 - R\$1.300). 8. Contas a pagar: Em 31 de de		
	brica é composta basicamente por contas a pagar		
	eiros, como publicações e auditoria externa. 9. Patr		
S	ocial: Em 31 de dezembro de 2022 o capital se	ocial da Com	panhia é de
	\$1.000.500 (31 de dezembro de 2021 - R\$800.500)		
	gralizado, dividido em 1.000.500 (31 de dezembro		
	rdinárias, nominativas e sem valor nominal. Em asse		
	e 05 de maio de 2022, foi aprovado o aumento de o		
	\$200.000, mediante a emissão de 200.000 ações ela BTG Pactual Holding S.A. Em 05 de maio de		
	actual Stigma LLC, e o Fundo de Investimento em Pa		
	urquesa"), com participações no capital social da		
	1% e 56%, respectivamente, assinaram o instrume		
	enda da totalidade de ações da BTGI Quartzo Part		
	olding S.A. b) Reserva legal: A reserva legal é cons		
	no de 5% do lucro líquido do exercício até o limite d		
	cordo com o artigo 193 da lei societária nº 6.404/76.		
	sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório e		
	ercentual mínimo previsto e ajustado nos termos da D. Receitas Financeiras:	31/12/2022	
	Juros s/Certificados de Depósitos Bancários	31/12/2022	31/12/2021
	e Compromissadas	19.035	2.900
١	√ariação monetária sobre impostos pagos a maior	109	9
	otal receitas financeiras	19.144	2.909
11	I. Despesas tributárias: Em 31 de dezembro de 2		a rubrica era
	emposta basicamente por despesas de pagamento	de taxa de fis	calização da
	VM.		
	2. Despesas administrativas:	31/12/2022	
	Despesas de publicações	25.276	40.000
	Despesas de serviços técnicos e especializados	67.795 23.351	
	Outras despesas administrativas	23.351	72.312
			72.312 30.000
12	otal despesas administrativas 3. Partes relacionadas: As transações com partes i	116.422 relacionadas s	72.312 30.000 142.312
13	3. Partes relacionadas: As transações com partes	relacionadas s	72.312 30.000 142.312 ão efetuadas
13	B. Partes relacionadas: As transações com partes om base em taxas e condições usuais de mercado e	relacionadas s	72.312 30.000 142.312 ão efetuadas
13 cc es	8. Partes relacionadas: As transações com partes om base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas:	relacionadas s e o saldo dessa	72.312 30.000 142.312 ão efetuadas as operações Coligada (i)
13 cc es	8. Partes relacionadas: As transações com partes om base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas: tivo	relacionadas s e o saldo dessa 31/12/2022	72.312 30.000 142.312 ão efetuadas as operações Coligada (i) 31/12/2021
13 cc es	8. Partes relacionadas: As transações com partes om base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas:	relacionadas s e o saldo dessa	72.312 30.000 142.312 ão efetuadas as operações Coligada (i)

Ativos financeiros ao valor justo por meio 174.936 Coligada (i) 31/12/2022 31/12/2021 Resultado do exercício Receitas financeiras (i) Banco BTG Pactual S.A.

A Companhia não possuía funcionários durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as em presas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Adminotación de seu em consideração a opinião de seus advogados internos e exter-nos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha contabilizado ativos e passivos contingentes. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos ativos envolvendo questões fiscais relativos à suspensão de cobranças de PIS e COFINS sobre

15. Resultado por ação: 31/12/2022 31/12/2021 Prejuízo do exercício aos acionistas Média ponderada por ações no período 909.658 703.103 Prejuízo por ação - Básico e diluído (0,10) (0,22)
16. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios findos em 31 de Prejuízo por ação - Básico e diluído dezembro de 2022 e 2021, não foi apurada base fiscal para fins de recolhimento de impostos e a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa acumulada de R\$357.266 (31 de dezembro 2021 - R\$268.099).

CONTADOR

Aos Acionistas e Diretores da BTGI Quartzo Participações S.A. Opinião: Exa- nhia. Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado: Conforme descri- boração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade minamos as demonstrações financeiras da BTGI Quartzo Participações S.A. to na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente. das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resunanceiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos vantes, a posição patrimonial e financeira da BTGI Quartzo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstralada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planeiados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, in-

Edwyn Neves - Diretor RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, representados por certificados de denósitos bancários, no montante de R\$ 173.077, o que representava. aproximadamente, 97% do total do seu ativo. Esses certificados de depósitos bancários são precificados e registrados ao seu valor justo por mejo do resultado. Devido à sua representatividade no total de ativos da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da mensuração com base nas condições e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos, bem como verificamos a existência desses ativos por meio de documentação da instituição detentora e custodiante do título. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de mensuração dos ativos financeiros, que está consistente com a avaliação do valor justo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3 e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar. foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria. Cláudio Silva Foch

DIRFTORIA

avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos mos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimendetecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos mos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devequando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional mos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divule o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não gações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas opera- se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas cões, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o condas demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria teúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demons das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoá- trações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de vel de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventu- que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáfraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, considerador de uma perspectiva razoável, as decisões de uma perspectiva relacionamentos de uma perspectiva razoável, as decisões de uma perspe ravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avalia- mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício concrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em cirauditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não cunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2023

RSM

documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

ÁREAS SENSÍVEIS

Governo do Estado de SP e Agência Japonesa pretendem renovar cooperação

Freitas recebeu comitiva liderada pelo embaixador japonês Hayashi Teji. Junto ao secretário de Negócios Internacionais Lucas Ferraz, Tarcísio apresentou as áreas que prioridade nas futuras par-

ração Internacional do Japão cia e a sociedade civil com

btg pactual

O governador Tarcísio de (JICA) devem assinar a renovação do protocolo para cooperações mútuas, técnicas e financeiras pelos próximos cinco anos – a primeira parceria foi selada há 23 anos.

O Estado de São Paulo e deverão ser tratadas como o Japão possuem uma tradição de trabalho em conjunto com a JICA. Desde 2004, o No próximo mês, o governo projeto "Polícia Comunitápaulista e a Agência de Coope-ria", que aproxima a polí-

ações preventivas de combate à criminalidade, é considerado um modelo para o país, com experiência compartilhada com outros estados brasileiros.

no rebaixamento da calha do rio Tietê para prevenir transbordamentos, com financiamento de US\$ 494 milhões, e em ações da Sabesp na Represa Billings e na Baixada Santista, com empréstimos de US\$ 75 milhões e US\$ 500 milhões, respectivamente, entre outras inicia-

E o que podemos espe-A Agência também atuou rar para o futuro? Tarcísio de Freitas reconhece a importância da presença japonesa no estado de São Paulo e das parcerias em diversas frentes.

Da produção de ovos utilizados na fabricação de vacinas, na cidade de Bastos/SP, município com uma das colônias japonesas mais numerosas do estado, passando por eventos culturais como o Festival do Japão, que atrai mais de 200 mil visitantes, até a presença de empresas que controlam todas as suas operações na América Latina a partir de São Paulo, o Japão desempenha um relevante papel socioeconômico

no estado, e há espaço para crescer.

"Os iaponeses iá são grandes parceiros, e esperamos expandir a cooperação para áreas como mobilidade urbana e transição energética. É impressionante a quantidade de projetos bem-sucedidos que já temos com a JICA, e queremos vê-los também nessas outras áreas", afirmou

BTGI SAFIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 21.976.510/0001-79

Rua da Consolação, nº 2.285, conjunto 21, 2º andar, Bairro Cerqu

\sim							
BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em reais)							
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.275	5.631	Contas a pagar	8	22.833	45.710
Ativos financeiros ao valor justo por meio				Total do passivo		22.833	45.710
do resultado	6	136.072	86.997	Patrimônio líquido			
Outros ativos	7	35.959	1.159	Capital social		1.000.500	800.500
				Prejuízos acumulados		(850.027)	(752.423)
				Total do patrimônio líquido	9	150.473	48.077
Total do ativo		173.306	93.787	Total do passivo e do patrimônio líquido		173.306	93.787
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

		As notas	explicativas sã	o parte inte		
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em reais)						
		Capital	Prejuízos			
	<u>Nota</u>	social	acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2020		650.500	(602.956)	47.544		
Aumento de capital	9	150.000		150.000		
Prejuízo do exercício		_	(149.467)	(149.467)		
Em 31 de dezembro de 2021		800.500	(752.423)	48.077		
Aumento de capital	9	200.000		200.000		
Prejuízo do exercício		_	(97.604)	(97.604)		
Em 31 de dezembro de 2022 As notas explicativas são parte in		1.000.500 e das dem	(850.027) nonstrações co	150.473 ntábeis		
NOTAC EVEL ICATIVAC ÀC	DEMO	JETDACĈ	SEC CONTÁRI	=10		

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS Em 31 de Dezembro de 2022 (Em reais)

 Contexto operacional: A BTGI Safira Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 02 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. A sede da Companhia está localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2.285 - 2º andar, conjunto 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001. Em 05 de maio de 2022, os acionistas BTG Pactual Stigma LLC. e o Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), com participações no capital social da Companhia equivalentes a 44% e 56%, respectivaente, assinaram o instrumento particular de compra e venda da totalidade de são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo BTG Pactual, atuando no mercado de forma integrada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem como acionista a BTG Pactual Holding S.A. com participação de 100% do capital social, que se compromete a viabilizar a continuidade da Companhia enquanto estiver em fase operacional através de aportes de capital sempre que se fizer necessário. COVID-19: A Administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados à COVID-19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e práticas gerais de resposta a pandemia. A pandemia de COVID-19 apresentou, e continua apresentando, um impacto material sobre as empresas em todo o mundo, no ambiente econômico e político em que as Administração em de 17 de janeiro de 2023 e contemplam uma visão verdadeira apropriada da evolução e resultados da Companhia. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo pres que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento. contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que m como os montantes reportados de s sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas, c. Sazonalidade das transações; Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazocional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. e. Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Port as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio. f. Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível. sário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. 3. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudanca de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. b) Instrumentos financeiros: Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia, todos os ativos e passivos estão registrados conforme as respectivas práticas Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48: (i) <u>Data de reconhecimento</u>: Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em (ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da gentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são finalidade pelos quais esses foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baperda remota não requerem provisão e divulgação. d) Imposto de renda e possuía instrumentos financeiros passivos. 5. Caixa e equivalentes de caixa: seada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além contribuição social: As provisões para imposto de renda e contribuição social

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na de monstração do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros" (iv) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: A Companhia designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconheci mento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passi vos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. (v) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida: Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas especificas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou per das não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes". (vi) Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro ações da BTGI Safira Participações S.A. para a BTG Holding S.A. As operações deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo: • Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e; • Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois é esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer. (vii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de penhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes. (viii) Mensuração: Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir: • Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados recuperável na data de reporte; de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido a b. Julgamento e estimativas contábeis: A preparação das demonstrações entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber); • Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos repor- de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor pretados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na sente do fluxo de caixa futuro; • Compromissos de empréstimos não aportados: receitas e despesas durante o período. As estimativos aportados de devido a Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a tros contábeiros, o receitas e despesas durante o período. As estimativos, e avaitação dos felipistos de caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razofenda o caixa dos contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros, o contábeiros que a Administração acredita serem razofenda o caixa contratual que tros contábeiros que a Administração acredita serem razocontratual que tros contratual que tros contábeiros que a contratual que tros contáb de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que áveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os jul-com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores res, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditaque a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros. As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são: • a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício iuros ou do principal: • a deterioração na capacidade de pagamento e na perfornance operacional; • o descumprimento de covenants; • a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e • a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador. Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrandentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como "perdas acumuladas por redução ao valor recuperável". Se nos exercícios subsequentes ao reconhecim da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado. A Companhia realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos mentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser tingentes: Provisões são reconhecidas guando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos tica, o Grupo BTG Pactual monitora regularmente a posição de liquidez, feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e Ativo das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quanse torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui do, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado, provável saída de recursos para liguidação das obrigações e guando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contir

queira César, na Cidade de São Paulo, Estado d	e São F	Paulo					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em reais, exceto quando indicado)							
,		31/12/2022					
Receitas financeiras	10	18.770	2.837				
Despesa tributária	11	(24.784)	(19.350)				
Outras receitas operacionais		22.823	_				
Despesas administrativas	12	(114.377)					
Outras receitas/(despesas) operacionais		(36)	1.278				
Prejuízo do exercício		(97.604)					
Média ponderada por ações no período	15	932.555	703.103				
Prejuízo por ação - Básico e diluído	15	(0,10)	(0,21)				
As notas explicativas são parte integrante d	as dem	onstrações d	contábeis				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTA Exercícios Findos em 31 de De							
	3	1/12/2022	31/12/2021				
Prejuízo do exercício	_	(97.604)	(149.467)				
Resultado abrangente do exercício	_	(97.604)	(149.467)				
As notas explicativas são parte integrante da	as demo	onstrações c	ontábeis				
previstas na legislação fiscal. O imposto de reno	da e a c	ontribuição s	ocial diferida				
são calculados sobre o valor das diferenças ter	nporária	as, do preiuíz	zo fiscal e da				
base negativa acumulada, e são reconhecidos							
montantes for julgada provável. Para o imposto							
15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lu							
R\$240.000 e de 9% para contribuição social. e)							
despesas: O resultado é apurado pelo regime							
por ação: O lucro básico e diluído por ação é o							
quido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada							

A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. 4. Gerencia mento de risco: a. Risco de mercado: O Gerenciamento de Riscos no Grupo BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Grupo BTG Pactual, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estraté gias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e contro les de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encar regados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia políticas, limites e monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias: (iv) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a mentação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"); (vi) Área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) Área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comité de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO e CFO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital: (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Grupo BTG Pactual são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados Tota no site www.btgpactual.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/Gerencia mento de Risco. b. Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a era exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário. c. Análise de liquidez de ativos: Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender às solicitações de resgate. Além disso, tais 13. circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, com afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de Ativ vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia auprejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financei ra e aumento do risco de crédito da Companhia a elas. De acordo com sua políserá requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para os ativos da Com-

a nos exercícios findos en	n 31 de deze	embro de 2022	e 2021:
		31,	/12/2022
	Até 90 dias	de 90 a 365 dias	Total
a e equivalentes de caixa	1.275	_	1.275
s financeiros ao valor justo			
meio do resultado	_	136.072	136.072
do ativo	1.275	136.072	137.347
		31,	/12/2021
	Até 90 dias	de 90 a 365 dias	Total
a e equivalentes de caixa	5.631	_	5.631
s financeiros ao valor justo			
meio do resultado	_	86.997	86.997

apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como d. Risco de liquidez: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não Refere-se a depósitos bancários no Banco BTG Pactual S.A. no valor de Ihimento de impostos e a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa do seu fluxo de caixa contratual. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões R\$1.275 (31 de dezembro de 2021 - R\$5.631).

DEMONSTRAÇÃO Exercícios Findos er						
	1	Nota	31/1	2/2022	31/12/2021	
Prejuízo do exercício Variação nos ativos e passivos ope	eracionais		(9	97.604)	(149.467)	
			(4	19.075)	6.918	
Outros ativos				34.800)	862	
Contas a pagar			(2	22.877)	(5.884)	
Caixa líquido utilizado nas atividad	les operaciona	iis)4.356 <u>)</u>		
Atividades de financiamento Aumento de capital		9	2	00.000	150.000	
Caixa líquido proveniente das ativi financiamento	dades de		2	00.000	150.000	
Aumento (Redução) de caixa e ec de caixa	quivalentes			(4.356)		
Saldo de caixa e equivalentes de ca No início do exercício	aixa			5.631	3.202	
No fim do exercício				1.275	5.631	
Aumento (Redução) de caixa e ec de caixa				(4.356)	2.429	
As notas explicativas são parte i	_			_	ontábeis	
DEMONSTRAÇÃO Exercícios Findos en						
LACICIOS FINOS EN	J i de Dezei				21/12/2021	
Insumos adquiridos de terceiros - Se	anvione de terre				31/12/2021 (134.232)	
Valor adicionado líquido produzido p	oela entidade			4.377) <u>4.377)</u>	(134.232)	
Valor adicionado recebido em transf financeiras	ferência - Rece	eitas		18.770	2.837	
Outras receitas operacionais				22.823	1.278	
Outras receitas/(despesas) operac	ionais		•	(36)	-	
Valor adicionado total a distribuir Distribuição do valor adicionado			(7	2.820)	(130.117)	
Impostos taxas e contribuições			2	24.784	19.350	
Prejuízo do período			(9	7.604)	(149.467)	
Valor adicionado distribuído			(7	2.820)	(130.117)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
6. Ativos financeiros ao valor just				lo:		
o. Auvos illiancenos ao valor just					31/12/2021	
	91/ Prazo	/12/2	022	Pr	31/12/2021 azo	
Emissor	31	/12/2		Pr		
Emissor Banco BTG Pactual S.A.	91/ Prazo	/12/2	022	Pr	azo	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos	Prazo máximo	/12/2	o22	Pr máx	azo imo Valor	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A.	91/ Prazo	/12/2 	022 alor 072	Pr máx	azo imo Valor 022 <u>86.997</u>	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total	31/ Prazo máximo 29/08/2023	Va 136.0	022 alor 072 072	Pr máx 26/08/2	azo imo Valor 022 <u>86.997</u> 86.997	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total	31/ Prazo máximo 29/08/2023	Va 136.0	022 alor 072 072	Pr máx 26/08/2	azo imo Valor 022 <u>86.997</u> 86.997	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re	136.0 136.0 136.0 136.0	022 alor 072 072 do er	Pr máx 26/08/2	022 86.997 86.997 m-se classif	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo cados como nível 2 na hierarquia di	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e	136. 136. sulta	022 alor 072 072 do en	Pr máx 26/08/2 ncontrai dexado	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse	136.0 136.0 136.0 sulta estano ativo,	022 alor 072 072 do er	Pr máxi 26/08/2 ncontrai dexado data-bas	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3'	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro	136.0 136.0 sulta estano ativo,	072 072 072 do er do ind , na co	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se l, a rubrica	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo pados como nível 2 na hierarquia d CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro i judicial e impo	Va 136.0 136.0 sulta estandativo, o de sostos	072 : 072 : 072 : 072 : 00 er do in 00 : 00 : 00 : 00 : 00 : 00 : 00 : 0	Pr máx 26/08/2 ncontra dexado data-bas e 2021 mpensa	azo Valor 022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se I, a rubrica ar no valor d	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo y cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembrr o judicial e impr R\$1.159). 8. C	136.1 136.1 136.1 sulta estandativo, o de :	072 : 072 : 072 : 00 er do ind na co	Pr máx 26/08/2 ncontra dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E	azo Valor 022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se l, a rubrica ar no valor d cm 31 de de	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impre 18\$1.159). 8. C e composta ba	136.1 136.1 136.1 sulta estandativo, o de sostos onta sican	072 : 072 : 072 : 072 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 :	Pr máx 26/08/2 ncontrar dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se la rubrica ar no valor d em 31 de de ontas a paga	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impre 18\$1.159). 8. C e composta ba	136.1 136.1 136.1 sulta estandativo, o de sostos onta sican	072 : 072 : 072 : 072 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 : 0 :	Pr máx 26/08/2 ncontrar dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se la rubrica ar no valor d em 31 de de ontas a paga	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo pados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor	31, Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impo máximo i composta ba mo publicaçõe	136.1 136.1 136.1 sulta estandativo, o de sostos onta sican s e a	072 do en do inc. na cola s a prente audito	Pr máxi 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte	022 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se l, a rubrica ar no valor d cm 31 de de intas a pagerna. 9. Patr	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo y cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembre judicial e impe R\$1.159). 8. C e composta ba mo publicaçõe Em 31 de deze Em 31 de deze	Va 136.0 136.0 sulta estano ativo, o de a sicano se a a embro	0022 alor 072 2 072 do er do inc., na co 2022 a cor sa prenente sudito o de 2	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o	022 86.997 86.997 86.997 85 a 100% d se, era o se I, a rubrica ar no valor d Em 31 de de intas a paga irna. 9. Patr capital socia	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3)	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro 1 judicial e impor R\$1.159). 8. C o composta ba mo publicaçõe Em 31 de dezembr 1 de dezembro 1 dezembro 1 de dezembro 1 dezembro 1 dezembro 1 de dezembro	136.1 136.1 136.1 sulta estano ativo, o de sostos onta sican s e a embro o de	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o - R\$80	022 86.997 Meson Valor 022 86.997 Meson Classifi S a 100% d Se, era o se I, a rubrica ar no valor d Em 31 de de intas a paga rirna. 9. Patr capital socia 0.500), tota	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo pados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, div	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, é o valor desse 1 de dezembro judicial e impresanto publicaçõe m 31 de dezem 11 de dezembro idido em 1.000	Va 136. 136. 136. 136. 136. 136. 136. 136.	022 alor 072 do er do in , na c 2022 a co s a p nente udito o de 2 2021	Pr máx 26/08/2 ncontrai dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o - R\$80 es ordir	22 86.997 86.997 86.997 86.997 87 88.997 88.997 88.997 89.	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo y cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembre judicial e impo publicaçõe Em 31 de dezembre didido em 1.000 nativas e sem	Va 136.1 136	022 072 072 072 0072	Pr máx 26/08/2 ncontrai dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o - R\$80 es ordir inal. En	azo imo Valor 022 86.9977 86.9977 m-se classifis s a 100% d se, era o se l, a rubrica ar no valor d fim 31 de de mitas a pagarrna. 9. Patr capital socie 0.500), tota hárias (31 d a ssemblei	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica érelativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impor publicaçõe composta ba mos e composta de compos	Va 136.1 136	022 072 072 072 072 000 000 000	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ría exte 2022 o - R\$80 es ordir inal. En umento	azo mo Valor 22 86.997 86.997 m-se classif s a 100% d se, era o se l, a rubrica ar no valor d em 31 de de ntas a page rna. 9. Patr capital social co.5500, total rárias (31 d n assemblei de capital no	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio d montante total de R\$200.000, media	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impresanto por meio do re e composta ba mo publicaçõe Em 31 de dezembridido em 1.000 nativas e sem e 2022, foi aprante a emissăc	Va 136.0 Va	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E por co ria exte 2022 o - R\$80 es ordir inal. En umento 00 açõo	azo Mimo Valor 286.997 86.997 m-se classifis a 100% d sse, era o se, l, a rubrica ar no valor d em 31 de de intas a page arma. 9. Patr capital socio, 0.500), tota dirias (31 d a assemblei de capital n se subscritat ne se se subscritat ne se se subscritat ne se	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo y cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, media e integralizadas pela BTG Pactual	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impresa 1.159). 8. C e composta ba mo publicações 11 de dezembro didido em 1.000 nativas e sem e 2022, foi aproante a emissão Holding S.A.	136.1 136.1	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2 ncontral dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o - R\$80 es ordir inal. En umento 00 açõe e mão	azo imo Valor Valor 022 86.997 m-se classifis s a 100% d se, era o se i, a rubrica ar no valor d rm 31 de de minas a pagarrna. 9. Patr capital socie 0.500), tota hárias (31 d d n assemblei de capital n ses subscrita de 2022, o de 2022, o de control de capital n ses subscrita de 2022, o de control de capital n ses subscrita de 2022, o de control de capital n ses subscrita de 2022, o de control de capital n ses subscrita de 2022, o de control de capital n ses subscrita de 2022, o de control de capital n ses subscrita de capital	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500, nomi geral extraordinária de 0.5 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLG	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impormante a composta ba momenta de dezembro de dezembro de dezembro de composta ba momenta de dezembro de dezembro de dezembro de dezembro de dezembro de composta ba mativa e e composta ba mativa e e composta ba mativa e de dezembro d	136.0 Va 136	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2 ncontrai dexado data-bas e 2021 mpensa agar: E e por co ria exte 2022 o - R\$80 es ordir inal. En umento 00 açõe e maio e maio e mento e	water and the second of the se	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35,959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio d montante total de R\$200.000, media e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro justo, e o composta ba mo publicaçõe Em 31 de dezem 31 de dezembra de dezembra de dezembra de composta o de composta ba mo publicaçõe Em 31 de dezem 4 de dezembra de composta o de composta o de composta o de composta de composta de decembra de composta de	136.0 136.0 sulta estano de se conta estano de se c	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2 26/08/2 acontrat dexado data-ba: e 202: e 202: ria exte 2022 o - R\$60 inial. En umento o a maio mento e al socia- al socia-	azo Mimo Valor 286.997 86.997 m-se classifis a 100% d see, era o se l, a rubrica ar no valor d Em 31 de de intas a pagerra. 9. Patr capital socio. 0.500), tota di assemblei de capital n des subscrita de 2022, o em Participal del Compal del	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo pados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: Ed a Companhia é de R\$1.000.500 (3) mente subscrito e integralizado, dividezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, é co valor desse 1 de dezembro judicial e impresante produce de composta ba mo publicaçõe m 31 de dezembridido em 1.000 nativas e sem e dezembrante a emissãa Holding S.A. C. e o Fundo o m participaçõe pectivamente,	136.1 136.1	one of the state o	Pr máx 26/08/2 26/08/2 acontrai dexado data-ba: e poprace e poprace e poprace e por como de	azo imo Valor 286.997 86.997 m-se classifis a 100% d see, ira o se l, a rubrica ar no valor d fim 31 de de intas a pagarrna. 9. Patr capital socia (0.500), tota hárias (31 d d n assemblei de capital n se subscritad de 2022, o em Participa il da Comperumento par umento par umento par el misso.	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo pados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - I zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: Ed a Companhia é de R\$1.000.500 (3) mente subscrito e integralizado, dividezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, é co valor desse 1 de dezembro judicial e impresante produce de composta ba mo publicaçõe m 31 de dezembridido em 1.000 nativas e sem e dezembrante a emissãa Holding S.A. C. e o Fundo o m participaçõe pectivamente,	136.1 136.1	one of the state o	Pr máx 26/08/2 26/08/2 acontrai dexado data-ba: e poprace e poprace e poprace e por como de	azo imo Valor 286.997 86.997 m-se classifis a 100% d se, era o se l, a rubrica ar no valor d fm 31 de de dintas a pagarrna. 9. Patr capital social 0.500), tota hárias (31 d d n assemblei de capital n se subscritad de 2022, o m Participa il da Comperumento par umento par umento par un se con s	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo y cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor hia equivalentes a 44% e 56% res ticular de compra e venda da totalid	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impo publicaçõe em o valor desse 1 de dezembro dido em 1.000 nativas e seme e 2022, foi aprante a emissão em participaçõe pectivamente, lade de ações	136.1 136.1 136.1 sulta estano ativo, o de : ostos onta se a a embro o de 2 0.500 valor o de 2 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1 de 2 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1 de 1	do er do inc., na c c 2022 a con sa p p c c c c c c c c c c c c c c c c c	Pr máx 26/08/2 acontral dexado data-basa e 2021 pro por coria exte e por coria exte e por coria exte e por coria exte en extendinal. En extendinal en extendinal en extendinal en extendinal en extendinal ext	azo imo Valor Valor 022 86.997 m-se classifis s a 100% d se, era o se i, a rubrica ar no valor d ma 31 de de ima 31 d	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35,959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res ticular de compra e venda da totalid S.A. para a BTG Holding S.A. b) R	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro justo, e o valor desse 1 de dezembro particida e importado en 1000 mativas e sem 2022, foi aprante a emissão Holding S.A. C. e o Fundo om participaçõe pectivamente, lade de ações leserva legal:	136.1 136.1	alor ora construction of the construction of	Pr máx 26/08/2 26/08/2 acontrar dexado dexado deta-base e 2021 procesor	azo mo Valor 286.997 86.997 m-se classifs a 100% d se, era o se 1, a rubrica ar no valor d em 31 de de ntas a page grana. 9. Patr capital socio, 10,500, tota n'arias (31 d n assemblei de capital n es subscrita de 2022, o em Participa el da Compe rumento pa P-articipaçõe é constituíd	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo 1 cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, media e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res ticular de compra e venda da totalid S.A. para a BTG Holding S.A. b) R mediante a apropriação de 5% do I R	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor judicial e impresa la dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro dedezembro de 2022, foi aproante a emissão Holding S.A. C. e o Fundo o me participaçõe pectivamente, lade de açõese pectivamente, lade de açõese deserva legal: ucro líquido do deserva legal: ucro líquido de deserva legal: ucro líquido d	136.0 136.0	022 072 072 072 072 072 073 074 075 075 075 075 075 075 075 075 075 075	Pr máx 26/08/2 contrat dexado data-ba: e 2021 mpenss p por co- ria exter 26/08/2 e 3021 minal. En mento e mal soci al até o li a legal até o li	azo Malor Valor 286.997 86.997 86.997 86.997 87.99 88.997 89.99	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo j cados como nível 2 na hierarquia d cDI. A Administração entende que valor justo. 7. Outros ativos: Em 3' composta basicamente por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.00.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res sticular de compra e venda da totalid S.A. para a BTG Holding S.A. b) R mediante a apropriação de 5% do li do capital social, de acordo com c	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembre. Si de dezembre mo publicaçõe e im 31 de dezembre diddo em 1.000 nativas e sem e 2022, foi aprante a emissão com participaçõe pectivamente, dade de ações teserva legal: ucro líquido do Artigo 193 co Artigo 193	136.0 136.0	one of the control of	Prrmáx 26/08/2 26/0	azo imo Valor Valor 022 86.997 m-se classifis s a 100% d se, era o se i, a rubrica ar no valor d rm 31 de de imma 1 de de imma 1 de de imma 1 de de imma 1 de de imma se a pagarrna. 9. Patricapital socielo.500), tota hárias (31 de capital n ses subscrita de 2022, o em Participa d un compararticipaçõe é constituíd immite de 209, nº 6.404/76 e con nº 6	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia de CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: com justo. 8. A com posta por depósito R\$35.959 (31 dezembro de 2021 - j zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, divi dezembro de 2021 - 800.500, nomi geral extraordinária de 05 de maio de montante total de R\$200.000, medie e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res ticular de compra e venda da totalic S.A. para a BTG Holding S.A. b) R mediante a apropriação de 5% do l do capital social, de acordo com c c) Distribuíção de lucros: A Comp	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impor publicaçõe com 31 de dezembro idido em 1.00 nativas e sem e 2022, foi aprante a emissão Holding S.A. C. e o Fundo om participaçõe pectivamente, lade de ações deserva legal: ucro líquido do Artigo 193 co anhia distribuir	136.1 136.1 136.1 sulta stano o de : o ostos onta sicana sicana sicana o de : o ostos onta sicana o de : o ostos onta o de : o de : o ostos onta o de : o ostos onta o de : o ostos onta o de : o ostos o de : o ostos o ostos	072 : 072 :	Pr máx 26/08/2	azo mo Valor 286.997 86.997 m-se classifs a 100% d see, era o se se, ra o se se se, ra o se se se, ra o se	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos bancários S.A. Total Os ativos financeiros ao valor justo p cados como nível 2 na hierarquia di CDI. A Administração entende que e valor justo. 7. Outros ativos: Em 3: composta basicamente por depósito R\$35,959 (31 dezembro de 2021 - 1 zembro de 2022 e 2021, a rubrica é relativos a serviços de terceiros, cor mônio líquido: a) Capital social: E da Companhia é de R\$1.000.500 (3 mente subscrito e integralizado, div dezembro de 2021 - 800.500), nomi geral extraordinária de 0.50 de maio d montante total de R\$200.000, media e integralizadas pela BTG Pactual acionistas BTG Pactual Stigma LLC ções Turquesa ("FIP Turquesa"), cor nhia equivalentes a 44% e 56% res ticular de compra e venda da totalid S.A. para a BTG Holding S.A. b) R mediante a apropriação de 5% do la do capital social, de acordo com c c) Distribuição de lucros: A Comp em cada exercício social, o percentu	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justio, e o valor desse 1 de dezembro judicial e impresante produce de composta ba mo publicaçõe Em 31 de dezembridido em 1.000 nativas e sem e 2022, foi aprante a emissão Holding S.A. C. e o Fundo o m participaçõe pectivamente, lade de ações leserva legal: ucro líquido do Artigo 193 de anhia distribuial mínimo pre	136.1 136.1 136.1 sulta estamo de control	occidente de la composición del composición de la composición de l	Pr máx 26/08/2 contrat dexado data-ba: e 2021 mpagar: e 2021 por co ria exte suagar: e 3022 o 0 - R\$80 es ordir inal. En e maio o a fa si a fa até o li cietária até o li cietária tietária	azo Malor Valor 286.997 86.997 m-se classifis a 100% disse, era o se la, a rubrica ar no valor dentas a pagerra. 9. Patr capital socio, 0.500), tota de capital no subscribe de 2022, o m Participa de 2022, o m Participaçõe de constituídimite de 209 nº 6.0404/76 lo 6.0404/76 lo 6.0404/76 lo 6.0404/76 lo 6.0404/76 lo 6.0404/76 lo 6.0505 stermos d	
Emissor Banco BTG Pactual S.A. Certificados de depósitos	Prazo máximo 29/08/2023 por meio do re e valor justo, e o valor desse 1 de dezembre judicial e impp R\$1.159). 8. C e composta ba mo publicaçõe cim 31 de dezembre idido em 1.000 nativas e sem e 2022, foi aprante a emissãa C. e o Fundo o m participaçõe pectivamente, dade de ações teserva legal: ucro líquido do Artigo 193 canhia distribuiu almínimo prenanceiras:	136.1 136.1 136.1 sulta estamo de control	occidente de la composición del composición de la composición de l	Pr máx 26/08/2 contrat dexado data-ba: e 2021 mpagar: e 2021 por co ria exte suagar: e 3022 o 0 - R\$80 es ordir inal. En e maio o a fa si a fa até o li cietária até o li cietária tietária	azo mo Valor 286.997 86.997 m-se classifs a 100% d see, era o se se, ra o se se se, ra o se se se, ra o se	

reada exercicio sociai, o percentual minimo previst	o e ajustado H	os territos da
jislação aplicável. 10. Receitas financeiras:	31/12/2022	31/12/2021
uros s/Certificados de Depósitos Bancário		
e Compromissadas	18.671	2.823
ariação monetária sobre impostos pagos a maior	99	14
tal receitas financeiras	18.770	2.837
. Despesas tributárias: Em 31 de dezembro de	e 2022 e 202	21, a rubrica
a composta basicamente por despesas de pagame	nto de taxa de	e fiscalização
CVM. 12. Despesas administrativas:	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de publicações	22.085	40.000
Despesas de serviços técnicos e especializados	68.938	61.617
Despesas de custódia	23.354	523
Outras despesas administrativas	_	32.092
tal despesas administrativas	114.377	134.232
. Partes relacionadas: As transações com partes r	elacionadas s	ão efetuadas
m base em taxas e condições usuais de mercado e	o saldo dessa	as operações
tão refletidos nas seguintes contas:	Coliga	da (i)
ivo	31/12/2022	31/12/2021
caixa e equivalente de caixa	1.275	5.631
tivos financeiros ao valor justo por meio		
do resultado	136.072	86.997
tal ativos	137.347	92.628
	Coliga	
sultado do período	2022	2021
leceitas financeiras	18.671	2.837
tal receitas	18.671	2.837
Banco BTG Pactual S.A.		

A Companhia não possuía funcionários durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão sempre que julque necessário para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha contabilizado ativos e passivos contingentes. 15. Resultado por ação: 31/12/2022 31/12/2021 Prejuízo do período aos acionistas (149.467) 703.103 Média ponderada por ações no período Prejuízo por ação - Básico e diluído

Prejuízo por ação - Básico e diluído (0,10) (0,21)

16. Imposto de renda e contribuição social: No período e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi apurada base fiscal para fins de recoacumulada de R\$357.768 (31 de dezembro de 2021- R\$260.164).

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zanvettor - CRC nº RJ 092069/O-8

e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesdas principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTGI Safira Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilida-des, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício monstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultacontábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstratábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos vas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA Aos Acionistas e Diretores da **BTGI Safira Participações S.A. Opinião:** Examinia. Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado: Conforme descrito na boração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidanos as demonstrações financeiras da **BTGI Safira Participações S.A.** (Comnota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ativos avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, de operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante financeiros ao valor justo por meio do resultado, representados por certificados de depósitos bancários, no montante de R\$ 136.072, o que representava, aproximadamente, 79% do total do seu ativo. Esses certificados de depósitos bancários são precificados e registrados ao seu valor justo por meio do resultado. Devido à sua representatividade no total de ativos da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da mensurações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoás demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os suração com base nas condições e premissas consideradas pela Administração vel de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de ventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Cosuração com base nas condições e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos, bem como verificamos a existência desses ativos por meio de documentação da instituição detentora e custodiante do título. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de mensuração dos ativos financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração do valor justo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3 e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, Em nossa opinião, essa depectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada beis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na ela-distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na ela-distorção relevante em relação a eventos ou condições Contador - CRC-RJ - 102.455/O-4

DIRETORIA

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações fi nanceiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independenemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o provenienentendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar mos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da CRC - RJ - 4080/O-9

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Tooperações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada davia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutar e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em gências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com dos como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que. dessa maneira, constituem os principais assuntos de nos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas te de erro. iá que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os be-Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2023

RSM

documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

Rodada de palestras vai tirar dúvidas sobre Programa de Aceleração

A Prefeitura de São Paulo realizará uma rodada de quatro palestras para tirar dúvidas dos interessados em se inscrever para a oitava edição do Programa de Aceleração Vai Tec. Três encontros serão mediados pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa) virtual e presencialmente, em unidades dos Teias, espaços de trabalho gratuitos. O Vai Tec 8 está com inscrições abertas até 28 de fevereiro, às 18h, pelo site www.adesampa.com.br/vaitec8.

A primeira palestra será realizada nesta quinta-feira (9) no Teia Itaquera, das 13h30 às 15h; a segunda acontece na segunda-feira (13) no Teia Cidade Tiradentes, das 13h às 16h; já a terceira rodada será on-line, na terça-feira (14), das 19h às 20h, pela plataforma Google Meet; e a última acontece na quinta-feira (15), das 15h às das atividades presenciais da Prefeitura, por meio da

devem se inscrever pelo link app.adesampa.com.br, já a atividade on-line, a inscrição deve ser realizada pelo formulário: www.bit.ly/lnscricoes-tiraduvidas-VAITEC8.

Para esta edição, serão selecionadas até 24 projetos periféricos que utilizam a tecnologia como parte essencial do modelo de negócio. O programa oferece de forma gratuita - oficinas, mentorias, assessorias, além de aporte financeiro de R\$ 42.500 para cada um dos projetos selecionados e promove conexões entre os negócios com o ecossistema empreendedor da cidade.

O Vai Tec auxilia jovens a desenvolver, validar e impulsionar empreendimentos inovadores e que utilizem tecnologia como parte essencial do modelo de negócio, com potencial de desenvolvimento local e a geração de emprego e renda na perife-17h, no Teia Heliópolis. Os ria da Cidade de São Paulo. interessados em participar O programa é uma iniciativa

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, com intermédio da Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa).

Cada equipe selecionada deverá ser composta por, pelo menos, dois membros, que deverão participar de, no mínimo, 85% (cada um) de todas as atividades propostas pelo programa. Os interessados devem residir na cidade de São Paulo, em uma das regiões indicadas no edital, que está disponível no site do programa - www. adesampa.com.br/vaitec8.

O aporte financeiro deverá ser utilizado conforme orientação recebida durante as assessorias, a fim de melhorar os processos produtivos, tais como: compra de equipamentos, investimento em mão-de--obra especializada, marketing e comunicação e outros tipos de gastos conforme as necessidades surgidas durante o processo de ace-

Cyxtera Brasil Colocation e Data Center Ltda. =

5ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Cyxtera Data Centers, Inc. (anteriormente denominada Savvis, Inc.), sociedade constituída e existente de acordo com as Leis de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 2333 Ponce de Leon Blvd., Suite 900, Coral Gables, Flórida, Estados Unidos da América, inscrita no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 05.638.369/0001-48, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Ramon Fernandez Aracil Filho, brasileiro, casado, advogado, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 132.929.988-40 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo ("OAB/SP") sob o nº 180.624, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2300, 1º andar, Cerqueira César, CEP 01418-200 ("Sócia"), Única sócia da Cyxtera Brasil Colocation e Data Center Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2300, 1º andar, sala 11-A, Cerqueira César, CEP 01418-200, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 26.889.544/0001-40, com o seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("<u>JUCESP"</u>) sob o NIRE 35.230.328.635 ("<u>Sociedade</u>"), **Resolve** alterar o Contrato Social da Sociedade, para fazer constar o que segue: **1. Redução de Capital Social**: 1.1. A Sócia resolve reduzir o capital social, considerado excessivo para o desempenho das atividades sociais da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, da Lei 10.406/2002 ("<u>Código Civil</u>"), em R\$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais), passando de R\$ 957.899,00 (novecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e noventa e nove reais) para R\$899,00 (oitocentos e noventa e nove reais). Tal redução será feita restituindo-se o valor das quotas correspondentes à Sócia. 1.1.1. Os efeitos da redução de capital social ora aprovada ficarão condicionados à ausência de oposição dos credores da Sociedade no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da publicação deste instrumento, nos termos dos §§ 1° e 2° do artigo 1.084 do Código Civil. 1.2. Em decorrência da redução do capital social da Sociedade, o Artigo 5° do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação: "Capital Social: Artigo 5°. O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$899,00 (oitocentos e noventa e nove reais), dividido em 899 (oitocentas e noventa e nove) quotas idênticas no valor nominal del R\$1,00 (um real) cada, detidas em sua totalidade pela Cyxtera Data Centers, Inc. Parágrafo Único. Conforme previsto no artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização." Consolidação: 2.1. Em razão da deliberação acima, o contrato social da Sociedade passará a viger com a seguinte nova redação: "Contrato Social da Cyxtera Brasil Colocation e Data Center Ltda. - Denominação e Sede: Artigo 1º. A denominação social da Sociedade é Cyxtera Brasil Colocation e Data Center Ltda. - Artigo 2º. A Sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2300, 1º andar, sala 11-A, Cerqueira César, CEP 01418-200, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou fora dele por deliberação de sócios representando a majoria do capital social da Sociedade, em reunião. Objeto Social: Artigo 3°. O objeto social da Sociedade consiste em disponibilizar (a) acesso e direitos de utilização de espaços específicos de datacenters para permitir aos clientes a localização e operação de seus computadores, servidores, redes de dados e equipamentos de processamento de dados e equipamentos de serviço de voz; (b) acesso à energia elétrica necessária para operar tais equipamentos; (c) conectividade de tais equipamentos a redes de comunicação externas; (d) serviços auxiliares relacionados à instalação e utilização de tais equipamentos, bem como a manutenção ou otimização da operação de desempenho de tais equipamentos; e (e) outros serviços auxiliares relacionados às questões descritas nas nos itens (a) a (d). Duração: Artigo 4°. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capital Social: Artigo 5°. O capital da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$899,00 (oitocentos e noventa e nove reais), dividido em 899 (oitocentas e noventa e nove) quotas idênticas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, detidas em sua totalidade pela Cyxtera Data Centers, Inc. Parágrafo Único. Conforme previsto no artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização.

Administração: Artigo 6°. A administração da Sociedade será exercida por uma ou mais pessoas naturais, residentes no Brasil, nomeadas pela única sócia. Os administradores da Sociedade serão designados "Diretores". Parágrafo 1°. Para fins deste Artigo, os Srs. Ramon Fernandez Aracil Filho, brasileiro, casado, advogado, inscrito no cadastro Nacional e Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/ME") sob o nº 132.929.988-40 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo ("OAB/SP") sob o nº 180.624, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Alameda Santos, nº 2300, 1º andar, Cerqueira César, CEP 01418-200, e Felipe Gabriel Machado Carquin, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito no CPF/ME sob o nº 039,944,359-27 e na OAB/SP sob o nº 319.496, residente e domicillado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório comercial na Alameda Santos, nº 2300, 1º andar, CEP 01418-200, deverão ocupar os cargos de Diretores da Sociedade, para um mandato de 2 (dois) anos, contado a partir de 22 de novembro de 2021. Ficam ratificados os atos praticados pelos administradores entre os dias 20.03.2021 e 22.11.2021. **Parágrafo 2º**. Os sócios poderão designar terceiros não sócios para ratilicados os alos platicados peros administraciones ferire os utas 2003-2011 e 22.11.2021. Para agrato 2.00 sociolos peros administração. Parágrafo 3º. A nomeação dos Diretores dependerá da aprovação da una nimidade dos sócios, caso o capital não esteja totalmente integralizado, ou de sócios titulares, no mínimo, de 2/3 (dois terços) do capital social, caso o capital esteja integralizado. Parágrafo 4º. Os Diretores serão nomeados pelos sócios em reunião ou por meio de alteração do Contrato Social, cuia ata ou alteração do Contrato Social será levado a registro no Registro Público de Empresas Mercantis, valendo como comprovante adequado da nomeação. Parágrafo 5°. Os Diretores terão as designações que lhes forem atribuídas no ato de sua respectiva nomeação, e o Diretor nomeado em reunião de sócios será investido em seu cargo mediante assinatura do termo de posse ou do instrumento de nomeação correspondente. O Diretor deverá permanecer em seu cargo até a posse de seu sucessor. Parágrafo 6°, O mandato do Diretor será estabelecido no momento de sua respectiva nomeação, sendo admitida a recondução. A realização de uma reunião anual de sócios para nomeação de Diretores será dispensada. Parágrafo 7°. A destituição de Diretores poderá se dar, a qualquer tempo, mediante deliberação, em reunião, de sócios representando a majoria do capital social ou, mediante deliberação, em instrumento de alteração do Contrato Social, de sócios titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social. Parágrafo 8°. A remuneração dos Diretores será estabelecida por deliberação de sócios representando a maioria do capital social, podendo a deliberação estabelecer que os Diretores não perceberão qualquer remuneração. Artigo 7°. Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social ou no respectivo instrumento de nomeação, para tanto dispondo, entre outros poderes, dos necessários para: (a) zelar pela observância da lei, deste Contrato Social e pelo cumprimento das deliberações dos sócios; (b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir móveis ou imóveis da Sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições; e (c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Sociedade. Artigo 8°. Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentacões financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por um Diretor ou um procurador, desde que investidos de poderes para tanto. Parágrafo Único. A representação da Sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete a qualquer Diretor agindo isoladamente. Artigo 9º. Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação prévia e por escrito de qualquer de seus membros. Para que a reunião possa se instalar e validamente deliberar, é necessário a presença de pelo menos metade dos Diretores da Sociedade, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. **Parágrafo 1º**. A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito enviado com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse prazo e o aviso escrito sempre que houver reunião ser letta friedante avisci escritto enviado comit, peter interios, o (cintros), o dia de articedentida, dispersantose esse prazo e o aviso escrito sempre que ritorier refunido com a presença ou a representação da totalidade dos Diretores. **Parágrafo** 2º. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos Diretores presentes e serão registradas em ata lavrada no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. **Parágrafo 3º.** Qualquer Diretor poderá ser representado por outro Diretor, sendo então considerado presente à reunião, hipótese em que o substituto votará por si e por aquele que estiver substituindo. Da mesma forma, os Diretores que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita serão considerados presentes. **Artigo 10.** As procurações emitidas em nome da Sociedade deverão ser emitidas por um Diretor, se houver apenas um Diretor em exercício, ou por dois Diretores em conjunto, caso haja dois ou mais Diretores em exercício, e deverão especificar os poderes conferidos; e com exceção daqueles para fins judiciais, deverão ter validade por um período limitado. Artigo 11. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, Diretores, procurar prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social. Deliberação de Sócios: Artigo 12. As deliberações de sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do Contrato Social ou outros atos de deliberação. Parágrafo 1°. A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita. Parágrafo 2°. As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos de sócios representando a maioria do capital social, nos casos em que não estiver expressamente previsto em lei ou neste Contrato Social maior quórum. Parágrafo 3°. Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados. Parágrafo 4°. Caso a sociedade tenha um único sócio, as formalidades deste Artigo 12 não serão aplicáveis e quaisquer deliberações serão tomadas por meio de um Instrumento Particular de resolução do único sócio representando a totalidade do capital Social ou alterações do Contrato Social. Artigo 13. As reuniões de sócios serão convocadas pela administração da Sociedade por escrito, mediante carta registrada ou protocolada, com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência. Parágrafo 1º. A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente. Parágrafo 2°. Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem. Parágrafo 3°. Caso a sociedade tenha um único sócio, as formalidades deste Artigo 13 não serão aplicáveis e quaisquer deliberações serão tomadas por meio de um Instrumento Particular de resolução do único sem que haja convocação. Artigo 14. A reunião aplicateis e quastres estantes estantes estantes estantes en la presença, em primeira convocação, de sócios representando a maioria do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número. Artigo 15. As reuniões serão presididas por sócio, representante de sócio, Diretor ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário. Parágrafo 1º. Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no Livro de Atas de Reunião de Sócios, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes. Parágrafo 2°. Cópia da ata autenticada pela Diretoria, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresa Mercantis para arquivamento e averbação. Parágrafo 3°. A Diretoria da Sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar. Modificação do Contrato Social: Artigo 16. O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação de sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quórum especi neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quórum especial, ainda que inferior ao quórum geral de 3/4 (três quartos). Cessão de Quotas: Artigo 17. Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar qualquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócios titulares de mais da metade do capital social. Parágrafo Único. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pelos sócios anuentes. Exclusão de Sócio: Artigo 18. É permitida a exclusão de sócio por justa causa, desde que aprovada por sócio(s) representando a maioria do capital social. Exercício Social: Artigo 19. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Demonstrações Contábeis e Destinação de Lucros: Artigo 20. Ao fim de cada exercício social os Diretores farão elaborar o balanco patrimonial, a demonstração de resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada - Lei das Sociedades por Ações) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Parágrafo 1°. As contas dos Diretores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas por sócio(s) representando a maioria do capital social. Parágrafo 2°. A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, sendo possível a distribuição dos lucros de forma desproporcional à participação de cada sócio no capital social da Sociedade. Parágrafo 3°. É dispensada a realização de uma reunião de sócios ou de qualquer outro ato de deliberação formal para tomar as contas da administração e deliberar sobre as demonstrações contábeis, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros, salvo nos exercícios em que a realização de uma reunião de sócios ou de outro ato de deliberação formal for solicitada por qualquer dos sócios ou Diretores. Parágrafo 4°. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros. Parágrafo 5°. A Sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social, Fusão e Incorporação: Artigo 21, A ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio(s) representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital soci e Transformação: Artigo 22. A Sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social. Dissolução. Liquidação e Extinção: Artigo 23. Em caso de dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por sócios titulares de mais da metade do capital social. Nessa hipótese os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a Sociedade será declarada extinta por deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social. Artigo 24. A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer sócio não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento. Conselho Fiscal: Artigo 25. A Sociedade não terá conselho fiscal. Recuperação Judicial e Extrajudicial: Artigo 26. A Sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os Diretores podem requerer recuperação judicial, com a autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social. **Regência: Artigo 27.** A Sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações). Alteração de Quórum por Lei Superveniente: Artigo 28. Os quóruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução. Foro: Artigo 29. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja." A sócia declara que este instrumento será assinado digitalmente, de acordo com os procedimentos de autenticação da Docusign, o qual reconhece ser legal, válido e legítimo para constituir os direitos e obrigações aqui previstos, independentemente do uso ou não de certificado digital. São Paulo, 02 de fevereiro de 2023. Sócia: Cyxtera Data Centers, Inc. Por: Ramon Fernandez Aracil Filho

REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS CNPJ/ME: 37.863.381/0001-42 - NIRE: 35.300.553.365 EDITAL DE 1º CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1º (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,

NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, E 1 (UMA) SÉRIE PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS A REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, com sede na cidade de São Paulo. Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365. A REVELO COMPANINA SECUNITIZADOM DE CREDITOS PINANCEIROS, COMPANIA SE PER SAVERANO, ESTADO DE SAVERANO, ES conversiveis em açoes, da espécie com garantia real, em 2 (duas) series, para distribuição pública com estorços restritos, e 1 (uma) séries, para colocação privada, da 1º (primeira) emissão da Companhia ("Emissão", "Debenturistas", "espectivamente), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("<u>Lei das S/a"</u>), e da cláusula 4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1º (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, e 1 (uma) Série para Colocação Privada, da Emissora" ("<u>Escritura de Emissão</u>"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em 23 de fevereiro de 2023, às 15h, via video conferência através da plataforma "Zoom", conforme previsto nos art. 127 e §2º do art. 124 da Lei das S/A, na cláusula 4.1 da Escritura de Emissão e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 ("<u>Resolução CVM nº 81"</u>, "<u>CVM</u>" e "<u>Assembleia</u>" respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar, ou não, a contratação da Zurich Administradora de Crédito e Cobrança Ltda, provar de provaça em a disconsa de Credito e Cobrança Ltda. inscrita no CPNJ nº 37.863.381/0001-42 ("Z<u>urich</u>"), para atuar na Emissão como empresa de cobrança, com a dispensa à observância do teto remuneratório, conforme previsto no item (iv) da cláusula 5 da Política de Cobrança, no Anexo I ao "Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Pagamento, Cobrança de Créditos e Outras Avenças" ("Contrato de Cobrança"); (b) caso aprovada a deliberação supramencionada, aprovar, ou não, a criação das faixas de descontos estipuladas de acordo com a tabela de egociação das CCBs, a previstas no "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança", a ser firmado entre a Emissora e a Zurich, com a seguinte redação: "O parcelamento do ébitos deve respeitar o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) por parcela e obedecer a tabela de descontos e parcelamento abaixo:

	A vista		03	03 parcelas		06 parcelas		09 parcelas		12 parcelas	
Atraso	Saldo	Saldo									
nais antigo	vencido	vincendo									
90 a 120 dias	15%		10%		5%		0%		0%		
121 a 150 dias	20%	Saldo devedor	15%	Saldo devedor	10%	Saldo devedor	5%	Saldo devedor	0%	Saldo devedor	
151 a 180 dias	25%	trazido a valor	20%	trazido a valor	15%	trazido a valor	10%	trazido a valor	5%	trazido a valor	
181 a 240 dias	30%	presente pela	25%	presente pela	20%	presente pela	15%	presente pela	10%	presente pela	
241 a 360 dias	35%	taxa do contrato	30%	taxa do contrato	25%	taxa do contrato	20%	taxa do contrato	15%	taxa do contrato	
>360 dias	40%		35%		30%		25%		20%"	"	
c) a autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, tomar todos as medidas e realizar todos os atos necessários para refletir as deliberações da presente											

Assembleia nos documentos da operação. A AGD será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGD somente por meio d sistema eletrônico. Ademais, a AGD será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente. O lebenturistas que pretendem participar da AGD, deverão encaminhar, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da sua realização, à Emissora e ao Agente Fiduciário, par uebeniunisas que priendem participar da Ado, deverad entamina, preferenciamine em até 2 (uto) dus antes da sua realização, a cinissora e ao Agente riducianto, par os e-mails jurídico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com e <u>agentefiduiario@vortx.com.br.</u> cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento di identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado po rocurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no tem acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. Após o horário de início da AGD, os Debenturistas que tiverem sua presença erificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGD, verbalmente ou por meio do chat, que ficará salvo para fins de apuração de votos. O Debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realizaçã da Assembleia. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023. REVELO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

Infracommerce CXAAS S.A. ■

CNPJ/ME n° 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361 CERTIDÃO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2023

1. Data, Horário e Local: Realizada em 27 de janeiro de 2023, às 10h, na sede da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, em virtude da presenca da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Claudia Worms Sciama, Estela Vieira e Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias. 3. Composição da Mesa: Presidente da Mesa: Pedro Jereissati: e Secretária: Amanda Pires de Almeida. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a: (i) 2ª (segunda) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), nos termos da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de julho de 2022, ("Oferta Pública" e "Resolução CVM 160", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Infracommerce CXAAS S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão") a ser celebrado pela Companhia, pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e, na qualidade de fiadora, pela Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. ("Fiadora"); e (ii) autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta reunião, objetivando a emissão das Debêntures, podendo, inclusive, celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), e seus eventuais aditamentos, bem como para contratar instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços da Oferta Pública, tudo em conformidade com o disposto no Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações. 5. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuições previstas no inciso (g) do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia e no §1º do Art. 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), após debates e discussões deliberaram aprovar: (i) a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia ("<u>Debêntures</u>" e "<u>Emissão</u>", respectivamente), com as seguintes características principais: a) **Número da Emissão:** 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia; b) **Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("<u>Valor Total da Emissão</u>"), sendo: (i) R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série; c) **Número de Séries**: A Emissão será realizada em duas séries; d) **Garantia Real**: Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, presentes ou futuros, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora (conforme definida abaixo) nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, e/ou da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ("Obrigações Garantidas"), será constituída pela Synapcom Comércio Eletrônico S.A., sociedade por acões sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, em fase operacional, com sede na Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo na Avenida Portugal, nº 46, Galpões 06, 07, 08 e 09, Itaqui, CEP 06.696-060, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.932.734/0001-65 ("Cedente"), dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) e sobre a totalidade dos recursos nela depositados, por onde deverá transitar, obrigatoriamente, um vinculada (con mo delimido de limito de contrato) de Cessado in a destructor de contratos de prestação de serviços celebrados pela Cedente junto a determinados clientes, em volume financeiro equivalente à, no mínimo, 15% (quinze por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real"), por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Conta e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Cedente, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária"), substancialmente nos termos da minuta constante do Anexo II a Escritura de Emissão; e) **Garantia Fidejussória:** A Fiadora, obriga-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Art. 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("<u>Código Civil</u>"), e dos Art. 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("<u>Código de Processo Civil</u>") ("<u>Fiança"</u>); f) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático perante a CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e do artigo 26, inciso V, alínea "(a)" da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Infracommerce CXAAS S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); g) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão (i) das Debêntures da 1ª Série serão utilizados para reforço de caixa da Emissora, e (ii) das Debêntures da 2ª Série serão utilizados para a liquidação das operações de Empréstimo Financeiro Direto (4131) mantidas no Banco do Brasil ("BB"); h) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); i) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será: (ii) a Primeira Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo), para as Debêntures da 1ª Série ("Data de Início da Rentabilidade da 1ª Série"); e (ii) a Primeira Data de Integralização das Debêntures da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Início da Rentabilidade da 1ª Série, a "Data de Início da Rentabilidade"); j) Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade das Debêntures; k) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; I) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações e, adicionalmente, garantidas pela Fiança, nos termos da Escritura de Emissão. Após a constituição da Garantia Real, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura de Émissão, as Debêntures serão automaticamente convoladas para a espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; m) Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses a partir da Data de Emissão ("<u>Data de Vencimento</u>"), ressalvadas as hipóteses de Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), de Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido) ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; n) Valor Nominal Unitário das Debêntures; O valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); o) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) Debêntures, em duas séries, sendo 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures da 1ª Série e 100.000 (cem mil) Debêntures da 2ª Série; p) Preço de Subscrição, Forma de Subscrição e Integralização: (i) As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira data de integralização das Debêntures da 1ª Série ("Primeira Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série venha a ser integralizada aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture da 1ª Série venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série até a data de sua efetiva integralização; e (ii) as Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal eleuva integralização, e (ii) as Debentules da 2 dele serial subscribas e integralizadas a visia, en influeda contente hacionari, no ato de subscrição, pelo valor involuntation, no a primeira data de integralização das Debêntures da 2º Série ("Primeira Data de Integralização das Debêntures da 2º Série," e, em conjunto com a Primeira Data de Integralização das Debêntures da 1º Série, "Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 a partir da data de início da distribuição das Debêntures. Caso qualquer Debênture da 2ª Série venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização das Debêntures da 2ª Série, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calc rata temporis desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da 2ª Série até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição das Debêntures") As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, sendo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será o mesmo para todas as Debêntures e para todos os Investidores Profissionais em cada Data de Integralização; q) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente: r) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a partir da Primeira Data de Integralização, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa D!"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso até a data de pagamento da Remuneração em questão ou a data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, o que ocorrer primeiro (exclusive). Devem ser considerados, para apuração e cálculo da Remuneração, os critérios e fórmulas a serem estabelecidos na Escritura de Emissão; s) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Remuneração será paga trimestralmente, até a Data de Vencimento, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, (cada uma dessas datas uma "Data de Pagamento da Remuneração"); t) Amortização do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido), do vencimento antecipado ou do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão e o último na Data de Vencimento, conforme as datas e percentuais a serem indicados na Escritura de Émissão (cada uma uma "Data de Pagamento da Amortização", referida em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração, individual ou indistintamente, "Data de Pagamento") u) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela: e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; v) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração e/ou do Valor Nominal Unitário, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independentemente de gualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora pro rata temporis de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"); w) Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; x) Publicidade: Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Jornal de Divulgação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<https://ri.infracommerce.com.br/>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Resolução CVM 160 em relação à publicidade da Oferta Pública e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação que afete a Emissão; y) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente aos percentuais estabelecidos conforme tabela inserida na Escritura de Emissão, ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debêntures, incidentes sobre o resultado da soma dos valores previstos nos itens (a) e (b) desta Cláusula; z) Amortização Extraordinária: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, partir do 25" (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente à (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio equivalente aos percentuais estabelecidos conforme tabela inserida na Escritura de Emissão, ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinári Vencimento das Debênture, incidentes sobre o resultado da soma dos valores previstos nos itens (a) e (b) desta Cláusula; aa) Oferta de Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado, a todos, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; bb) Aquisição Facultativa A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no Art. 55, §3°, da Lei das Sociedades por Ações, e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("<u>Resolução CVM 77"</u>): (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, sendo que à Emissora deverá. previamente à aquisição, enviar comunicação individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicar anúncio, nos termos do item "x" acima. sobre sua intenção, com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Aquisição Facultativa, observado o disposto no Art. 7º e seguintes da Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão (1) ser canceladas, observado o disposto na regulamentação aplicável; (2) permanecer em tesouraria: ou (3) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures ("Aquisição Facultativa"); cc) Vencimento Antecipado: Sujeito ac disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos eventos a sepem definidos na Escritura de Emissão, respeitados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"); dd) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil. olsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3; e ee) Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão; (ii) que a Diretoria da Companhia fica expressamente autorizada a: (a) celebrar todos os documentos da Oferta Pública e da Emissão, incluindo a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição das Debêntures e o Contrato de Cessão Fiduciária, assim como celebrar aditamentos a quaisquei documentos que a Companhia tenha assinado com relação à Emissão, podendo praticar todos os atos necessários para a sua perfeita eficácia; e (b) contratar instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para coordenar a Oferta Pública, o agente fiduciário da Emissão, o agente de liquidação, o escriturador e todos os demais prestadores de serviços para a Oferta Pública, tais como assessores legais, B3, entre outros, podendo para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente da Mesa - Pedro Jereissati; Secretária - Amanda Pires de Almeida. Membros do Conselho de Administração: Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Phillipp Schoppen, Claudia Worms Sciama e, Estela Vieira e Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias. Certifico que as deliberações acima foram extraídas da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Amanda

Pires de Almeida - Secretária. JUCESP nº 60.903/23-5 em 03/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FLEXCOAT PRODUTOS AUTO-ADESIVOS S/A

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2022. 1. Data, Hora e

Local: Realizada no dia 31 de outubro de 2022, às 10h00 horas, na sede social da Flexcoat Produtos

Auto-Adesivos S/A ("Companhia"), na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Bassi, nº 576, Santo Antônio, CEP 13290-000. **2. Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das

S.A."), conforme alterada, em decorrência da presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa: Sr. Guilherme Vieira da Silva, Presidente, designado pela acionista; e Sr. João Raphae Oliveira Aranha, <u>Secretário</u>. **4. Ordem do Dia:** Examinar e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** tomar conhecimento da renúncia dos membros da Diretoria da Companhia; **(ii)** a eleição de

novo membro da Diretoria da Companhia; (iii) autorizar a diretora a realizar todos os atos necessá

rios para a realização da Operação; (iv) reformulação e consolidação do Estatuto Social da Compa-nhia. **5. Deliberações**: Submetidas à discussão e em seguida à votação, foram aprovadas pela

acionista da Companhia, por unanimidade e sem gualguer restrição, as seguintes matérias: **5.1.** To-

mar conhecimento da renúncia apresentada pelos membros da Diretoria da Companhia, os Srs Nelson Jocionis e Nilson Barrantes Jocionis, de acordo com os respectivos termos de renúncia,

na forma dos Anexos I e II da presente ata. 5.2. Eleição, como membro da Diretoria da Companhia

com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, permanecendo no exercício das suas funções até a eleição e investidura de seu sucessor, da Sra. **Sandra Abate Murcia**, brasileira, solteira, advo-

gada, portadora da Carteira de Identidade OAB/RJ nº 127.720 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("<u>CPF/ME</u>") sob o nº 130.335.088-20, residente e domi-ciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Americo Alves Pereira Filho, nº 147,

apartamento nº 301, CEP 05688-901, no cargo de Diretora da Companhia; **5.3**. A Diretora ora eleita aceita o cargo para o qual foi designada, declarando, em seu respectivo termo de posse lavrado em

livro próprio, expressamente, para todos os fins e sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração de sociedade, e nem ter sido condenada (ou encontrar-se sob efeitos de condenação), a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos,

por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crime contra a

por clime fainteniar, de prevancação, peta du suborno, conclussad, petadualo, du por clime contra economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as reliações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei das S.A., e toma posse mediante termo lavrado cuja cópia segue como Anexo III. 5.4. Em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia em exercício fica, assim, composta pelos seguintes membros: (I) Carlos Eduardo Jocionis, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 21273,417-9 SSP-SP-SP

nscrito no CPF/ME sob o nº 149.285.968-03. residente e domiciliado na cidade de Vinhedo. Estado

de São Paulo, na Avenida Rio Amazonas, nº 371, Condomínio São Joaquim, CEP 13287-600, no cargo de <u>Diretor-Geral</u>; e (ii) Sandra Abate Murcia, brasileira, solteira, advogada, portadora da

Carteira de Identidade OAB/RJ nº 127.720 e inscrita no CPF/ME sob o nº 130.335.088-20, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Americo Alves Pereira Filho, nº 147, apartamento nº 301, CEP 05688-901, no cargo de <u>Diretora</u> sem denominação específica. **5.5.**

Aprovar a alteração do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia, a fim de fazer constar que a Diretoria da Companhia será composta por um ou mais Diretores, a qual passará a vigorar com a

seguinte redação: "**Artigo 13º-** A Sociedade será administrada pela Diretoria, composta por um ou

seguinte redação. Artigo 13 - A sociedade será administratad pela Diretoria, corriposta por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitidas eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral; 5.6. Aprovar a alteração do artigo 17º do Estatuto Social da Companhia, a fim modificar as matérias que deverão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 17º-A eficácia e validade dos atos realizados pela Diretoria exigem a aprovação prévia da Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando, os seguintes atos:

(a) qualquer resgate, amortização, recompra, aquisições ou outras negociações das ações pela própria Sociedade; (b) a assinatura ou término de contratos (ou assunção ou término de obriga-

ções) de quaisquer naturezas; (c) aquisição, alienação, aluguel ou oneração, a qualquer título, de quaisquer bens da Sociedade, com exceção do inventário no curso normal dos negócios da So-

iedade; (d) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações em outras sociedades

negócios elou empreendimentos; (e) concessão ou obtenção de empréstimos ou financiamentos bancários, inclusive para capital de giro; (f) emitir ou aceitar letras de câmbio, subscrever notas

oromissórias, ou conceder cauções ou garantias em nome da Sociedade; (g) envolver a Socieda-de em novos negócios não relacionados ao seu objeto social; (h) qualquer decisão relacionada ao pedido ou decretação de falência da Sociedade, insolvência, pedido de recuperação, judicial ou

extraiudicial, ou outro procedimento similar: (i) realizar quaisquer outros atos ou assinar quaisquei

documentos que vinculem a Sociedade e/ou exonerem terceiros de quaisquer responsabilidades para com a Sociedade; (j) criar qualquer espécie de passivo, contingência ou obrigação de natu-

reza financeira para a Companhia, por meio de qualquer ato ou negócio jurídico, dentre os quais: contratos de mútuo, de financiamento, emissão de títulos de crédito e de quaisquer títulos que possam, ainda que subsidiariamente, representar uma obrigação de pagamento da Companhia,

em um único negócio ou contrato, ou em uma série de negócios ou contratos relacionados, inclusi-ve com o uso de derivativos financeiros ou de crédito; e (k) outorgar e nomear procuradores para

agir em nome da Sociedade; (I) qualquer transação ou negócio entre a Sociedade e qualquer

membro familiar, direto ou indireto, ou entidade, no Brasil ou no exterior, dos Diretores; (m) ajuizar ou dar entrada em qualquer ação ou procedimento legal em nome da Sociedade; e (n) implementar qualquer política de bônus ou compensação que venha a ser caracterizada como programa de

benefício para os empregados. **Parágrafo único**: São expressamente proibidos e serão nulos de oleno direito quaisquer atos praticados pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da

Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela Assembleia Geral."5.7. Autorizar a Diretora ora eleita, Sra.

Sandra Abate Murcia, a praticar todos os atos, assim como assinar quaisquer contratos, instrumentos e documentos necessários ou apropriados para a realização e conclusão da operação decorrente do Contrato de Compra e Venda de Ações (Share Purchase and Sale Agreement), por meio do

qual a acionista, **Multi-Color Brazil Holdings Ltda.**, adquiriu 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Companhia ("Operação"), bem como ratificar eventuais atos anteriormente praticados estritamente para as finalidades aqui previstas. **5.8.** Reformular, reformar e

consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir, dentre outras matérias, as deliberações aprovadas acima, o qual passará a vigorar com a redação constante do **Anexo IV. 6. Encerramento**

e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse

Fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário, conforme aprovado pela acionista da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Louveira, 31 de outubro de 2022. Mesa: Guilherme Vieira da Silva - Presidente; João Raphael Oliveira Aranha - Secretário. Acionista: p. Multi-Color Brazil Holdings Ltda., Sandra Abate Murcia. Estatuto Social. Capítulo I - Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Activa 1º A Elevant Prediction Maria depictus (M. Adepictus S. M. étans Sociadode Abatema de social.)

ção. Artigo 1º - A Flexcoat Produtos Auto-Adesivos S/A é uma Sociedade Anônima, de capita fechado, que regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976,

pelas demais disposições aplicáveis. **Artigo 2º** - A sociedade possuirá sua sede na Rua Pedro Bassi, nº 576, bairro Santo Antonio, na cidade de Louveira - SP CEP 13.290-000. *Parágrafo único*: Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agên-

cias e escritórios em qualquer parte do território nacional, conforme deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Sociedade terá por objeto social a fabricação de rótulos e etiquetas; a fabricação

de embalagens de plástico e outros materiais; a importação e exportação, inclusive de matérias

Monimed Equipamentos Ltda. = CNPJ nº 67.870.642/0001-12 - NIRE 35.210.884.281

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Sócios

Ficam convocados os sócios de Monimed Equipamentos Ltda. ("Sociedade") para se reunirem no dia

15 de fevereiro de 2023, às 11:30 horas, em assembleia geral extraordinária a ser realizada de modo

digital, por meio da plataforma digital Zoom, pelo endereço eletrônico a ser disponibilizado na página da

a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. o comparecimento e a instrução de voto da Sociedade na assembleia geral extraordinária de acionistas de Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Santa

Rita") convocada para se realizar, em primeira convocação, no dia 15 de fevereiro de 2023, às 14:30, conforme a seguinte ordem do dia constante do edital publicado pela Santa Rita nesta data no jornal "O Dia SP" ("Direito de Voto"): 1. consignar a renúncia do atual Diretor Financeiro da Companhia e a

eleição do novo Diretor Financeiro da Companhia; 2. a homologação do aumento do capital social da

Companhia. conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de 2023

("Aumento de Capital"); 3. a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão

da deliberação do item "2" acima, bem como a consolidação do Estatuto Social; 4. autorização para os

administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação dos itens da

ordem do dia acima; e 5. a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da

Companhia relacionados às matérias acima. 2. a autorização para a prática, pelos representantes legais

da Sociedade, de todo e qualquer ato necessário ao exercício do Direito de Voto. Para participar da Assembleia, os senhores sócios deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do sócio ou de seu representante; (ii) instrumento de

procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do sócio; ou (iii) se

representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para

fins de melhor organização da Assembleia, a Sociedade recomenda que cópia autenticada dos

documentos acima seia encaminhada para o endereco eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou

protocolada na sede da Sociedade, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito)

horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023

vw.hospitalsantarita.com.br) ("Assembleia"

afiliada da Sociedade na rede mundial de com

tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações. Artigo 5º** - O capital da sociedade e de R\$ 78.095.509,24 (setenta e oito milhões, noventa e cinco mil, quinhentos e nove reais e vinte e quatro

entavos) dividido em 58.502.229 (cinquenta e oito milhões, quinhentas e duas mil, duzentas e vinte

centavos dividuo en 136.26.225 (ciliquenta e olio milhose, quinnientas e dudas mili, duzentas e vinite e nove) ações ordinárias nominativas sem valor, todas subscritas e integralizadas. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. **Artigo 7º** - Cada Ação Ordinária confere direito a um

voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os volo nas delineações da Assembela defair. Sudando a Ação penencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º** - As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e suas transferências

serão efetuadas por meio de termos lavrados no livro de Transferências de Acões Nominativas, as

sinados e datados pelo Cedente e o Cessionário ou seus procuradores. **Artigo** 9º - No caso reem-polso das Ações, previstos por lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio lí-

quido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembléia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contá-

eis geralmente aceitos. **Artigo 10º** - A Assembléia Geral que autorizar o aumento de capital social

nediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão de preferên-

cia, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto social. **Artigo 11º** - A Sociedade

poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12º** - As Ações mantidas em

esouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circu-ação. **Capítulo III - Administração. Artigo 13º** - A Sociedade será administrada pela Diretoria,

lação. Capítulo III - Administração. Artigo 13º - A Sociedade será administrada pela Diretoria, composta por um ou mais Diretores, sendo um deles sob a denominação de Diretor-Geral, e os demais sem denominação específica, com mandato de 3 (três) anos, permitidas eleições consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral. Artigo 16º - A investidura far-se-á por lavratura no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerals. Artigo 15º - Compete à Diretoria, observadas as restrições do Artigo 17º, exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade. Parágrafo único: Além dos deveres provistos em lei são deveres par propresentar a Sociedade em juízo e fora dele: II - dirigir e

vistos em lei, são deveres da Diretoria: I - representar a Sociedade em juízo e fora dele; II - dirigir e

administrar a Sociedade em todas as suas atividades; III - propor para aprovação dos Acionistas a criação ou eliminação de funções e cargos administrativos, bem como as remunerações correspon-

denles; IV - contratar, transferir, remover ou despedir empregados da Sociedade; IV - de maneira geral, desempenhar quaisquer outras funções ou atividades que lhe possam ser especificamente atribuídas pela Assembleia Geral; V - representar a sociedade em juízo ou fora dela, ativa ou passi-

vamente, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como insti-tuições financeiras; VI - assinar quaisquer documentos, mesmo que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive títulos, cheques cambiais ordens de pagamentos e contratos,

observadas as restrições do artigo 17ª abaixo. **Artigo 16º** - A representação da Sociedade será vá-lida se contar com a assinatura de qualquer dos Diretores. *Parágrafo primeiro*: A Diretoria poderá

nomear procuradores, especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração, observando os procedimentos estabelecidos no <u>Artigo 17º</u> Infra. *Parágrafo segundo*: O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Artigo 17º** Os

atos listado abaixo, quando adotados pela Diretoria, exigirão a aprovação prévia da Assembleia

Geral: (a) qualquer resgate, amortização, recompra, aquisições ou outras negociações das ações pela própria Sociedade; (b) a assinatura ou término de contratos (ou assunção ou término de obri-gações) de quaisquer naturezas; (c) aquisição, alienação, aluguel ou oneração, a qualquer título, de

gações) de quaisquer nativezas, (o) aquisiçad, aientaçad, atopuer do ineração, a quanquer tutto, de quaisquer bens da Sociedade, com exceção do inventário no curso normal dos negócios da Socie-dade; (d) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações em outras sociedades, ne-gócios e/ou empreendimentos; (e) concessão ou obtenção de empréstimos ou financiamentos ban-cários, inclusive para capital de giro; (f) emitir ou aceitar letras de câmbio, subscrever notas promis-sórias, ou conceder cauções ou garantias em nome da Sociedade; (g) envolver a Sociedade em

novos negócios não relacionados ao seu objeto social; (h) qualquer decisão relacionada ao pedido ou decretação de falência da Sociedade, insolvência, pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou outro procedimento similar; (i) realizar quaisquer outros atos ou assinar quaisquer documento.

tos que vinculem a Sociedade e/ou exonerem terceiros de quaisquer responsabilidades para com a Sociedade; (i) criar qualquer espécie de passivo, contingência ou obrigação de natureza financeirs para a Companhia, por meio de qualquer ato ou negócio jurídico, dentre os quais: contratos de mú-

tuo, de financiamento, emissão de títulos de crédito e de quaisquer títulos que possam, ainda que

subsidiariamente, representar uma obrigação de pagamento da Companhia, em um único negócic ou contrato, ou em uma série de negócios ou contratos relacionados, inclusive com o uso de deriva:

tivos financeiros ou de crédito; e (k) outorgar e nomear procuradores para agir em nome da Socie dade; (I) qualquer transação ou negócio entre a Sociedade e qualquer membro familiar, direto ou indireto, ou entidade, no Brasil ou no exterior, dos Diretores; (m) ajuizar ou dar entrada em qualquer

ação ou procedimento legal em nome da Sociedade; (n) implementar qualquer política de bônus ou compensação que venha a ser caracterizada como programa de benefício para os empregados. Paragrafo único: São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos pratica-

dos pela Diretoria, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais com avais, fianças ou outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pela

Assembleia Geral. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 18º** - A sociedade não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado, como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto

por 3 (três) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados nos requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará a remune-ração destes. **Capítulo V - Assembleia Geral. Artigo 19º** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinaria-mente, dentro dos 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social para aprovar as contas

do Diretor e deliberar sobre quaisquer outros assuntos de sua competência. **Artigo 20°** - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando os interesses da Sociedade exigir, nos termos da lei. **Artigo 21°** - As Assembléias Gerais serão presididas por qualquer pessoa indicada pelos Acio-

nistas presentes. **Artigo 22º** - O modo de convocação, o quórum de instalação, o quórum de delibe ração e as formalidades complementares observarão as disposições legais aplicáveis. **Capítulo V**

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 23º - O exercício socia

coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantada as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 24**°

Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **Artigo 25°** - Um dividendo mínimo de 20% (vinte por cento) dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral

deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição de reservas legais. *Parágrafo único: A*

Assembléia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório o a retenção de todo o lucro líquido, nos termos da

lei. **Artigo 26º** - A Sociedade, à opção do Diretor, poderá levantar balanços intercalares em qualque

ápoca durante o curso do exercício social, bem como distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços. **Artigo 27º** - A Sociedade poderá, ainda, deliberar a remuneração aos

Acionistas de juros sobre capital próprio, na forma da legislação em vigor. **Capítulo VII - Dissolução** e **Liquidação. Artigo 28º** - A sociedade dissolver-se-á e liquidar-se-á nos casos previstos por Lei. *Parágrafo único*: A Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação,

bem como para eleger os liquidantes e, se assim decidir, o Conselho Fiscal que irá funcionar duran-te o período de liquidação. **Capítulo VIII - Transferência de Ações. Artigo 29º** - O acionista que pretender alienar ou transferir, a qualquer título, as suas Ações ou seu direito de subscrição de novas

Ações no todo ou em parte, devera respeitar o direito de preferência dos demais acionistas assim como os procedimentos previstos em Acordo de Acionistas em vigor arquivado na sede da Sociedade. Parágrafo único: Será nula de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto nesta

cláusula. Capítulo IX - Disposições Gerais. Artigo 30º - Aos casos omissos deste Estatuto serão

Prefeitura no interior de SP constrói réplica da Fontana di Trevi

mais conhecidos de Roma, na Itália, será inaugurada este mês, em Serra Negra, interior de São Paulo. A prefeitura aposta que a obra, bancada com recursos públi-cos, vai atrair turistas. Moradores da cidade gostaram da novidade, mas em redes sociais o monumento foi chamado de cafona.

A réplica tem 11 metros de altura, a partir do espelho d'água, e 20,7 metros de largura. A fonte será alimentada por nove bicos de água e a cascata terá 40 projetores de luz subaquática de led O conjunto de es-culturas é composto por 14 peças produzidas com moldes de silicone e gesso, com revestimento em fibra de vidro e acabamento refinado. As esculturas originais, na capital italiana, são de mármore branco.

A obra está sendo finalizada por uma empreiteira contratada pela pre-feitura. Segundo o município, o recurso de R\$ 1,6 milhão veio do De-partamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Da--detur), órgão do governo do Estado. A 140 km da capital, a cidade de 30 mil habitantes é uma das 11 estâncias hidrominerais de São Paulo, devido às propriedades terapêuticas de suas águas.

O prefeito Elmir Chedid (DEM) disse que, além de ser uma atração para os moradores locais, a obra vai movimentar a economia do município através do turismo. "Estamos também prestando homenagem à cultura e aos imigrantes italianos que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e da nossa região", disse. O município obteve autorização da prefeitura de Roma para construir

Élogiada por muitos moradores, a iniciativa não escapou das críticas. O jornalista e escritor Raul Juste Lores usou as redes sociais para chamar a obra de cafona. "Mesmo com

Uma réplica da Fontana di atrativo quando o parque vizi-Trevi, um dos monumentos nho está fechado "porque tinha gente que o usava pra se dro-

O produtor cinematográfico Fernando Schultz usou a mesma rede social para ironizar a obra, dizendo que a prefeitura deve estar tentando au-mentar a arrecadação por meio de moedinhas na fonte. Na Fontana di Trevi romana, é tradição lançar moedas na água e fazer pedidos. "O que mais entristece é a falta de originalidade, como o fato de que parece que toda cidade pequena quer um Cristo Redentor para chamar de seu",

A prefeitura informou que o parque citado por Lores é uma área verde municipal usada anteriormente como mirante. Do topo de uma escadaria podia-se observar a cidade. Como as árvores cresceram e encobriram a visão, o local foi fechado há alguns anos. Após a inauguração da fon-te, a prefeitura vai iniciar os estudos para dar nova destinação à área, possivelmente integrando-a ao novo atrativo turístico.

A Fontana di Trevi original é considerada uma obra de arte do barroco italiano. Com 26 metros de altura por 20 de largura, o monumento está encostado na fachada do Palazzo Poli. A primeira fonte foi construída ao final de um aqueduto que abasteceu a cidade de Roma por mais de 400 anos. Artistas italianos como Gian Bernini, Nicola Savi, Giuseppe Pan-nini e Pietro Bacci contribuíram para que a fonte ganhasse a dimen-

são artística atual. O monumento passou pela maior restauração de sua história entre 2014 e 2015. No ano seguinte, foram recolhidos um milhão e meio de euros em moedas lançadas nas águas o recurso foi usado para projetos de bene-ficência. A Fontana di Trevi foi cenário de várias produções cinemato-gráficas, sendo mais conhecida a cena do filme La Dolce Vita (1960), de Federico Fellini, na qual a atriz o insaciavei apetite pelo cafona, Anita Ekberg entra na agua e a obra choca", tuitou. Ele gues- con-vida o ator Marcello Mastionou o investimento no novo troianni a fazer o mesmo.

OCTANTE SECURITIZADORA S.A. Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE 35.300.380.517 Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20.10.2022

Data, Hora e Local: em 20.10.2022, às 09hs, na sede da Octante Securitizadora S.A. ("Companhia"). São Paulo, P, Rua Beatriz, nº 226, Alto de Pinheiros, CEP. 05.445-040, CNPJ/ME 12.139.922/0001-63. Edital de Convocação Publicações: dispensada a publicação do "Edital de Convocação dos demais avisos, d tado, respectivamente, pelo Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("<u>Lei das S.A."</u>), con-siderando a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da Mesa**: a Diretora Presidente, Sra. Glaucia de Castro Zucatelli Perazzoli, assumiu a presidência dos trabalhos da assembleia, tendo convidado o Diretor de Rela-Lastio Zucatein restazzon, assumula a presidenta dos tradantos da assenibida, tento contrado o briente tenera Ges com os Investidores, o Sr. Guilherme Antonio Muriano da Silva, para secretariar os trabalhos. **Presenç**a: pre ientes acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas as naturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia: 1.** Alterar, conforme disposto nos artigos 289 e 294 da Lei das S.A., os jornais e a forma de publicação ordenadas pela Lei das S.A., e demais regulamenta ões aplicáveis, a serem feitas pela Companhia. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberada ma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas. As declarações de votos, protestos e dissidências porven ura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Compa a, nos termos do disposto no §1º, alínea "a" do Artigo 130, Lei das S.A. Autorizada, por unanimidade, a lavratu ra da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas, nos ter mos dos §1º e §2º , Artigo 130, Lei das S.A. **Deliberações**: após análise e discussão das matérias constantes da Or-dem do Dia, os Acionistas deliberaram por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, aprovar a escolha do Estado de São Paulo como único jornal para a realização das publicações da Companhia ordenadas pela Lei das S.A. demais regulamentações aplicáveis, quando necessário, sendo que nos termos do artigo 294 da Lei das S.A. as publicações da Companhia poderão ser realizadas de forma eletrônica, desde que seja observada as demais regulamentações al compania podera ser reinizas de roma electroria, vacar que seja observada as demais regula mentações aplicáveis. **Encerramento**: nada mais a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito la-vrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Assinaturas: Mesa: Glaucia de Castro Zucatelli Perazzoli- Presidente; Guilherm antonio Muriano da Silva - Secretário; Acionistas: Octante Gestão de Recursos LTDA. e William Ismael Rozenbaun Trosman. São Paulo, 20.10.2022. **Mesa:** Glaucia de Castro Zucatelli Perazzoli - Presidente, Guilherme Antonio Mu-

iano da Silva - Secretário. JUCESP 44.035/23-8 em 27.01.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DROGARIA SÃO PAULO S.A.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Janeiro de 2023. . <u>Data, Hora e Local</u>: Aos 30.01.2023, às 13hs, na sede social da Drogaria São Paulo S.A. ("<u>Companhia</u>"), São Pau o/SP. na Avenida da Liberdade. nº 840. Liberdade. CEP: 01502-001. **II. Presenca:** Acionista representando 100% do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença. I**II. Convocação e Publicações:** Convocação e publicações do edital de convocação dispensadas nos termos do § 4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76, alterada pela Le nº 10.303, de 31.10.2001 ("<u>Lei de S/A"</u>). **IV. Mesa Dirigente**: Assumiu a presidência da mesa, o Sr. Cristiano Hyppo-lito, que convidou a Sra. Carla Rosana Sgrott Sauer, para secretariá-lo. **V. <u>Ordem do Dia</u>**: Deliberar sobre a distribui-ção antecipada de dividendos ao acionista, relativos ao exercício social que será encerrado em 31.12.2023 ("<u>Dividen-</u> dos"). VI. Deliberações: Foi decidido, por unanimidade de votos e sem ressalvas o pagamento de Dividendos no va orde R\$ 1.688.894,94. a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, ad referendum da AGO da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social que será encerrado em 31.12.2023. O pagamento do: dividendos será realizado ao acionista até o dia 31.01.2023, cabendo à Companhia informar os valores e datas das li-berações. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todo e qualquer ato para a formalização do ora delibe-rado. **VII. <u>Declarações Finais</u>:** Foi determinada a lavratura desta ata na forma sumária, de acordo com o previsto no § 1º, do artigo 130, da Lei de S/A. **VIII. <u>Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata</u>: Nada mais havendo a tra-tar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. <u>Acionista Presente**</u>: Drogarias DPSP S.A., representada na forma de seu Estatuto Social, por Cristiano Hyppolito e Carla Rosana Sgrott Sauer. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 30.01.2023. <u>Mesa</u>: **Cristiano Hyppolito** - Presidente, **Car-la Rosana Sgrott Sauer -** Secretária. <u>Acionista presente</u>: **Drogarias DPSP S.A.,** Cristiano Hyppolito, Carla Roana Sgrott Sauer. JUCESP nº 60.370/23-3 em 03.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Avenida Professor José Maria Alkmin, nº 906, sala 4-B. Jardim Ester, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05366-000. Objeto Social: a sociedade têm por objeto Holdings de Instituições não financeiras, gestão de ativos tangíveis não financeiros, Atividades de administração de fundos por contratos ou comissão aluguel de imóveis próprios, atividades de consultoria de gestão empresarial exceto consultoria técnica específica, Serviços combinados de escritório, apoio administrativo, compra/vendas de imóveis próprios, loteamento de imóveis próprios. Diretoria: **Paulo Roberto Brunetti**, brasileiro, casado em comunhão total de bens, portador da cédula de identidade RG sob nº 16.516.974-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 080.810.208-70, domiciliado na rua Bernardino de Campos, 4140, sala 65, Centro Edifício Onix Center, na cidade de São José do Rio Preto/SP na situação de Diretor Presidente. **Rodrigo Calixto Gumiero,** brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 273.793.058-83, portador da cédula de identidade RG sob nº 25.513.120 SSP/SP, residente na Avenida Anísio Haddad, nº 8001, Madrid Sul, Sala 03, CEP 15091-751 na cidade de São José do Rio Preto/SP, na situação de Diretor

Sindicato do Comércio Varejista de Pecas e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo CNPJ nº 62.703.368/0001-73 - Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Ficam convocados os associados do Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo - Sincopeças, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em sua sede social à Av. Paulista, 1009, 5º andar, Conj. 501 - Edifício Numa de Oliveira - em São Paulo, S.P., no dia 1 de Março de 2023, às 14:00 horas, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em 2ª convocação, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) - Relatório da Diretoria, Balanço e demais Demonstrações Financeiras da entidade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) - outros assuntos de interesse social. São Paulo, 8 de fevereiro de 2023. Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo - SINCOPEÇAS Heber Carlos de Carvalho - Presidente

Comunicado Prezado(a) Sr(a), Ana Clara Muniz - Matrícula: 370524. A Rede D'Or São Luiz S.A.

através desta e nos termos do disposto na legislação trabalhista vigente, comunicamos a Vossa Senhoria, que a partir de 09/02/2023, deve considerar-se desligado de nosso quadro de pessoal por abandono de emprego, visto que, não comparece ao trabalho ou justifica suas ausências desde 08/01/2023. Comunicamos, deste modo, que deverá comparecer no prazo de 48 horas a contar do recebimento deste, ao PA Unidade ITAIM, Avenida Santo Amaro, 722 - 6º andar - VI. Nova Conceição - São Paulo para Agendamento de Homologação, Atenciosamente, Gente e Gestão,

CNPJ/ME n° 02.211.906/0001-80 - NIRE 3530055972-0

Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Janeiro de 2023, às 11:00 horas Certifico o registro na JUCESP sob número 46.711/23-5 em 02/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Diário Comercial

orimas, máquinas, tintas para impressão, rótulos e etiquetas, podendo, ainda, industrializar, armaze-nar e distribuir para terceiros e fora do estabelecimento, bem como a atividade de participação em putras atividades como quotista ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é por entres à matéria. Jucesp nº 694.031/22-7 em 20/12/2022.

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

MINÉRIO DE FERRO

Movimentação do setor portuário caiu 0,4%

movimentou 1,209 bilhão de toneladas no ano passado, o que representou uma redução de 0,4% em relação a 2021, quando houve registro recorde. Os dados foram divulgados na quarta-feira, 8, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O que puxou o número para baixo foi a movimentação do primeiro semestre de 2022, com uma queda de 3,4%, cenário aliviado pelo crescimento do segundo semestre. Nos últimos seis meses do ano, a alta na movimenta-ção foi de 2,6%.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, comemorou o número de 2022. Ele destacou que a movimentação foi muito próxima de 2021, sendo que o ano passado foi marcado por eventos mundiais importantes, como o iní-cio da guerra na Ucrânia e a desaceleração da economia chinesa.

"Um desempenho que merece ser comemorado. È um resultado praticamente idêntico ao do ano passado, que foi histórico. Num ano que tivemos efeitos da guerra da Ucrânia, desaceleração na China, é um resultado muito bom", disse Nery. "O que a gente precisa é que nossos portos não sejam gargalos. Que atendam toda a demanda que se apresenta. E isso tem acontecido", completou o dire-

Uma das cargas que puxaram a queda foi o minério de ferro. Passaram pelos portos ram queda.

O setor portuário brasileiro brasileiros 360,6 milhões de toneladas do produto, uma redução de 2,7% na compa-

ração com 2021. De acordo com a Antaq, a navegação de interior - com 73,1 milhões de toneladas movimentadas - registrou o maior crescimento de 2022, com alta de 11,2% ante 2021. O destaque nesse setor foi o granel sólido, que cresceu 15,36%, seguido de granéis líquidos e gasosos, com varia--ção positiva de 14,1%. Já a carga conteinerizada teve alta de 3,64% na movimentação interior, enquanto que a carga geral apresentou queda de

3,14% em comparação a 2021. Ainda neste modal, o milho registrou o maior crescimento (+83,79%); seguido pelo minério de ferro (+62,05%); semirreboque baú (+38,72%) e fertilizantes (+23,46%).

Já a navegação de longo curso movimentou 849,6 milhões de toneladas em 2022, com queda de 0,75%. Na cabotagem, a movimentação foi de 283,3 milhões de toneladas, também uma redução, de 1,89%.

No total, em 2022, houve alta de 0,8% em movimentação de cargas de granéis sólidos, com 712 milhões de toneladas que passaram pelos por--tos. Já a carga geral cresceu 6,33%, com 63,2 milhões de toneladas mo-vimentadas. Por sua vez, os granéis líquidos e gasosos (-3%) e a carga conteinerizada (-3,5%) registra-

Supremo vai voltar a julgar lei que proíbe linguagem neutra nas escolas

A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar a comunicação inclusiva e menos sexista

sexta-feira, 10, no Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento de uma lei de Rondônia que proíbe a linguagem neutra na grade curricular, no material didático das escolas públicas e privadas do Estado e em concursos públicos. A aplicação da lei foi suspensa de forma liminar em novembro de 2021 pelo ministro Edson Fachin, relator da ação. O magistrado entendeu que legislar sobre diretrizes e bases da educação é competência privativa da União. A decisão plena do STF deve atingir leis semelhantes aprovadas em outros Esta-

dos e municípios. A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), com o intuito de tornar a comunicação mais inclusiva e menos sexista.

Nessa linguagem, os artigos feminino e masculino, como "a" e "o", são substituídos por um "x", "e" ou "@". A palavra "todos" ou "todas", por exemplo, na linguagem neutra ficaria "todes", "todxs" ou "tod@s". Há quem defenda, ainda, o uso do termo "elu" (no lugar de "ele" ou "ela") para se referir a qualquer um, independentemente do gênero.

Essa modalidade tem enfrentado oposição de grupos conservadores, entre eles alguns ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob o argu-mento de que essas variações não são reconhe-

stá previsto para cidas pela norma culta do as razões trazidas ao proidioma. Nos últimos anos, parlamentares apoiadores de Bolsonaro inves-tiram, no Legislativo, na promoção de leis que vedam o seu uso.

Já o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a adotar o pronome neutro 'todes' em eventos e cerimônias oficiais. "Boa tarde a todos, a todas e todes", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexan-dre Padilha, ao abrir o discurso de posse no dia 3, gesto que se repe-tiu em outros atos ao longo dos dias seguintes.

Segundo Fachin, no exercício de sua competência constitucional, a Uni-ão editou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com base nela, o Ministério da Educação fixa os parâmetros curriculares nacio-nais, que estabelecem como objetivo o conhecimento e a valorização das diferentes variedades da língua portuguesa, a fim de combater o pre-conceito linguístico.

Para Fachin, ao proibir determinado uso da linguagem, a lei estadual atenta contra as normas editadas pela União, no exercício de sua com-petência privativa. "A pretexto de valorizar a norma culta, ela acaba por proibir uma forma de expressão. Questões que digam respeito ao en-sino e ao aprendizado da Língua Portuguesa, de caráter obrigatório - o que abrange o conhecimento de formas diversas e alternativas de ex--pressão, de caráter formal e informal -, estão inseridas nesse espaço normativo, de aplicação nacional", escreveu.

cesso pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral da República (PGR) "evidenciam o vício formal de inconstitucionalidade da norma, motivo pelo qual, acolhendo-as, julgo procedente a presente ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei do Estado de Rondônia n. 5 123/2021?. Em seu voto, ele propôs a fixação da seguinte tese de que "norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe mo-dalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União".

A lei estadual resultou de um projeto do deputado Eyder Brasil (PL), aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia em setembro de 2021. Na época, o parlamentar defendeu que a linguagem neutra seria uma in-terferência ideológica no uso da língua padrão. "Temos de valorizar a língua portuguesa culta em nossas políticas educacionais e impedir que os direitos de nossos estudantes sejam violados e que essa aberração seja aplicada nas escolas do

nosso estado", disse. Após a lei ser sancionada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) entrou com ação direta de in--constitucionalidade pedindo ao STF a revogação da norma. A entidade sustentou que a lei apresenta preconceitos e intolerâncias incompatí-veis com a ordem democrática e com valores humanos.

Em relação ao conteúdo da O ministro lembrou que lei, Fachin explicou que o uso siva visa a combater preconceitos linguísticos, que su-bordinam um gênero a outro, e sua adoção tem sido frequente em órgãos públicos de diversos países e organizações internacionais. Segundo ele, seria difícil imaginar a compatibilidade entre essa proibição e a liberdade de expressão garantida constitucionalmente.

Para Fachin, a proibição imposta pela lei de Rondônia é censura pré-via, prática banida pela legislação nacional. Ele lembrou ainda que o STF já decidiu que o direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade e a expressão de gênero e, também, que a identidade de gê--nero é a manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, co-mo tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de cons-tituí--la. "Proibir que a pessoa possa se expressar livremente atinge sua dignidade e, portanto, deve ser coibida pelo Estado."

Fachin ressaltou que a norma tem aplicação no contexto escolar, ambi-ente em que, segundo a Constituição, deve prevalecer não apenas a igualdade plena, mas também a liberdade de aprender, ensinar, pesqui-sar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Em plenário virtual, os ministros do Supremo decidem se acompanham ou divergem do entendimento do relator. A decisão deve produzir o chamado efeito vinculante, firmando entendimento a ser aplicado em casos simi--lares. Como o julgamento é virtual, os ministros apresentam seus votos sem debate. Se

da linguagem neutra ou inclu- houver pedido de vista, o julgamento será suspenso. Ha--vendo pedido de destaque, o caso será enviado para o plenário físico da Corte.

A lei de Rondônia questionada no STF não é a única a proibir o uso da linguagem neutra nas escolas e em concursos. Em Mato Grosso do Sul, foi sancionada uma lei que torna obrigatório o uso da norma culta da língua portuguesa nos instrumentos de aprendizagem utilizados no ambi-ente escolar, nos documentos oficiais e na confecção de materiais di-dáticos.

No Paraná, os deputados estaduais aprovaram, em 13 de dezembro, em 1º turno, um projeto de lei que impede o Estado de utilizar a linguagem neutra em qualquer nível institucional. O projeto depende de 2ª vota-ção e da sanção governamental. Em Santa Catarina, decreto estadual proibiu a linguagem neutra, mas o PT entrou com ação direta de incons-titucionalidade.

Câmaras municipais foram na mesma direção. Em Belo Horizonte, o proje-to que proíbe a linguagem neutra - de autoria do então vereador Niko-las Ferreira (PL), que depois se tornou o deputado federal mais votado do Brasil - foi aprovado em primeiro turno em 2022. O mesmo aconteceu em Juiz de Fora

Em Joinville (SC), uma lei veda expressamente a utilização de lingua-gem "estranha à Língua Portuguesa" no âmbito da administração pública municipal. No mesmo Estado, o Tribunal de Justiça revogou lei seme-lhante aprovada pela Câmara de Criciúma. No Estado de São Paulo, Vali--nhos também proibiu a língua neutra

Além dessas normas, tramita na Câmara dos Deputados o PL 5 248/20, que proíbe o uso da linguagem neutra na grade curricular e no material di-dático de instituições de ensino públicas ou privadas no ensino da Língua Portuguesa no ensino básico e superior. A proposta inclui a ve-dação em documentos oficiais dos entes federados, em editais de con--cursos públicos, assim como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que percebam verba pública de qualquer natureza.

O texto determina que o aprendizado da língua seja feito de acordo com a norma culta, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Vocabu-lário Ortográfico da Língua Portuguesa e com a grafia fixada no trata-do internacional vinculativo do Acordo Ortográfico de Língua Portugue-sa. Pelo projeto, a violação dessa regra poderá acarretar sanção às instituições de ensino e aos profissionais de

Em outubro de 2021, a Secretaria Especial da Cultura, por meio da Se-cretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, publicou a Portaria 604/21, que veda nos projetos financiados pela Lei Rouanet o uso, direto ou indireto, além da apologia, da linguagem neutra. Após ação do Ministé-rio Público Federal, em março do ano passado, a Justiça Federal deter-minou a suspensão imediata da norma.

EVENTOS ADVERSOS

Filhos de pais superprotetores têm risco de viver menos, aponta estudo

Mulheres que tiveram um -ve uma amostra representapai considerado superprotetor, em uma relação marcada por restrições na autonomia durante a infância e/ou adolescên-cia, apresentam risco 22% maior de morrer mais cedo (antes dos 80 anos), aponta estudo publicado na revista científica Scientific Re-ports, da Nature. Entre os homens, esse risco é 12% maior.

Cientistas da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car) e da Univer-sity College London (Reino Unido) analisaram uma amostra de 941 indi-víduos (445 mulheres e 496 homens), que participaram do Estudo Longi-tudinal de Saúde da Inglaterra (Elsa) - painel em andamento que envoltiva de indivíduos com 50 anos ou mais resi-dentes no país - e morreram entre 2006 e 2018. As entrevistas de acom-panhamento foram feitas a cada dois anos e os exames de saúde, a cada quatro. Entre outras questões, o participante respondeu sobre eventos adversos na infância ou adolescência.

Embora a superproteção paterna tenha impactado mais negativamente a longevidade feminina, os pesquisadores destacam que são os homens os mais impactados negativamente pelos eventos adversos nos primeiros anos de vida.

Para definir quais eram as famílias superprotetores, o Parental Bon-ding Instrument, um modelo de questionário composto por questões sobre percepção de proteção e cuidado dos pais recebidos na infân-cia/adolescência, foi utilizado. Os pacientes são perguntados, por exemplo, se sentiam-se acolhidos pelos genitores em momentos de incer--teza, se sentiam ter autonomia para tarefas do dia a dia e se eram in-centivados a tomar suas próprias decisões.

pai superprotetor, segundo Aline Fernanda de Souza, pesquisadora da UFS-Car e autora principal do artigo, é aquele que "não dá nenhuma au-tonomia pra a criança ou adolescente". Ela adverte, porém, que não se deve confundir autonomia com permissividade. "Quando falamos da auto-nomia é saber dosar de acordo com a faixa etária dessa criança."

As hipóteses para explicar essa influência negativa do pai superprote-tor eles buscaram na psicologia, contou Aline. "O pai, por si só, já tem essa figura mais autoritária. É uma coisa cultural nossa. E uma figura mais distante quando comparado à mãe", afirmou.

"Essa figura mais autoritária pode vir a enfraquecer esse laço tanto com as filhas como com os filhos. O enfraquecimento desse laço pode sedentária, ao tabagis-mo, ao

São os homens os mais impactados negativamente pelos eventos adversos nos primeiros anos de vida

etilismo (consumo abusivo de álcool), além também de vir a po-der desenvolver repercussões psicológicas, que podem causar a mortali-dade mais cedo", explicou.

"O que acontece na infância e na adolescência tem reflexo no fim da vida, sobre o quanto ela será longínqua", disse Tiago Silva Alexandre, professor de Gerontologia da e coordenador da pesquisa. "Um investi-mento nas crianças é uma forma de garantir uma velhice melhor." O es-tudo teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do

entre homens e mulheres, os

pesquisadores também encontraram associações de outras questões de configuração e/ou relação familiar à morte precoce quando analisados cada gênero separadamente.

Para homens, ter vivido apenas com um dos pais aumentou o risco de morte antes dos 80 anos em 279%. De acordo com Alexandre, esse foi o fator de risco que mais reduziu a longevidade entre os homens, com uma associação "robusta" com a mortalidade precoce. Entre as mulheres, o fator não foi associado a maior risco de

Os pesquisadores explicam que, para essa última descoberta, "a ausên-cia de um dos pais implica em maior dificuldade socioeconômica e menor suporte emocional durante a infância ou adolescência". E, diferente-mente das mulheres, os homens "têm maior dificuldade em buscar apoio em situações adversas".

"A mulher está mais acostumada a ter uma rede de apoio maior, quando comparada ao homem. O que vimos é que, quando havia a falta de um dos membros, a mulher tem mais facilidade de buscar essa rede de apoio, seja numa prima, numa amiga, numa irmã, enquanto o homem é mais intro-vertido", explicou Aline.

Entre as mulheres, conviver com um pai mais presente (que trabalha me-nos horas por dia) diminuiu o risco de morte precoce em 42%. Nesse mesmo ponto, ter mais cuidados da mãe reduziu esse risco em 14%. Sobre essa última descoberta, eles explicam que isso pode acontecer porque, no passado, as mulheres demoravam mais a sair de casa do que os ho-mens, convivendo mais tempo, assim, com o cuidado materno.

Considerando que a amostra é composta por adultos que tinham 50 anos no início dos anos de 2000, isso significa que, segundo com os pesqui-sadores, os participantes incluídos na análise nasceram nas décadas de 1950 e de 1960, e são, de certa forma, retrato de uma época. Os cien-tistas destacam que, caso pesquisa semelhante fosse feita com a gera-ção atual no futuro, os resultados poderiam ser diferentes, mas não distantes do que aferiram.

digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br.443 e utilize o código 1401-CCFC-7B7F-A7CC

Os pesquisadores apontam também que, assim como vários pontes fortes - a exemplo do uso de uma amostra nacional representativa -, a análise apresenta limitações. As associações que encontraram, entre eventos adversos na infância ou adolescência e morte prematura, podem estar subestimadas, pois indivíduos que não responderam ao questionário de história de vida podem não o ter feito por problema de memória ou trauma que não quiseram mencionar. Também há influência, claro, de in-tegrantes daquele grupo etários que morreram antes dos

WCB SOLUÇÕES LTDA. DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DE CAPITAL REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2023 CNPJ 42.969.291/0001-70 - NIRE 53202494806 DATA e HORÁRIO: 15:00h, 06 de fevereiro de 2023 LOCAL: na sede social da Companhia, Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco E, 50, Sala 1702, Parte C, Edificio Central Park, Brasilia/ DF, CEP 70.711-903. PRESENÇA: FIT PARTICIPAÇÕES E ASSOCIADOS LTDA, com sede no Setor SCN Quadra 01 Bloco "E", Número 50 - Sala 1701 - Edifício Central Park - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70.711-903, inscrita no CNPJ sob o N° 45.231.177/0001-37, representada por seus administradores IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO, e FELIPE FREIRE DE ARAGÃO, único sócio da sociedade empresária limitada denominada WCB SOLUÇÕES LTDA, com sede na cidade de Brasília/DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco E, 50, Sala 1702, Parte C, Edifício Central Park, Brasília/DF, CEP 70.711-903, inscrita no CNPJ sob o número 42.969,291/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta número 42.969.291/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53202494806, em 03/08/2021 (doravante denominada "Sociedade"). MESA: Presidente: IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO, acima qualificado; Secretário: FELIPE FREIRE DE ARAGÃO, acima qualificado. ORDEM DO DIA: A Reunião foi convocada para fins de deliberar sobre a redução do capital social, nos termos do inciso II, do art. 1.082, do Código Civil Brasileiro. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: Dispensadas em virtude do comparecimento da única sócia da Sociedade. DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE SÓCIOS: 1 – Em virtude de ser excessivo em relação ao seu objeto (Art. 1.082, II do Código Civil), foi deliberada a redução do capital social da "Sociedade" de R\$ 10.000.000,00 (dez milhoses de reais) passande a ser dividido em 10.000 (dez milhoses de reais) passande a ser dividido em 10.000 (dez milhoses cada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando a ser dividido em 10.000 (dez mil) quotas, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), divididas entre os sócios da seguinte maneira: SÓCIO: FIT PARTICIPAÇOES E ASSOCIADOS LTDA; QUOTAS: 10.000; VALOR: R\$ 10.000,00.

Estado de São Pau-lo (Fapesp). TOTAL: 10.000 - R\$ 10.000,00. LAVRATURA E LEITURA DA ATA: oferecida a palavra a quen vir a desencadear, no futuro, o Embora a superproteção dela quisesse fazer uso, e não havendo a manifestação de ninguém, foram encerrados os trabalhos parental tenha sido o único que chamamos de hábitos não e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta, a qual após ter sido reaberta a sessão foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Brasília/DF, 06 saudáveis. Essa pessoa está fator de risco para mortalidade de fevereiro de 2023. IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGÃO - Presidente da Mesa; FELIPE FREIRE DE ARAGÃO - Secretário da Mesa; FIT PARTICIPAÇÕES E ASSOCIADOS LTDA. - Por: precoce (antes dos 80) comum mais propensa a uma vida mais Ivan Carlos Machado de Aragão e Felipe Freire de Aragão.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1401-CCFC-7B7F-A7CC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1401-CCFC-7B7F-A7CC



Hash do Documento

359917C306A23FFE233DE630CFD763148BEEE7962307B2FFD9620867D215C0BB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/02/2023 é(são) :

✓ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 08/02/2023 23:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

